



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

FILIFE SILVEIRA FARHAT

**O SISTEMA SOCIOECONÔMICO CUBANO (1959-2018):
CONCEPÇÃO, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL**

**Campinas
2020**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

FILIPPE SILVEIRA FARHAT

**O SISTEMA SOCIOECONÔMICO CUBANO (1959-2018):
CONCEPÇÃO, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL**

Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Ciências Econômicas.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO FILIPPE
SILVEIRA FARHAT E ORIENTADA PELO PROF. DR.
GIULIANO CONTENTO DE OLIVEIRA**

**Campinas
2020**

Ficha catalográfica Universidade Estadual
de Campinas Biblioteca do Instituto de Economia
Luana Araujo de Lima - CRB 8/9706

F225s Farhat, Filipe Silveira, 1993-
O sistema socioeconômico cubano (1959-2018) : concepção, evolução esituação atual / Filipe Silveira
Farhat. – Campinas, SP : [s.n.], 2020.

Orientador: Giuliano Contento de Oliveira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Cuba. 2. Economia - Aspectos sociológicos. 3. Socialismo. 4. Cuba - História - Revolução - 1959. 5. Políticas públicas. I. Oliveira, Giuliano Contento de, 1979-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Cuban socioeconomic system (1959-2018) : conception, evolution and current situation

Palavras-chave em inglês:

Cuba
Economics - Sociological aspects Socialism
Cuba - History - Revolution - 1959 Public policy

Área de concentração: Ciências Econômicas

Titulação: Mestre em Ciências Econômicas **Banca
examinadora:**

Giuliano Contento de Oliveira [Orientador] Demian Castro
Carlos Alberto Cordovano Vieira

Data de defesa: 28-02-2020

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3011-0927>
- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/4211826651454014>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

FILIFE SILVEIRA FARHAT

**O SISTEMA SOCIOECONÔMICO CUBANO (1959-2018):
CONCEPÇÃO, EVOLUÇÃO E SITUAÇÃO ATUAL**

Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira – orientador

Defendida em 28/02/2020

COMISSÃO JULGADORA

**Prof. Dr. Giuliano Contento de Oliveira - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

**Prof. Dr. Demian Castro
Universidade Federal do Paraná (UFPR)**

**Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)**

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica do aluno.

AGRADECIMENTOS

Agência de Fomento CNPq, processo nº 130760/2018-8.

Prof. Giuliano Contento de Oliveira, tanto pelo auxílio na elaboração da estrutura do trabalho e da revisão atenta de seu conteúdo, quanto pelo excelente tratamento humano com o qual conduziu o processo de orientação do presente trabalho.

Aline Miglioli, cujas conversas e trocas de experiência de pesquisa sobre a economia cubana, além da leitura e revisão do trabalho, foram contribuição fundamental. Agradeço também pelo material bibliográfico compartilhado.

Prof. Carlos Alberto Cordovano Vieira, pelos seus comentários sobre o trabalho na disciplina de Seminários, na Banca de Qualificação e na Defesa.

Prof. Demian Castro, da UFPR, tanto pela contribuição na banca de Defesa quanto pela orientação durante a graduação, contribuindo em muito para meus interesses de pesquisa atuais.

Prof. Eduardo Mariutti pelos comentários e recomendações na banca de qualificação.

Prof. Fabio Campos da disciplina de Interpretações do Imperialismo (ministradas com os profs. Carlos Cordovano e Eduardo Mariutti, aos quais reforço os agradecimentos).

Cibele Borges, pela revisão de uma versão inicial de um capítulo na disciplina de Seminários.

Paulo Wolf, pela revisão de uma seção que acabou não incorporada ao trabalho.

Meus agradecimentos também a todos os professores e colegas que indiretamente contribuíram para elaboração desta dissertação.

RESUMO

O **sistema socioeconômico cubano** tem passado por profundas transformações desde 1959, quando ocorreu a Revolução que daria origem ao socialismo no país, poucos anos depois. Nesse sentido, esta dissertação tem o objetivo de analisar o sistema socioeconômico cubano entre 1959 e 2018 no que diz respeito à sua concepção, evolução e situação atual, particularmente nos seguintes âmbitos: **emprego e renda, educação, saúde e seguridade social**. O trabalho se justifica pelo fato de permitir analisar criticamente o sistema socioeconômico cubano e, a partir disso, lançar luz sobre alguns dos principais desafios recentes enfrentados pelo país. Verificou-se que, a despeito da predominante participação do Estado nos processos de produção e distribuição da riqueza, o sistema socioeconômico do país tem gradualmente aumentado a participação de outros atores econômicos, ainda que sem se distanciar do sistema socialista originalmente instituído em Cuba, particularmente no que diz respeito ao papel do Estado como principal empregador.

Palavras-chave: Cuba; Sistema socioeconômico; socialismo; Revolução cubana; serviços públicos

ABSTRACT

The Cuban socioeconomic system has undergone profound changes since 1959, when the Revolution that would give rise to socialism in the country a few years later occurred. In this sense, this dissertation aims to analyze the Cuban socioeconomic system between 1959 and 2018 with regard to its conception, evolution and current situation, particularly in the following areas: employment and income, education, health and social security. The work is justified by the fact that it allows to critically analyze the Cuban socioeconomic system and, from that, to shed light on some of the main recent challenges faced by the country. It was found that, in spite of the predominant participation of the State in the processes of production and distribution of wealth, the country's socioeconomic system has gradually increased the participation of other economic actors, although without distancing itself from the socialist system originally instituted in Cuba, particularly regarding the role of the State as the main employer.

Keywords: Cuba; Socioeconomic system; socialism; Cuban revolution; public services

Sumário

INTRODUÇÃO	10
<u>1.1 Sistemas Econômicos Comparados</u>	14
1.1.1 Capitalismo	14
1.1.2 Socialismo	16
<u>1.2 Socialismo Utópico</u>	18
1.2.1 Saint-Simon	19
1.2.2 Charles Fourier	22
1.2.3 Robert Owen	26
<u>1.3 Comunismo, Imperialismo e Revolução</u>	27
1.3.1 Comunismo e socialismo na teoria marxista	28
1.3.2 Imperialismo na teoria marxista	33
1.3.3 Revolução na teoria marxista	40
<u>1.4 Socialismo Cubano à Luz das Experiências Soviética e Iugoslava</u>	43
1.4.1 Socialismo soviético	44
1.4.2 Socialismo iugoslavo	48
1.4.3 Socialismo cubano (1959 – 1989)	51
<u>CAPÍTULO 2 – ASCENÇÃO DO SOCIALISMO REAL E A REVOLUÇÃO CUBANA</u>	55
<u>2.1 Contexto Geopolítico Da Revolução Cubana</u>	55
2.1.1 Contexto geopolítico global	55
2.1.2 América Latina	59
2.1.3 URSS e COMECON	63
<u>2.2 IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO CUBANA</u>	65
2.2.1 José Martí	65
2.2.2 Che Guevara	70
2.2.3 Fidel Castro	73
<u>2.3 Revolução Cubana E Desdobramentos Das Décadas Iniciais</u>	75
2.3.1 Formação histórica da Revolução de 1959	76
2.3.2 1959 – 1970 (Socialização das propriedades e transformações na estrutura produtiva)	78
2.3.3 1970-1975	84
2.3.4 1975 – 1989	86
<u>CAPÍTULO 3 – EMPREGO E RENDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL NO SISTEMA SOCIOECONÔMICO CUBANO CONTEMPORÂNEO</u>	92

3.1 A Economia Cubana No Pós-Guerra Fria	92
3.2 Emprego e renda em Cuba	106
3.3 Educação em Cuba	118
3.4 Saúde em Cuba	129
3.5 Pensões e assistência social em Cuba	140
CONCLUSÃO	144
REFERÊNCIAS	158

INTRODUÇÃO

O **sistema socioeconômico cubano** tem passado por profundas transformações desde 1959, quando foi instituído o socialismo no país. Estas transformações têm concorrido para reconfigurar a economia e a sociedade cubana, no sentido de modificar o papel desempenhado pelo setor público e pelas iniciativas cooperativas e individuais nos processos de produção e distribuição da riqueza.

Nesse sentido, este trabalho tem o objetivo de analisar o **sistema socioeconômico cubano** entre 1959 e 2018 no que diz respeito à sua concepção, evolução e situação atual, particularmente nos seguintes âmbitos: **emprego e renda, educação, saúde e seguridade social**. O trabalho foi orientado pelas seguintes questões: **Quais as características gerais do sistema socioeconômico cubano e como se deu a evolução de seu modo de funcionamento? Quais são os dilemas recentes, a partir da queda da URSS, do socialismo cubano?**

Argumenta-se que com o fim da Guerra Fria, sobretudo depois das reformas realizadas no país a partir de 2008, com Raúl Castro, o socialismo cubano passou por transformações significativas que concorreram no sentido de ampliar o papel dos mercados, dos investimentos estrangeiros e dos pequenos investimentos individuais de *cuentalpropistas* na economia. Apesar da predominante participação do Estado na economia cubana, o sistema socioeconômico do país tem gradualmente aumentado a participação de outros atores econômicos, ainda que sem se distanciar do sistema socialista originalmente instituído no país, particularmente no que diz respeito ao papel do Estado como principal empregador. Essa tem sido a estratégia perseguida no período mais recente pelo Estado cubano para propiciar melhora das condições de vida de sua população e, também, dessa forma, garantir e fortalecer o sistema econômico cubano.

O trabalho se justifica pelo fato de permitir analisar criticamente o sistema socioeconômico cubano e, a partir disso, lançar luz sobre alguns dos principais desafios recentes enfrentados pelo país.

Para atingir o objetivo mencionado, o trabalho foi estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado **Socialismo: concepção e sistema socioeconômico**, analisa-se as lógicas de organização social da produção e distribuição material nos sistemas capitalista e socialista, para auxiliar na compreensão, de um ponto vista teórico, dos motivos que levaram ao rompimento da sociedade cubana com o modelo capitalista.

Em seguida, discute-se o pensamento *socialista utópico* que deu as bases para o surgimento do *socialismo científico* de Marx e Engels. O pensamento socialista ocidental toma força com o *socialismo utópico* do século XIX. De acordo com Engels em *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, o socialismo utópico possui suas raízes na Revolução Francesa e se desenvolve com a tomada de consciência do antagonismo de classes no sistema econômico capitalista, que separa os indivíduos entre possuidores e não possuidores, burgueses e operários. O movimento teórico se desenvolve com base em argumentos racionais, rejeitando a centralidade de ideias pautadas na religião, nas leis naturais e na ideologia desvinculada da esfera material. Karl Marx inaugura uma nova estrutura teórica para o socialismo, o dito socialismo científico, que iria influenciar todas as experiências práticas deste modo de produção no ocidente. A noção do que é considerado um sistema socialista passa a se dar com mais rigor a partir de trabalhos de autores influenciados por Marx. São analisados, então, alguns aspectos-chave do pensamento de autores marxianos com o intuito de possibilitar melhor entendimento dos movimentos tomados pela Revolução Cubana e das transformações socioeconômicas em Cuba, desde a concepção do sistema até sua implementação e evolução a partir de 1959.

O primeiro capítulo se encerra, pois, com uma breve comparação entre o socialismo cubano com outras duas experiências históricas: a soviética e a iugoslava, para que se possa situar melhor as características gerais do sistema socioeconômico cubano em relação a algumas alternativas não capitalistas.

Parte-se, então, para o segundo capítulo, intitulado **Ascensão do socialismo real e a revolução cubana**. Neste capítulo, realiza-se uma contextualização da Revolução Cubana dentro da situação geopolítica global que possibilitou o sucesso da derrubada da ditadura Batista e as posteriores transformações institucionais socialistas, em função da

posição ocupada pela União Soviética na economia mundial e do papel ocupado pela América Latina durante a Guerra Fria. Em seguida, discute-se brevemente as principais influências ideológicas que guiaram as lideranças revolucionárias nas transformações socioeconômicas implementadas a partir de 1959.

Esse capítulo termina, então, com a análise das transformações socioeconômicas nas três primeiras décadas da Revolução Cubana (1959-1989), período em a inserção internacional do país esteve privilegiada em função dos acordos com a União Soviética e dos países socialistas integrantes da CAME (Conselho para Assistência Econômica Mútua).

Dessa forma, o segundo capítulo ajuda a compreender as características gerais do sistema socioeconômico cubano, tanto do ponto de vista teórico-conceitual quanto de suas transformações históricas e institucionais. A análise das influências ideológicas e da evolução do pensamento socialista que desembocaram na Revolução Cubana de 1959 é importante para que se compreenda o sistema socioeconômico prevalecente desde o início dos anos 1960 no país (ainda que com algumas adaptações). Ainda que as lideranças revolucionárias tenham sido fortemente influenciadas pela obra marxiana, as ideias do pensador cubano José Martí foram as que mais determinaram os rumos políticos, sociais e econômicos e a busca por uma construção nacional autóctone após a destituição da ditadura Batista.

No terceiro e último capítulo, intitulado **Emprego e renda, educação, saúde e seguridade social no sistema socioeconômico cubano contemporâneo**, por sua vez, são discutidos os dilemas recentes do socialismo cubano a partir da queda da URSS, iniciando-se por uma análise da economia cubana no pós-Guerra Fria. Este capítulo enfatiza as transformações recentes do sistema socioeconômico cubano, na tentativa de o Estado procurar manter as conquistas das seis décadas de Revolução Cubana e, ao mesmo tempo, buscar um caminho de desenvolvimento que possibilite avanços do padrão de vida material da sociedade, dada a reinserção geoeconômica e geopolítica de Cuba após o fim da Guerra Fria.

CAPÍTULO 1 – SOCIALISMO: CONCEPÇÃO E SISTEMA SOCIOECONÔMICO

1.1 Sistemas Econômicos Comparados

Esta seção busca descrever as características gerais dos sistemas socioeconômicos capitalista e socialista, para que se possam compreender suas diferentes lógicas de funcionamento.

Apesar de esta distinção ser importante para que na análise de casos práticos se possa assimilar os objetivos e caminhos de desenvolvimento de diversas experiências nacionais, ressalta-se que o decorrer do século XX deixou claro que na prática são raros ou inexistentes os exemplos de sistemas econômicos puros. Em realidade, os países de regime capitalista acabaram por incorporar instituições tipicamente defendidas pelos socialistas e vice-versa, para que pudessem se adaptar com maior flexibilidade aos desafios enfrentados em suas trajetórias históricas. (Feijó, 2007)

Tendo por base a discussão realizada na presente seção, poderá se verificar nas seções subsequentes, a partir da análise do sistema socioeconômico cubano desde a Revolução de 1959, que prevaleceu em Cuba uma estratégia socialista, com maior ou menor grau de penetração de instituições capitalistas, a depender de fatores conjunturais e de considerações de ordem política e econômica.

1.1.1 Capitalismo¹

O sistema socioeconômico capitalista é aquele no qual a produção de mercadorias e serviços é organizada e movida com o objetivo de acumular capital. A dinâmica deste sistema se dá pela competição entre os atores detentores de riqueza nos diversos mercados, instituições estas que beneficiam a eficiência produtiva, economia de custos

¹ Sessão baseada em Belluzzo (1998); Hilferding (1985); Marx (2013); Schumpeter (1961)

e, especialmente, as inovações em produtos e processos que diferenciam qualitativamente a oferta de cada concorrente. A própria natureza competitiva do capitalismo, além de garantir alguma racionalidade e eficiência na produção pelo fato de que o consumo nos mercados acaba gerando um mecanismo de punição e recompensa às empresas, faz com que o sistema se caracterize por forte dinamismo e instabilidade, com permanente tensão entre expansão e crise. (Schumpeter, 1961)

Sendo assim, em geral o Estado é utilizado para regular ou interferir na lógica anárquica das decisões econômicas privadas individuais e dotar o sistema de algum grau de planejamento social. Nas diversas experiências práticas de capitalismo, as relações entre mercado e Estado podem assumir diversas formas e intensidades, tendo transparecido na história econômica capitalista que Estado e mercado são indissociáveis. Contudo, a instituição estatal não é especificamente capitalista, e nem responde necessariamente à lógica estrita de acumulação material.

Esta lógica faz com que as escolhas a respeito da produção e alocação de recursos não fiquem subordinadas às necessidades sociais. Ao contrário, a organização das estruturas e as instituições neste sistema econômico tendem a servir, cada vez mais, ao objetivo da acumulação e valorização da riqueza por detentores privados dos meios de produção, à medida que se aprofunda e desenvolve a generalização deste modo de produção.

A organização generalizada da produção material da sociedade em torno do lucro e da acumulação somente se torna possível em um contexto histórico da civilização em que a propriedade dos meios de produção se torna concentrada e separada do trabalhador. Como resultado, cria-se uma classe trabalhadora “livre”, ou liberada dos instrumentos produtivos, o que faz com que seja necessária a venda da força de trabalho por esta classe para que possa suprir suas necessidades materiais².

A generalização do trabalho assalariado faz com que a classe trabalhadora apenas exista socialmente no capitalismo enquanto produtora de valor. Esta existência

² Para uma análise histórica do processo da transição do feudalismo para o capitalismo, ver Volume I de *O Capital* (2013) de Karl Marx, Capítulo 24.

social se dá, contudo, apenas de maneira indireta, intermediada pela produção de mercadorias que validarão sua existência apenas quando transacionadas nos mercados, permitindo ao capitalista a transformação de forma do valor contido nestas mercadorias no equivalente geral - dinheiro. (Marx, 2013)

O surgimento desta relação social de apropriação do trabalho alheio objetivando a acumulação de riqueza material nas mãos da classe capitalista detentora do direito de propriedade privada dos meios de produção perpetua e aprofunda o modo de produção capitalista. Acumulação esta que se dá sob a forma mais abstrata de riqueza, vale dizer, sob a forma dinheiro, representante geral dos valores criados pelo trabalho socialmente necessário e fim último deste modo de produção.

Assim, no capitalismo, a apropriação da riqueza gerada no processo de produção não está diretamente vinculada à classe trabalhadora. Característica deste sistema, portanto, é a organização hierárquica da sociedade entre capitalistas, detentores dos meios de produção, que tomam as decisões econômicas e se apropriam de parte do valor gerado pelo trabalho alheio (mais-valia), e uma maioria vendedora de força de trabalho, subordinada e explorada pelo poder estrutural desta classe capitalista.

Neste sistema, a demanda por trabalho é determinada pelas estratégias produtivas empresariais, e, portanto, não há nenhuma garantia de vigência de pleno emprego. Ao contrário, a existência contínua de uma massa de desempregados pode apresentar caráter funcional, pois concorre para manter os salários em níveis suficientemente baixos de modo a perpetuar a necessidade da venda da força de trabalho e o poder de comando da atividade produtora de valor pela classe capitalista. Ao mesmo tempo, quanto mais avançada a acumulação de dinheiro na esfera financeira, menor a importância da contratação de força de trabalho no crescimento dos lucros e avanço da dinâmica capitalista.

1.1.2 Socialismo³

³ Sessão baseada em Andrade (1973); Couri (1983); Engels (1974); Feijó (2007); Heimann (1968); Hunt (1977); Lindblom (1979); Snavelly (1981)

A insatisfação com a ordem burguesa que se estabeleceu após a Revolução Francesa fez com que se propagassem, com cada vez mais força, teorias de organização geral da sociedade, em suas instituições sociais e econômicas, de forma alternativa àquela instituída pelo capitalismo de ideologia liberal em fins do século XVIII. Como movimento intelectual, o socialismo, em um primeiro momento, possuía como preocupação central o objetivo de igualdade social e de melhoria das condições de vida e trabalho da classe assalariada.

O socialismo surgiu, assim, como defesa da propriedade social dos meios de produção, de modo que os bens a serem produzidos, a combinação técnica de recursos utilizados e a distribuição da riqueza material fossem todas decisões realizadas pelo Estado, por sindicatos, cooperativas, ou outras formas de representação dos trabalhadores. Assim, este sistema econômico poderia contrapor a lógica decisória atomizada e anárquica que vigoraria em uma organização capitalista pura.

Após um período de desenvolvimento voltado a considerações primordialmente de ordem ética, moral e filosófica, que rejeitava a utilização revolucionária da força para tomada de poder e transformação social e enfatizava a melhoria de bem-estar geral que se poderia atingir pela harmonia das classes, o movimento socialista foi revolucionado pelo pensamento de Karl Marx na segunda metade do século XIX. (Andrade, 1973)

A teoria marxista, de um modo geral, e as obras de Marx, em particular, evidenciaram o caráter dialético das relações de poder de classe que vigorou na história econômica desde a escravidão romana, demonstrando que a superação de certo modo de organização socioeconômica passou sempre pela exacerbação do conflito entre as classes dominante e dominada.

Iniciando na Rússia em 1917 e se difundindo para diversos países especialmente a partir de 1947, com o início da Guerra Fria, a correlação de forças políticas em alguns Estados resultou em processos revolucionários que instituíram ordens socialistas em variadas formas.

Inspirados nos ideais marxistas, movimentos políticos e sociais europeus passaram a reivindicar maiores salários e melhores condições de vida para os

trabalhadores, nacionalização de áreas econômicas estratégicas, socialização dos meios de produção e uma nova forma de organização do Estado que pudesse servir aos interesses da classe trabalhadora.

De maneira geral, prevaleceram regimes unipartidários de planificação centralizada dos objetivos econômicos setoriais e regionais. Em alguns casos, como na Iugoslávia, as decisões econômicas eram determinadas por conselhos de trabalhadores e gerentes em unidades produtivas com ampla autonomia. Os mercados foram utilizados em maior ou menor grau para que os preços pudessem indicar as relações entre oferta e demanda. Amplos investimentos no setor produtivo de bens e em serviços públicos, bem como a utilização do Estado pelo menos nas decisões estratégicas mais gerais caracterizaram a maior parte das experiências socialistas ao longo do século XX.

O processo de planificação visa alocar de maneira eficiente os recursos materiais disponíveis em uma economia socialista, substituindo, na medida do possível, a racionalidade (ainda que limitada) dos mercados nas economias capitalistas. Isto não significa que se exclua do socialismo o mercado e (necessariamente) as categorias mercantis inerentes às sociedades capitalistas. O que ocorre é a subordinação destes elementos ao controle racional do Estado planejador. Quanto mais os preços de bens e serviços puderem ser unilateralmente decididos pelo comitê central dos partidos comunistas, objetivando conciliar alocação eficiente de recursos com os objetivos centrais de planejamento, tanto melhor para que se atinja a sociedade socialista idealizada. À medida em que o Estado vai aprimorando os mecanismos de contabilidade, controle e direção, vai sendo cada vez mais possível guiar o comportamento geral dos setores econômicos em planos de longo prazo plurianuais, através da utilização das capacidades de planificação. Os desdobramentos econômicos setoriais e regionais se dão pela execução, nas instâncias inferiores de governo e/ou nas empresas estatais, das metas elaboradas pelos comitês centrais dos partidos comunistas.

1.2 Socialismo Utópico

O socialismo utópico francês e inglês dos séculos XVIII e XIX iria influenciar fortemente o nascimento do *socialismo científico* marxista. O espírito de crítica social fundado da análise das transformações históricas dos modos de produção permearia também os trabalhos de Engels e Marx. Contudo, os socialistas utópicos utilizam metodologia bastante diferente do materialismo histórico dialético marxista. Predomina nestes filósofos sociais uma análise pautada nas características do indivíduo e em considerações de ordem ética, moral e religiosa.

A presente sessão busca enfatizar o caráter de harmonia social das transformações propostas e a crítica às sociedades pós Revolução Francesa, sem um sólido corpo de desenvolvimento teórico acerca do funcionamento econômico do capitalismo, para que fique nítida a importância revolucionária da metodologia do *socialismo científico* de Engels⁴ e Marx.

1.2.1 Saint-Simon⁵

O primeiro dos grandes pensadores da vertente utópica foi o francês Saint-Simon, que desde os 17 anos de idade dedicou sua vida aos estudos da matemática, química, ciências naturais e filosofia social na tentativa de propor soluções para o caos social que imperava nos países europeus em fins do século XVIII e início do século XIX. Nascido em uma posição de prestígio, foi tendo seu padrão de vida progressivamente deteriorado devido à má recepção de seus escritos. Foi apenas em 1832, ao associar a proposta de uma nova ordem de harmonia social com uma reforma do cristianismo e da Instituição da Igreja que suas ideias começaram a repercutir e gerar seguidores.

Para Saint-Simon, o princípio moral divino é único e prega a harmonia entre todas as pessoas e a obrigação das instituições com a elevação do padrão material e espiritual da população pobre. A divisão de poder na sociedade entre membros do clero com poder e riqueza e miseráveis ocorria por uma falha de interpretação da palavra divina. É com a

⁴ Ver “Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico”, Engels (1974)

⁵ Sessão baseada em Saint-Simon (1834)

intenção de modificar as leis de interação social que o pensador propõe uma nova doutrina cristã.

Partindo do princípio cristão de que todos os homens devem tratar os outros como irmãos, Saint-Simon afirma que a função das instituições religiosas deve ser a do melhoramento do bem-estar dos mais pobres da maneira mais rápida possível. No *novo cristianismo* este seria o único objetivo, além da difusão e aperfeiçoamento pelos clérigos de dogmas subjacentes a este desígnio.

Saint-Simon acusa as instituições religiosas de terem se afastado da palavra de Jesus e da busca do objetivo de melhoramento físico e moral das pessoas mais pobres da maneira mais rápida possível.

Inicia a análise das religiões pelo catolicismo, afirmando que desde a Idade Média os papas e cardeais desenvolveram apenas o estudo da teologia como única área central de conhecimento, para difundir dogmas e crenças que davam poder aos membros do clero e justificavam a submissão dos fiéis. As administrações dos Estados eclesiásticos europeus teriam demonstrado que o objetivo dos papas e cardeais teria sido o de perpetuar o estado social vigente. A Igreja não gerou empregos nas manufaturas, manteve elevados os preços de gêneros básicos de alimentação como o pão, visto que os cardeais eram donos dos principais negócios comerciais, e não ofereceu pagamentos suficientemente atrativos para aqueles que cultivavam a terra elevarem a produtividade. A instituição da Inquisição se confronta frontalmente com os princípios da moral cristã, pois utiliza violência capital para combater “faltas” relativas a práticas de dogmas, que não deveriam ser grandes problemas caso o foco da religião estivesse na melhoria da vida da população. O corpo de ensinamentos escritos pela Igreja não possui, segundo Saint-Simon, um encadeamento sólido de teoria moral e formas de auxiliar os mais pobres, mas ao contrário, serve apenas para perpetuar dogmas e manter a divisão de poder nas sociedades dos países eclesiásticos europeus.

Apesar de reconhecer a genialidade de Lutero e a pertinência de muitas das suas críticas quando da fundação do Protestantismo no século XV, Saint-Simon afirma que este não conseguiu transformar a nova instituição cristã e seus seguidores para a prática exclusiva do melhoramento físico e moral do maior número de pessoas possível. As

críticas do Protestantismo ao Catolicismo por sua utilização de templos, culto de ídolos, contratação de artistas e poetas para louvar os princípios cristãos também não é de todo bem-vista pelo socialista utópico francês. Segundo ele, ocorre em Lutero um esvaziamento do poder de convencimento da necessidade das práticas cristãs, visto que os dogmas e ensinamentos teriam perdido sua força com a falta de vigor com que se desperta o imaginário dos fiéis.

O movimento Luterano também haveria desprezado, ou menosprezado, a importância histórica que a institucionalidade cristã teria tido desde a época de Jesus até o século XV no direcionamento de uma maior harmonia social e oposição ao poder terreno dos estadistas europeus. As críticas de Lutero foram consideradas contraproducentes em relação à perfeita difusão do princípio cristão essencial. Contudo, teriam sido especialmente importantes pelo momento em que a oposição foi realizada, visto que o papa Leo X se aproveitava de um poder teoricamente divino para utilização própria, agindo muito mais como um líder político estadista do que como um zelador da ordem moral religiosa.

A Igreja teria sido importante para a evolução moral da sociedade e predomínio do conhecimento teológico sobre todos os outros campos do saber até o século XV. A organização social haveria tido um grande progresso moral neste período, e a nova forma de organização das classes sociais, após o fim da escravidão, teria possibilitado um novo entendimento dos dogmas religiosos e um pacto harmônico da sociedade.

Saint-Simon lamenta a perda de poder da Igreja no século XV, bem como o predomínio do desenvolvimento das artes, desenvolvimentos científicos e industriais em relação à filosofia moral. Segundo o pensador francês, teria ocorrido a partir deste século, uma regressão moral da sociedade e um distanciamento dos ensinamentos de Jesus, com interesses particulares individuais se sobrepondo ao interesse social geral.

Propõe, portanto, que os príncipes vigentes nos diferentes domínios europeus utilizem sua influência e poder temporário para o melhoramento da condição de vida das populações mais pobres, condenando a forma como estavam sendo administrados os territórios deste continente. Ponto essencial desta crítica foi lastreada no fato de que os impostos eram utilizados para custear o padrão luxuoso de consumo da classe nobre,

enquanto a maior parte da população pobre não observava melhoria de condição econômica.

Apesar das fortes críticas tanto ao Catolicismo e Protestantismo quanto àqueles que exerciam o poder político, a proposição de transformação de Saint-Simon da forma de organização de sociedade deveria se dar de forma harmônica e sem enfrentamento. A violência física, condenável em príncipes e líderes religiosos, não poderia ser incentivada nas classes populares, por motivos morais.

Apesar da coerência de raciocínio deste autor e da sofisticação teórica dos argumentos, o socialismo aqui proposto possui uma conotação profundamente religiosa, sem se atentar para discussões de economia e sociologia mais profundas. O argumento de convencimento para os ricos e poderosos compactuarem com a busca da melhoria dos padrões físicos e morais das classes mais numerosas era o da salvação da alma e a garantia de vida eterna àqueles que vivessem de acordo com os preceitos cristãos fundamentais.

Em resumo, fica patente a essência ética e moral dos trabalhos do autor. O conflito de interesses entre diferentes classes sociais já surge de maneira incipiente, mas foi pouco desenvolvido e recebeu pouca atenção. Em uma sociedade extremamente dividida do ponto de vista dos papéis ocupados na sociedade e dos padrões de vida material, as ideias igualitárias de Saint-Simon parecem de um conteúdo bastante revolucionário, e, ao mesmo tempo, sem desconsideração pela harmonia almejada entre os indivíduos.

1.2.2 *Charles Fourier*⁶

Charles Fourier faz sua análise da sociedade francesa no início do século XIX observando o rápido grau de desenvolvimento científico e industrial no período. Apesar disto, observa que a classe trabalhadora vivia em condições miseráveis e que os preceitos de economia política vigentes não possuíam um objetivo social geral, mas ao

⁶ Sessão baseada em Barros (2011); Fourier (1828, 1851); Gallo (2009)

contrário, deixavam a sociedade caminhar de maneira aleatória e sem rumo no que tange a melhoria das condições materiais desta classe.

Da mesma maneira que os outros dois principais pensadores socialistas de seu tempo, não propõe uma maneira de se atingir uma sociedade mais igualitária e fraterna.

Contudo, a crítica de Marx e Engels à utopia presente neste autor acaba por dar uma conotação negativa à palavra. A sociedade utópica imaginada por Fourier não é um distanciamento do real, mas, ao contrário, parte dele para criticá-lo e propor mudanças no funcionamento da sociedade. A construção teórica de uma comunidade sem miséria e exploração do trabalho é bastante importante para que se esclareçam os problemas e mazelas da sociedade vigente. A crítica realizada pelo materialismo histórico de que no socialismo de Fourier a história seria movida por condições não objetivas, como a interação das paixões humanas, mostra a grande diferença de construção de concepções do *socialismo utópico* e do dito *socialismo científico*.

Vale, porém, ressaltar que as ideias de Fourier inspiraram o proletariado de sua época a constituir verdadeiras comunidades concretas. Portanto, insiste-se que o *utópico* destes socialistas do século XIX não se restringe ao mundo fantasioso e inatingível, mas se baseia em uma crítica do real e convite à sua superação. (Gallo, 2009)

Apesar de não dar grande ênfase na separação da sociedade em classes sociais e no funcionamento da economia sob a expansão da grande indústria proveniente da Inglaterra e alastrada rapidamente para vários países ocidentais europeus, os trabalhos deste autor são importantes para a constituição de uma crítica moral, política e social da organização da sociedade francesa no início do século XIX. O socialismo francês utópico (bem como o inglês) é expressão do descontentamento com os resultados da Revolução Francesa, que não acabou com a miséria nem trouxe progresso significativo para os padrões materiais da maior parte da população.

A crítica de Fourier à sociedade pós Revolução Francesa refuta a revolução violenta. A nova sociedade que propõe deveria ser alcançada com financiamento de algum capitalista que, de boa vontade, abraçasse o projeto, impedindo assim a ocorrência de grandes conflitos sociais. A transição deveria ser harmônica, e liderada pelo próprio pensador. Apesar de rejeitar a ideia de utopias puramente teóricas, morreu sem que se realizasse ao menos alguma tentativa de seu projeto no período em que

viveu (ao contrário de Robert Owen, que com recursos próprios constrói sua própria sociedade ideal).

A sociedade perfeita idealizada por Fourier levaria ao pleno desenvolvimento de todas as paixões da alma humana, paixões estas de origem divina. A busca dos mais variados prazeres não contrariaria o espírito cristão, ao contrário, daria um novo sentido ao cristianismo. A revolução social proposta por este autor não se restringe, portanto, ao campo econômico, apesar de incorporar ao enxergar na sociedade francesa de sua época um estágio de miséria social e total desorganização. A monogamia é condenada como um dos principais sintomas do atraso social vigente em sua época, pois além de impedir que a humanidade pudesse usufruir livremente dos prazeres do sexo, dividia os homens em núcleos familiares, o que se contrapunha ao espírito de coletividade e colocava a mulher em uma posição subalterna e subserviente ao homem. A preocupação com igualdade de gênero neste pensador o coloca muito à frente de sua época. Neste sentido, pode-se dizer que a noção de desenvolvimento em suas obras extrapola em muito a questão tecnológica e meramente materialista.

Para Fourier, a França se encontrava em um estágio social classificado como *civilização*, um patamar intermediário entre a *barbárie* e o *garantismo social*. Este estágio de sociedade em que se encontrava a nação se caracterizava por um liberalismo generalizado das relações comerciais e financeiras, com exceção daquelas intervenções minimamente necessárias para proporcionarem seu funcionamento.

O autor argumenta que a busca pela transição da fase de *civilização* para a de *garantismo social* (mais avançada) pela democracia seria ilusória, pois o Estado seria uma representação exclusiva dos grupos de poder social, como a nobreza, os grandes proprietários e comerciantes, e os controladores dos bancos.

Ao mesmo tempo, os avanços científicos, apesar de vertiginosos, não teriam contribuído com melhorias significativas da sociedade, pois o estágio de civilização não havia sido superado. Para a superação da fase de *civilização*, Charles Fourier advoga por um monopólio do controle do comércio e das relações financeiras pelo Estado.

Diferentemente de Saint-Simon, tais argumentos são baseados em observação do comportamento social e econômico da França, e não em textos sagrados cristãos. Critica o fato de que os grandes pensadores de sua época estavam concentrados em estudos

que não abarcavam as especificidades das características sociais de cada estágio histórico e a direção à que a sociedade francesa se estava destinando. Contudo, afirma que o materialismo absoluto não deveria ser o caminho, e que o estudo das paixões humanas, o único campo de estudo puramente divino, deveria ser a chave para a compreensão dos movimentos da sociedade e da interação entre os indivíduos.

Para o autor, o desenvolvimento das paixões humanas relacionadas à distribuição levaria à melhoria da organização social. Passar-se-ia de um estágio em que o trabalho está associado ao sofrimento físico e moral para outro em que esta atividade traria prazer à alma humana pela possibilidade de distribuição do produto.

As paixões humanas, ao contrário das dos animais, não são exclusivamente físicas, pois sentimos prazer, por exemplo, ao compartilhar uma refeição entre amigos. Se for servido o melhor dos banquetes por um anfitrião sem que a companhia agradável de um bom diálogo, uma boa música ou algo que toque diretamente a alma acompanhe este prazer físico da refeição, o ser humano não estará plenamente satisfeito. No Estado de *civilização* em que se encontra a França quando Fourier desenvolve sua exposição das paixões humanas (1851), a maior parte da população não tinha possibilidade de usufruir com regularidade de prazeres materiais e espirituais de maneira combinada. Portanto, a busca de uma sociedade em que esta combinação pudesse ser alcançada por todos levaria à superação deste estágio de *civilização*.

Outra paixão da alma humana cujo desenvolvimento é dado como fundamental para o atingimento de uma organização social mais elevada é o espírito cabalista. Não apenas a paixão relacionada à concordância, à amizade, ao pertencimento de um coletivo é fundação de sólida harmonia social. A discordância provocada pelo espírito cabalista, ao defender com empenho suas posições, pode e deve gerar competição harmônica na manufatura e na agricultura, com aumentos de qualidade e redução de custos por todos os produtores, com ganhos para todos os envolvidos. Deve-se diferenciar, contudo, o cabalístico positivo daquele predatório, que ocorre quando por exemplo as vendas de um produtor são realizadas abaixo do preço de mercado para retirar seus concorrentes do mercado. A paixão, utilizada desta maneira, traz enorme prejuízo social, e ocorre repetidas vezes quando o comércio e a atividade manufatureira são desregulados, e predomina o livre mercado.

1.2.3 Robert Owen⁷

O escocês Robert Owen é o terceiro dos grandes pensadores do socialismo utópico da primeira metade do século XIX. O autor defende que a sociedade inglesa, na qual realizou vários de seus escritos e palestras, permanecia organizada em um sistema capitalista porque os indivíduos não recebiam educação crítica, e não estavam aptos a desenvolver julgamentos baseados puramente na racionalidade. Perpetuava-se um ciclo em que desde criança as pessoas eram educadas segundo os princípios vigentes na sociedade, e acabavam se acostumando com a miséria, a injustiça, a prostituição e as demais mazelas existentes sem questionarem as fundações deste modo de organização da sociedade. O objetivo de Owen é desenvolver um espírito de coletivismo nos indivíduos, independente de classe social, que seria a chave da transformação da estrutura social e econômica vigente. Portanto, a análise parte do indivíduo e de noções de moral para propor a superação da civilização industrial inglesa daquele período.

As chagas da sociedade e de suas instituições seriam extinguidas por uma superação do estado do homem, em que este alcançasse todas as suas potencialidades. Como todos os seres são dotados de uma combinação específica de qualidades e habilidades por um poder maior, os homens não deveriam ser repreendidos ou congratulados por suas ações e ideais. Parte, para esta análise, da noção de que o caráter de cada indivíduo é resultante não apenas da disposição intrínseca de suas qualidades morais, intelectuais e físicas, mas do ambiente em que são criados, e das ideias disseminadas por seus predecessores.

A partir do momento em que a humanidade se conscientizasse de que ninguém é responsável por suas ideias e caráter, visto que são formados desde a primeira infância pela reprodução dos hábitos e ideias vigentes na sociedade, as disputas violentas e a intolerância acabariam. Para tanto, Robert Owen prega a *harmonia* entre todas as classes sociais e religiões, que seria atingida com uma mudança radical na forma como se dá a educação dos indivíduos.

⁷ Sessão baseada em Owen (1840)

Sob esta construção, todos deveriam ser ensinados desde cedo a perseguir as verdades fundamentais observáveis na natureza, e não a adorar dogmas e sistemas políticos que perpetuaram a tristeza e miséria desde o surgimento do homem moderno. Para o autor, a organização da sociedade em classes buscando seus próprios interesses e o ódio ao próximo são originárias dos falsos dogmas das mais diversas religiões, e da obrigação de adoração de falsos profetas.

Quando os homens percebessem que trabalhando para a coletividade todos se beneficiariam, seria desenvolvido um espírito de coletividade, e a noção de trabalho se modificaria, pois, este seria menos monótono e mais flexível, se adequando à necessidade coletiva e desenvolvendo as potencialidades individuais. Haveria, na combinação entre os recursos naturais e as qualidades humanas, capacidade mais do que suficiente para produzir os bens necessários à um adequado e desejado padrão de bem-estar social.

Owen é crítico das relações capitalistas de produção, por entender que seu caráter exploratório impede o livre desenvolvimento das qualidades morais, físicas e intelectuais dos seres humanos. Pode-se dizer, então, que a utopia socialista de Robert Owen prega a superação do capitalismo através do desenvolvimento social *harmônico*, visto que o novo sistema proposto beneficiaria a todos, independentemente de posição social. As instituições evoluiriam em conjunto e em consequência da transformação do próprio homem, que agiria em união com seus semelhantes para atingir o bem comum e a superação da miséria material e moral.

1.3 Comunismo, Imperialismo e Revolução

A Revolução Cubana de 1959 pode ser caracterizada como uma revolução popular, que, em poucos anos após a tomada do Estado, consolidou uma estratégia socialista marxista de organização socioeconômica com ampla participação do Partido Comunista nas esferas centrais de governo.

A presente seção busca elucidar conceitos fundamentais da teoria marxista para que se compreenda a lógica subjacente às decisões de ruptura e transformação das

estruturas socioeconômicas cubanas e os objetivos sociais perseguidos pelo novo governo. À medida que avança a vigência da organização revolucionária socialista do modo de produção cubano, deve-se ter em mente os conceitos discutidos a seguir para que melhor se possa compreender e analisar as estratégias de política adotadas ao longo das diversas conjunturas econômicas globais e domésticas que caracterizaram a história recente do país.

1.3.1 Comunismo e socialismo na teoria marxista⁸

O método marxista de interpretação da história e de suas transformações é designado como o materialismo dialético. Por esta construção, visto que não há indivíduo que não esteja inserido em algum sistema de relações sociais particulares com predomínio de determinado modo de organização das forças produtivas, não se deve imaginar algo como uma razão pura idealizando o movimento da história econômica. Ao contrário, esta se move impulsionada pelas contradições inerentes à dinâmica antagônica das classes sociais que caracterizam os modos de produção. Como a classe dominada é a negação da classe dominante, o livre desenvolvimento dos sistemas econômicos acentua o caráter dialético da relação entre os atores sociais, até que os objetivos econômicos entre aqueles com poder e os que não o detêm se tornem tão conflitantes que as soluções dentro dos limites da institucionalidade dada tornem explícito seu caráter limitado, e que, a partir daí se desencadeie um processo de revolução social. Tal processo coloca em posição de supremacia política na nova ordem a classe anteriormente explorada, mas perpetua a exploração do trabalho e as contradições inerentes ao desenvolvimento das forças produtivas, ainda que sob nova organização das relações de classe. Assim ocorre, por exemplo, na passagem do feudalismo ao capitalismo.

⁸ Sessão baseada em Althusser (1999); Engels (1974); Engels; Marx (1984); Lênine (1978); Marx (1966; 2009; 2011); Meszáros (2015); Thompson (1989)

De acordo com Marx (a partir da interpretação de Althusser de *O Capital*), a história da sociedade é a história da luta de classes e das relações sociais antagônicas entre dominadores e dominados, centrada na dominação do Estado e de seus *Aparelhos Ideológicos*. Estes, por sua vez, têm como base a infraestrutura de determinado modo de produção dominante e seus processos de produção e reprodução da vida material. Assim, a transição do feudalismo para a sociedade burguesa, por exemplo, teria ocorrido como resultado das forças revolucionárias gestadas nos antagonismos de classes e das contradições inerentes às estruturas de produção em seu movimento dialético. Estas forças revolucionárias dizem respeito, primordialmente, às relações de produção e sua reprodução, dentro dos limites dados pelo estado das forças produtivas. (Althusser, 1999)

Ainda que as *classes* só venham a se constituir enquanto categorias históricas (Thompson, 1989), pela luta de classes, que possibilita a tomada de consciência dos diferentes interesses de exploradores e explorados, com o gradual desenvolvimento da cultura antihegemônica que entra em conflito com a cultura hegemônica, tal processo é resultado das diferentes ideologias inerentes às diferentes posições sociais dentro das formas de organização da produção social. Portanto, seguimos aqui a concepção de Althusser a respeito da ideologia, segundo o qual esta é derivada da materialidade das práticas dos sujeitos e instituições, refutando interpretação *idealistas* ou *ideadas* da ideologia. (Althusser, 1999)

Estas forças se contrapõem à harmonia pregada pelos socialistas utópicos que, segundo Marx, não seria capaz de transformar todas as relações de produção sociais, visto que à classe burguesa interessava a perpetuação do trabalho assalariado da classe proletária como elemento constitutivo do valor e do lucro.

Assim, o Estado capitalista moderno é entendido como a instituição fundamental de organização e legitimação das estruturas sociometabólicas engendradas a partir do domínio imposto ao trabalho assalariado pelo capital. (Meszáros, 2015)

Desse modo, na teoria marxiana, o comunismo é entendido não apenas como *expropriação dos expropriadores* através da superação da organização produtiva assentada na propriedade privada dos meios de produção, mas também como a transcendência da subordinação do trabalho ao capital, o que implica a emancipação

política e social do trabalhador e a autodeterminação em todas as esferas da vida. Tal resultado somente poderia ser atingido pela conscientização do proletariado em escala global a respeito do caráter exploratório das relações econômicas sujeitas à acumulação de capital na grande indústria e executadas pelos grandes burgueses. A organização e unificação de tal classe poderia levar à tomada do Estado capitalista, em um primeiro passo da estratégia de revolução social e de superação da organização sociometabólica material assentada no *capital* como principal sujeito do processo.

As formas particulares com que, em cada momento espacial e temporalmente delimitado, a classe trabalhadora poderia se apropriar do aparato institucional burocrático-militar com o intuito de iniciar as transformações fundamentais da sociedade (no sentido simultâneo de *destruição* das velhas formas e *construção* de novas) seriam bastante flexíveis, sem se prender à dogmatismos e a predeterminações. A análise empreendida por Marx ao tratar de *A Guerra Civil na França* é fundamental por se tratar da primeira experiência pós-capitalista de tomada do Estado pela classe trabalhadora. Os desdobramentos de 1848 a 1871 neste país acentuam as contradições de classe que iriam se explicitar com força na Comuna de Paris. O governo provisório aí instaurado resultou em *quebra* do Estado enquanto estrutura de poder e dominação, de maneira que passou a ser instrumento de trabalho e execução dos objetivos sociais, intrinsecamente relacionado à sociedade civil. Os salários dos representantes eleitos para a Comuna eram equiparados aos salários médios de operário, de maneira a extinguir as relações de classe como fundamento da ordem socioeconômica na experiência parisiense. (Marx, 2011)

A liberdade total do indivíduo e a ascendência histórica irreversível do comunismo, enquanto superação do capitalismo, só poderia ocorrer, portanto, com o desenvolvimento de novas estruturas institucionais e políticas em conjunto com a destruição das velhas formas utilizadas para dar sustentáculo às assimetrias de poder entre o capital e o trabalho. Isto implica a necessidade do caráter *social* e permanente do processo revolucionário, não bastando transformações de ordem meramente política expressadas através de algum arcabouço legal particular. Dadas as relações indissociáveis entre Estado e sociedade civil, as transformações deveriam ocorrer também, necessariamente,

nas formas de produção e distribuição material, autodeterminadas pela classe trabalhadora. Desta forma, advoga-se, nesta teoria, pelo *fenecimento do Estado*, como um processo consciente de transcendência dos arranjos baseados em grupos privilegiados encarnando as decisões sociais gerais. (Meszáros, 2015)

A transição de um modo de produção a outro sempre se deu ancorada no desenvolvimento das contradições inerentes ao estado das forças produtivas em determinada época e localidade. Contudo, o modo de produção que emerge sempre reproduz as estruturas de dominação de classe e a restrição de liberdade individual. Neste contexto, o capitalista produtivo e o rentista apenas são livres *em relação* ao trabalhador alienado, por ocuparem posições hierárquicas sociais superiores. O capital é o verdadeiro sujeito social do processo de acumulação. A conscientização do proletariado sobre as restrições ao livre desenvolvimento individual, dado o papel específico desempenhado por cada tipo de trabalho e a subjugação das características individuais ao processo produtivo, possibilita revolução que extingue a propriedade privada dos meios de produção. Daí resulta que a sociedade comunista só pode ser construída com a extinção da existência da classe proletária (e da organização de classe em geral), deixando de haver diferença na inserção de cada indivíduo no processo coletivo de produção material. Assim, a liberdade do homem seria completa, pois sua individualidade estaria garantida por seu pertencimento à comunidade.

A superação do capitalismo seria substancialmente distinta da superação do modo de produção feudal. Do feudalismo ao capitalismo, a transição se deu com o crescimento do estamento burguês, e da transformação deste estamento em classe, pela expulsão dos trabalhadores do campo, que acabaram por desenvolver habilidades de produção artesanal para garantir condições materiais de sobrevivência. A junção destes trabalhadores em corporações subordinadas a mestres profissionais acompanhou o crescimento das cidades, e permitiu que a burguesia comercial nascente se consolidasse e enfrentasse a nobreza proprietária de terras. Da modificação de um modo predominante de organização da sociedade material à outra, permaneceu a característica central da exploração de trabalho acompanhada por dominação de classe, propriedade esta inexistente no comunismo.

A classe proletária surge com a grande indústria e a concentração de capital, e amplia seu significado com o aprofundamento da concorrência intercapitalista centralizadora e a perda de significância dos espaços nacionais para os detentores dos meios de produção. Em dissonância com as formações econômicas em modos de produção precursores do capitalismo, agora toda atividade humana está subordinada ao processo de produção material destinado à acumulação.

Desta forma, a exploração do trabalho industrial e a desvinculação do trabalhador da posse do produto de seu trabalho, bem como o condicionamento de suas habilidades especificamente voltadas para um fim alheio, são as bases para o surgimento de uma consciência de classe capaz de executar a revolução.

Para os autores aqui tratados, o socialismo que interessava à classe trabalhadora deveria partir necessariamente de ação revolucionária. Ao contrário, os pensadores socialistas utópicos não puderam avançar em seus sistemas teóricos de organização da sociedade pois escreviam em momento histórico em que as forças produtivas ainda estavam em transformação incipiente e as relações sociais de exploração do trabalho tipicamente capitalistas permaneciam mascaradas.

O comunismo de Marx e Engels enfatiza a necessidade da união global da classe proletária em defesa de seus interesses, abolindo noções nacionalistas de lutas por interesses de parcelas dos trabalhadores, dado que a acumulação de capital não pode ser contida por nenhuma fronteira artificial. Neste sentido, nos textos de Marx redigidos em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores se destaca o repúdio às guerras nacionais europeias por serem guerras de concorrência intercapitalista, ou seja, conflitos que não dizem respeito e não beneficiam de nenhuma maneira o proletariado global.

Além da distribuição socialmente autodeterminada da produção material, o comunismo deveria trazer também a disseminação generalizada da educação e cultura, acabar com as noções tradicionais de família, religião e propriedade privada enquanto elementos constitutivos da ordem e com o antagonismo de classe (e da própria existência de classes) e constituir uma nova forma de organização social em que os interesses de todos seriam perseguidos pela coletividade detentora das condições materiais de

produção. Neste sentido, deveria haver igualdade *substantiva* proporcionada pela emancipação do trabalho, e não uma mera redistribuição dos valores de uso produzidos.

A transição do modo de produção capitalista para o comunista ocorreria por um processo revolucionário liderado pela classe proletária, que, a partir da destruição da organização hierárquica de classe existente na economia capitalista, daria gênese à uma sociedade de transição. Esta, através de transformações por etapas, levaria, então, à abolição da propriedade privada e da organização hierarquizada em classes sociais. Lênin denomina a primeira etapa deste período de transição entre o capitalismo e comunismo de *socialismo*.

Apesar de não tratar diretamente em seus escritos do que caracterizaria idealmente uma sociedade imediatamente pós-Revolucionária, Marx implicitamente reconhece a transitoriedade de tal organização social, que serviria apenas para iniciar a consolidação de novas estruturas que transcendessem a dominação do capital sobre o trabalho organizado espelhada no Estado capitalista moderno. As formas com que a transição do *capitalismo* para o *comunismo* viria a ocorrer dependeria dos antecedentes históricos e das condições econômicas, sociais, políticas e culturais em cada caso particular. Vale ressaltar, portanto, a necessidade de uma estrutura flexível e de desenvolvimento de soluções originais no enfrentamento da construção de nova institucionalidade do Estado e sociedade que civil que lastreie a emancipação do trabalho.

1.3.2 Imperialismo na teoria marxista⁹

O desenvolvimento histórico mundial do modo de produção capitalista deslocou o eixo preponderante de acumulação, inicialmente concentrado no capital comercial e em sequência no capital produtivo industrial, para o capital financeiro, articulador dos

⁹ Sessão baseada em Amin (1977); Baran; Sweezy (1974); Bukharin (1969, 1984); Foster (2007); Garcia (2010); Hilferding (1985); Levy (1980); Lukács (1974); Luxemburg (1985); Marx (2017)

interesses do capital à juros com os dos demais tipos de capital. O capital produtivo é aqui entendido como aquele que reproduz valor em escala ampliada ao combinar força de trabalho e meios de produção.

Apesar de a distinção das diferentes funções do capital só ser elaborada na totalidade dos três livros de *O Capital* de Karl Marx, o seguinte trecho pode auxiliar na compreensão do conceito de capital comercial. Assim, tratando de seu desenvolvimento no livro III:

Sendo D-M-D' o movimento do capital comercial, o lucro do comerciante se obtém, em primeiro lugar, por meio de atos que têm lugar apenas no processo de circulação, isto é, nos atos de compra e venda; em segundo lugar, ele se efetua no último ato, o da venda. Trata-se, pois, de um lucro sobre a alienação, *profit upon alienation*. *Prima facie*, um lucro comercial puro e independente parece impossível enquanto os produtos forem vendidos por seus valores. Comprar barato para vender caro, essa é a lei do comércio, e não a troca de equivalentes. Nessa lei está incluído o conceito de valor, na medida em que toda mercadoria é valor e, por conseguinte, dinheiro; com relação à qualidade, toda mercadoria é, em igual medida, expressão do trabalho social. Mas as mercadorias não são grandezas de valor igual. A razão quantitativa na qual se trocam os produtos é, num primeiro momento, absolutamente casual. Eles assumem a forma de mercadoria na medida em que são intercambiáveis, isto é, a expressão de um mesmo terceiro elemento. A troca continuada e a reprodução mais regular com vistas à troca vão progressivamente abolindo essa casualidade. Inicialmente, porém, isso não ocorre para produtores e consumidores, mas para o intermediário entre ambos, o comerciante, que compara os preços monetários e embolsa a diferença. Mediante seu próprio movimento, ele estabelece a equivalência. (MARX, 2017. Livro III p. 373)

A acumulação e reprodução do capital financeiro, ou seja, de exportação de capitais sancionada pelo Estado nacional em articulação com entes privados detentores dos grandes grupos monopolistas, se dá de forma acelerada ao se atingir a etapa *imperialista*, entendida por Lênin como *fase superior do capitalismo*. Isto ocorre em um circuito global em momento em que a economia mundial está suficientemente integrada, a ponto de permitir um alto grau de mobilidade destes capitais. O capital financeiro expande o capital “portador de juros” e o articula com o controle social das atividades

produtivas dos países coloniais (neocoloniais), o que possibilita absorção de parte da acumulação de capital pela metrópole (potência imperialista) através de operações de financiamento das atividades produtivas, especulações em mercados financeiros dos países de terceiro mundo e outras operações e transformações meramente monetárias.

Tal estágio da disputa intercapitalista resulta da redução da competição em âmbito doméstico, à medida que as sociedades anônimas vão tomando o espaço da empresa individual como alicerce do processo de valorização do capital. O predomínio de tal forma de organização ocorre pela menor necessidade de capitais individuais para engendrar novos investimentos, pois através da emissão de ações (títulos sobre rendimentos futuros) e da desconcentração da propriedade da empresa (mas não de seu controle), os investimentos planejados conseguem ser realizados com maior rapidez.

Os grandes bancos (com elevado volume de capital disponível para financiar a expansão de tais sociedades) se articulam aos grandes capitalistas, que passam a deter, com pouco mais da metade das ações com direito a voto (ou mesmo muito menos, dependendo do nível de desconcentração da propriedade de tais ações), o controle de grandes grupos industriais. (Hilferding, 1985)

Para a expansão internacional deste capital, se faz necessária a existência de um sistema de economias nacionais relativamente bem integradas que contemplem a formação de um *mercado mundial*, como arena de disputa intercapitalista na qual se partilham as áreas do globo que possibilitam lucros extraordinários a frações capitalistas nacionais dos países de industrialização avançada. (Bukharin, 1969)

A análise realizada por Lênin acerca do momento histórico iniciado por tal movimento coloca em evidência a impossibilidade de se reproduzir, nos países de desenvolvimento econômico tardio, formações capitalistas nacionais autônomas como as que se constituíram pela transição do feudalismo às revoluções burguesas da Europa Ocidental séculos antes. Assim, a práxis leninista, apoiada em sua compreensão teórica do movimento dialético real das forças produtivas econômicas de seu tempo coloca as revoluções proletárias nacionais, articuladas internacionalmente, como única via possível de desenvolvimento socioeconômico e melhoria substantiva de vida das massas trabalhadoras.

Deve-se ter em conta que, ao apreender a consolidação do capitalismo monopolista de Estado como forma *superior* da acumulação de capital em escala global, Lênin pôde perceber que a base material da transição socialista pela tomada revolucionária do Estado e dos meios de produção pela classe operária (articulada com todas as classes cujos interesses se opunham à exploração dos grandes grupos capitalistas) já estava dada na grande indústria, sem necessidade de maior desenvolvimento das forças produtivas da sociedade que antecipassem a superação do modo de produção vigente, mesmo em países que não haviam atingido os estágios materiais mais avançados, como era o caso da Rússia. (Lukács, 1974)

Especialmente nas fases históricas em que predominam o capital comercial e industrial no capitalismo monopolista, a expansão da acumulação se dá *em parte* pela realização da mais-valia em novos mercados com venda para compradores não incorporados previamente ao modo de produção predominante, através da expropriação violenta e acelerada das relações naturais de organização social. (Luxemburgo, 1985)

Neste sentido, as disputas pela hegemonia internacional do sistema capitalista deram origem à expansão acelerada do domínio colonial e neocolonial a partir da década de 1870, de maneira que se formaram enormes “impérios”, cada um deles composto por uma nação capitalista avançada e sua área de influência e expansão (em última instância, respaldada pelo poderio militar), na corrida por maior ritmo de acumulação de capital que permitisse a máxima exploração de países de atrasado desenvolvimento econômico. Assim, o domínio forçado de fontes de matéria prima e trabalho destes países e a destruição das formas naturais de organização social buscaram impor o modo de produção capitalista nos países sob domínio das superpotências.

Em relação à Cuba, pouco mudou do período de domínio espanhol do território da ilha à independência formal e regime neocolonial americano que passou a vigorar na primeira metade do século XX.

A principal diferença das formas originais de manifestação do imperialismo em escala mundial em relação àquela que passou a estar presente a partir do fim da Segunda Guerra foi o aparecimento de revoluções populares nacionais que resultaram em

destruição das velhas ordens sociais e consolidação de regimes socialistas ameaçadores à expansão dos grandes negócios do capital monopolista.

As grandes empresas multinacionais americanas, no período em que ocorre a Revolução Cubana e as demais revoluções de países do Terceiro Mundo, obtinham enormes taxas de lucro de suas operações nestes países, cujo crescimento era bem maior daquele que vigorava nos negócios domésticos. A ordem global bipolar impede a continuação da exploração de recursos naturais e força de trabalho barata destes países, e coloca em xeque a defesa ideológica do capitalismo. (Baran, Sweezy; 1974)

Estes fatores, somados à tendência de baixo crescimento da economia doméstica americana, fizeram com que a expansão dos gastos do complexo militar-industrial cumprisse o duplo papel de impulsionar a acumulação de capital e enfrentar os países dissidentes às regras definidoras da ordem econômica internacional.

O bloqueio econômico à Cuba e o suporte militar aos movimentos contrarrevolucionários integrava a estratégia mais geral americana na Guerra Fria, de sufocar todo o mundo socialista para impedir que a expansão do poder do império fosse colocada em risco.

No capitalismo contemporâneo, apesar de não se extinguirem as formas anteriores de expansão imperialista do capital associadas à violência direta e destruição de modos de produção não funcionais à acumulação e realização da mais-valia, emerge com grande significância a busca pela livre reprodução do capital financeiro no circuito D – D'. A integração do sistema monetário internacional e a desregulamentação dos fluxos de capital são apenas duas das medidas adotadas neste sentido. O Estado continua a ser o ente mediador das relações entre capital e trabalho, adotando políticas e estabelecendo instituições que visam a reprodução do capital fictício e do capital produtivo que efetua parte de sua acumulação através de ganhos financeiros. (Bukharin, 1984)

Marx explicita da seguinte forma a gênese do capital fictício no sistema de produção capitalista:

Mesmo supondo que o capital de empréstimo exista meramente na forma de dinheiro real, ouro ou prata – a mercadoria cuja matéria serve de medida dos valores -, uma grande parte desse capital monetário tem sempre de ser algo puramente fictício, isto é, títulos sobre valores, do mesmo modo que os signos de valor, o dinheiro. Quando o dinheiro funciona na circulação do capital, ele de fato constitui, por um momento, capital monetário; porém, ele não se converte em capital monetário emprestável, mas, antes, é trocado pelos elementos do capital produtivo ou, ao realizar-se a renda, é desembolsado como meio de circulação, sem que, portanto, possa converter-se em capital de empréstimo para seu possuidor. Quando se converte em capital de empréstimo e o mesmo dinheiro aparece reiteradamente com essa função, é evidente que ele só existe como dinheiro metálico *num* ponto; nos demais, existe apenas na forma de direito a reclamar um capital. Segundo o pressuposto de que partimos, a acumulação desses direitos provém da acumulação real, isto é, da transformação do valor do capital-mercadoria etc. em dinheiro; no entanto, a acumulação desses direitos ou títulos difere, como tal, tanto da acumulação real, da qual ela nasce, quanto da acumulação futura (do novo processo de produção), que é possibilitada pelo empréstimo do dinheiro. (MARX, 2017. Livro III p. 566)

Para que se consolidem os interesses das burguesias dos grandes impérios econômicos, estes se utilizam de pressões políticas e econômicas, e, em última instância, militares, para que a forma de organização do capitalismo que predomina em seus territórios domésticos seja reproduzida em escala global.

A concentração e centralização de capital nas fases anteriores do capitalismo (capitalismo comercial e industrial) resultou em sua organização em grandes trustes nacionais comandados por pequenos grupos de acionistas. O fortalecimento de grandes trustes nacionais, englobando as esferas produtiva, comercial e bancária, reduziu a força das contradições de concorrência interna, ao diminuir a importância dos pequenos capitalistas, sem possibilidade econômica de combate.

As disputas entre grandes grupos capitalistas nacionais em âmbito global se tornam muito mais relevantes e são caracterizadas por um acirramento da concorrência em busca de hegemonia (Garcia, 2010). Os Estados imperialistas não buscam apenas dar novas possibilidades de acumulação do capital em abundância doméstico, mas,

também, buscam assegurar o domínio dos mercados externos e das fontes de matérias-primas.

Desta forma, se consolidam e coincidem os interesses de diversas frações capitalistas no Estado, agora não apenas comitê executivo da burguesia na concepção estreita de repressão das classes proletária e rural, mas, também, expandindo suas funções para representar os interesses da burguesia nacional nas disputas econômicas travadas no *mercado mundial*.

Daí advêm a importância do poderio militar das nações de capitalismo avançado, última esfera da luta de concorrência do capital financeiro. As batalhas são travadas não apenas de forma violenta, mas também pela utilização do Estado na realização de políticas em prol do capital financeiro e em tentativa de impedir a expansão de capital dos países desenvolvidos rivais. Neste sentido, os instrumentos de política econômica utilizados nestas disputas incluem barreiras comerciais, empréstimos à juros elevados, sanções econômicas, e demais medidas limitadas apenas pela correlação de forças existente entre as nações. Estas políticas e a organização da economia mundial estão lastreadas na ameaça proveniente dos países de superioridade militar, que, assim, asseguram a expansão de seus capitais nacionais, cujo Estado é o ente representativo.

Práticas imperialistas de países centrais impedem a liberdade de atuação de política econômica dos países periféricos. A saída adotada por diversos países no tenso ambiente de concorrência assimétrica do capital financeiro travada em esfera global ao longo do século XX, especialmente durante a Guerra Fria, se deu por via revolucionária (Levy, 1980).

Ao eclodirem revoluções populares nacionais, não se extinguem as lutas anti-imperialistas nestes espaços. Guerras comerciais, sanções econômicas, e domínio de áreas geográficas de forte influência próximos à países socialistas periféricos são algumas das estratégias dos grandes Estados disputando a hegemonia de poder na segunda metade do século XX. Assim, os grandes Estados capitalistas passam a atuar na prevenção de conflitos sociais em países periféricos, apoiando líderes políticos com ideologia que facilite a política imperialista do capital financeiro, em geral, e a consolidação dos interesses das burguesias de suas respectivas nações, em particular.

1.3.3 Revolução na teoria marxista¹⁰

Para Marx, o Estado é entendido como a manifestação, na esfera do poder político, do antagonismo de classes sociais e da repressão socioeconômica da classe dominante sobre a dominada. O exército e a polícia conformam a instituição que garante a manutenção da ordem econômico-social vigente, e protege, no capitalismo, os interesses da burguesia das aspirações das classes proletária e dos trabalhadores do campo explorados. A representatividade política dá, assim, uma falsa impressão de democracia popular, pois independentemente do partido político no exercício do poder, as vias de influência do grande capital produtivo e financeiro na burocracia técnica e política do Estado impedem a supressão do regime social de exploração do trabalho com apropriação alheia, dadas as estruturas institucionais do Estado, e se reproduz o domínio político da burguesia sobre as classes trabalhadoras.

Desta forma, apenas revoluções são entendidas como capazes de colocar o Estado e suas instituições nas mãos das classes oprimidas, pelo processo que permite que se inicie a destruição da presente ordem com a simultânea criação e desenvolvimento de novas formas de sociabilidade. Visto que o capitalismo isola o trabalhador no campo e une o operariado na grande indústria, inclusive homogeneizando o caráter de seu trabalho e transpondo barreiras internacionais com a expansão das multinacionais e dos movimentos imperialistas, seria esta classe a que teria condições de se organizar e realizar revolução pela destituição da burguesia do comando do Estado.

Cabe ressaltar o caráter internacionalista que o movimento dos trabalhadores revolucionários deveria tomar ao se assentar no pensamento marxiano, visto que Marx desenvolveu boa parte dos seus escritos no momento em que as potências europeias ocidentais entravam no período clássico do imperialismo e da competição intercapitalista global, tendo o autor tido inclusive papel ativo na militância política e na organização

¹⁰ Sessão baseada em Anderson (1986); Marx (1844, 2011); Sweezy (1982); Trotsky (1979)

internacional da classe trabalhadora. Desta feita, levantes isolados de trabalhadores seriam facilmente reprimidos pela expansão planejada de Estados vizinhos e a utilização de seus aparatos militares em suporte da manutenção da ordem capitalista, como ficou patente na breve experiência histórica da Comuna de Paris.

Contudo, ainda que sob o modo de produção capitalista o Estado seja utilizado para manutenção da ordem vigente e para subordinação dos interesses das classes trabalhadoras aos interesses do capital, em qualquer momento do tempo as contradições entre os interesses antagônicos de classe aparecem na forma de *luta de classes* dentro (e fora) da institucionalidade estatal.

Desta feita, as revoluções populares são interpretadas como manifestação do caráter contraditório entre a esfera social de organização do modo de produção capitalista, das normas jurídicas e dos aparatos institucionais de controle social que garantem a perpetuação da reprodução das características deste sistema, por um lado, e da maneira como o trabalho humano é organizado e apropriado na esfera privada, por outro. Assim, o trabalho enquanto *mercadoria* isola os seres humanos da própria sociedade em que se inserem, de maneira que tanto a vida *material* quanto a *espiritual* dos indivíduos ficam dissociadas da comunidade. (Marx, 1844)

Sendo assim, ainda que os representantes da burocracia oficial reproduzam a organização geral do modo de produção vigente através das políticas implementadas, as diferentes relações de força entre classes sociais em cada experiência histórica fazem com que o poder político penda de maneira mais ou menos favorável às massas populares, à frações industriais, rurais ou financeiras dos capitalistas, de maneira que as contradições da sociedade civil apareçam na luta pela apropriação da máquina estatal. (Marx, 2011)

A tomada revolucionária do Estado pelo proletariado seria um primeiro passo na transição de uma sociedade capitalista para outra comunista. O proletariado deveria então incorporar a classe dos trabalhadores rurais no poder de Estado, e constituir, assim, uma revolução popular, uma nova organização do poder de Estado em que a força seria utilizada pela maioria para repressão da minoria, pela ruptura da ordem burguesa. A forma institucional de funcionamento do Estado deveria ser radicalmente modificada,

para que se criassem aparatos capazes de servir às classes trabalhadoras nas decisões a respeito dos rumos da sociedade e da economia. Desta forma, a democracia deixaria de ser um processo ilusório, pois os técnicos e administradores deste novo arranjo do Estado deveriam receber salário equiparado ao do operário, com ampla participação popular nas decisões dos rumos da nação. A quebra radical do Estado burguês e a manutenção do Estado como órgão de controle e execução dos anseios da classe proletária e do trabalhador do campo levaria à redução da importância do Estado à medida que a organização econômico-social fosse, de maneira planejada e contínua, se distanciando do capitalismo e se aproximando do comunismo.

Tal processo revolucionário, seria, portanto, ao mesmo tempo social e político. Político, por transformar o caráter do Estado e a forma como este se associa com a sociedade civil e o metabolismo socioeconômico. Social, pois apenas pela tomada revolucionária do Estado burguês pelos oprimidos é que poderia se começar a construir uma ordem socialista.

Analisando o golpe de Estado de Luís Bonaparte em 1851, Marx chega à conclusão de que a consolidação da institucionalidade política burguesa na França havia criado uma classe política parasitária, capaz de interferir em todos os assuntos econômicos da nação e obter rendimentos nas diversas esferas de produção material. Assim, sua crítica à interferência burocrática estatal está associada à uma experiência histórica particular em que esta foi utilizada de maneira autoritária e fortemente repressiva, guiada pelo objetivo central de manutenção da ordem burguesa. Partindo deste raciocínio, a tomada revolucionária do Estado deveria ser seguida necessariamente pela destruição de sua lógica capitalista de funcionamento, impedindo que as classes proletária e camponesa pudessem voltar a serem subjugadas pelos interesses do capital quando a coalizão de forças sociais pendesse em desfavor dos trabalhadores.

Ao mesmo tempo em que o Estado seria reorganizado para servir aos propósitos das classes populares, deveria ser utilizado para concentrar cada vez mais os meios de produção sob formas de propriedade sociais, até que ocorresse a extinção da propriedade privada e da possibilidade de usurpação do produto do trabalho alheio.

A organização ideal deste novo Estado deveria ser centralista, de acordo com Lênin, porém este centralismo deveria partir de “baixo para cima”. A estratégia de planejamento central deveria responder às estratégias locais e regionais, sem supressão dos poderes decisórios e excessiva centralização que impossibilitasse a busca de objetivos locais e regionais específicos.

Para tanto, na perspectiva em tela, a libertação da classe proletária apenas poderia ocorrer com a tomada do Estado em todo o globo, através de uma estratégia integrada das massas trabalhadoras e dos partidos comunistas no maior número possível de países. As transformações revolucionárias que destroem as organizações do capitalismo e modificam a maneira de funcionamento da economia e Estado nacionais são apenas um primeiro passo na estratégia para a superação do modo de produção capitalista. (Trotsky, 1979)

As formas com que se dão os processos revolucionários nos diferentes países e momentos históricos estão condicionadas pela maneira com que se organizam as esferas materiais das sociedades e os instrumentos de repressão do Estado. Assim, as particularidades nacionais deveriam ser respeitadas nas estratégias domésticas, que deveriam, por sua vez, se integrar às lutas internacionais e à organização internacionalista das classes trabalhadoras.

1.4 Socialismo Cubano à Luz das Experiências Soviética e Iugoslava

Esta sessão tem por objetivo comparar as fases iniciais do socialismo cubano após a Revolução de 1959 com as experiências soviética e iugoslava. A escolha destes dois países se deu por se tratar de modelos institucionais bastante distintos entre si e que caracterizam de maneira didática os ditos socialismo de planejamento centralizado, pelo lado soviético, e o socialismo descentralizado baseado em autogestão empresarial pelos trabalhadores, do lado iugoslavo. Permite-se, com isso, um melhor entendimento das opções políticas e institucionais das lideranças revolucionárias cubanas tendo em perspectiva os dois principais arquétipos que caracterizaram os desenvolvimentos socialistas do século XX.

1.4.1 Socialismo soviético¹¹

Apesar de diversas mudanças estratégicas terem sido efetivadas no longo período em que perdurou o socialismo na URSS, algumas características definem de maneira geral a experiência econômica de planejamento neste território em comparação com a forma de implementação do socialismo em outros países.

A fase inicial de implantação do regime socialista na URSS se deu de maneira fortemente planejada em um comitê central federal cuja função era determinar objetivos de produção física setoriais e outros objetivos macroeconômicos, como montante dos investimentos a serem realizados e montantes de mercadorias importadas e exportadas. Dado que o regime se inicia em um momento em que a Rússia se encontrava com baixo grau de desenvolvimento de suas forças produtivas, a estratégia de planejamento central sem grande participação dos mercados privados não tornou tão significativos os problemas de coordenação intersetorial e de formação de preços. O crescimento nesta etapa se dá de maneira *extensiva*, com os órgãos do Estado e do Partido responsáveis pela planificação central elaborando planos de longo e médio prazo que obtiveram sucesso em massiva e rápida ampliação da capacidade produtiva industrial, do investimento, e da quantidade de meios de produção com que passou a contar a industrial soviética.

Apesar disto, deve-se ter em conta que, pelo estado da luta de classes durante a implementação da Nova Política Econômica (NEP) durante os anos 1920, tanto o campesinato quanto o proletariado urbano não haviam desenvolvido ainda uma ideologia política à ponto de se comprometerem com a estratégia de desenvolvimento socialista, ficando à cargo da burocracia central as principais decisões de planejamento. Desta feita, a União Soviética progrediu vagarosamente na construção de uma *democracia socialista*, de maneira que houve pouca participação política das massas e uma fraca relação do

¹¹ Sessão baseada em Bettelheim (1983); Mandel, D (1989); Mandel, E (1991); Gerschenkron (1947); Schwartz(1991); Wilczynski (1987)

partido com o campesinato, de maneira que a aliança operário-camponesa proposta por Lênin como sustentáculo ideológico do Partido e do socialismo soviético não foi sustentada, prevalecendo inclusive a coerção e exploração dos pequenos e médios camponeses com o intuito de obter excedente material para amparar o elevado ritmo de industrialização. (Bettelheim,1983)

Nesta fase, a URSS se transformou rapidamente na segunda potência industrial mundial em menos de 30 anos, partindo de um ponto inicial de estrutura econômica majoritariamente de produção concentrada no trabalho camponês em 1917¹². Contudo, já neste primeiro período de crescimento econômico *extensivo* guiado pelas decisões estratégicas de uma burocracia fortemente centralizadora, começaram a aparecer sinais de desarranjo nos macrossetores e problemas de coordenação devidos à distribuição do investimento entre as diversas esferas produtivas. Entre 1929 e 1931, período em que se acentua o abandono do NEP, Stalin impõe uma coletivização forçada da produção agrícola, reduzindo brutalmente a produtividade do setor e acarretando crise de oferta de alimentos. De acordo com Ernest Mandel (1991), a baixa proporção de investimento no setor de bens de consumo de massa em comparação aos efetivados em bens de capital e administração pública resultou em desmotivação da classe operária e consequente baixa produtividade do trabalho em função dos custos indiretos da utilização de elevado contingente de fiscais da burocracia estatal para impor o ritmo de trabalho condizente com as metas de planejamento central.

Portanto, apesar das mudanças efetuadas na organização socioeconômica soviética após a Revolução de 1917, subsistiram elementos institucionais fortemente ancorados em práticas capitalistas e na organização estrutural do Estado de maneira a impossibilitar a completa destruição da exploração do trabalho *assalariado*. O acelerado desenvolvimento econômico soviético se deu pela coerção do trabalho e permanência, até certo ponto, da *separação* entre os produtores e os meios de produção, na medida em que a formação ideológica e cultural do operariado e campesinato não progrediu a

¹² Para dados sobre taxas de crescimento industrial da Rússia neste período, consultar Gerschenkron (1947) - *The Rate of Growth in Russia: The Rate of Industrial Growth in Russia, Since 1885*

ponto de se concretizar uma efetiva participação decisória democrática de cooperativas de produtores na esfera política. A exploração do trabalho, contudo, possui caráter diferente do que a que vigorava no período capitalista pré-Revolução, na medida em que a produção e distribuição são formuladas tendo em vista os objetivos socialistas representados nos Planos traçados pela burocracia central do Partido. (Bettelheim,1983)

Após as rápidas transformações estruturais terem possibilitado a superação do subdesenvolvimento econômico, entra-se em uma nova fase em que o crescimento deveria estar baseado em aumentos da produtividade para que a economia da URSS pudesse competir com as potências capitalistas de maior poder econômico. A relutância da estratégia stalinista em permitir um aumento da participação do papel dos mercados na URSS impediu uma maior racionalidade na organização econômica. Ao contrário do socialismo iugoslavo (caracterizado na próxima seção), em que as metas de planejamento central eram determinadas com base em amplo diálogo com as necessidades de entes de administração inferiores (empresas e administrações políticas locais), o socialismo soviético permaneceu com os rumos estratégicos impostos de maneira altamente centralizada, e com pouca participação do mercado como guia de critérios de eficiência microeconômica.

Desta forma, a classe trabalhadora não se via representada pelo Estado, formado por uma burocracia com elevados privilégios e controladora das esferas econômica e social da vida na URSS. Os conflitos com os planejadores da estratégia central se davam também entre estes e os gerentes de fábrica, que não participavam das decisões de produção e investimento e não possuíam motivação para ultrapassar em montante significativo as metas de produção física estabelecidas, sob risco de revisão severa das metas nos exercícios de planejamento subsequentes. A conjugação dos interesses de classe dos trabalhadores e gerentes resultou em uma espécie de conluio em que estes impunham condições de trabalho inadequadas e aqueles as toleravam desde que não fossem cobrados para exercer um ritmo de trabalho acelerado, visto que também não possuíam incentivo econômico para tal. Os bônus pagos aos trabalhadores atrelados à produtividade se davam de maneira quase automática, o risco de desemprego era pequeno (pois havia escassez de mão-de-obra e a chance de falência das empresas

estatais era mínima) e os benefícios sociais generalizados reduziam em alguma medida a importância dos rendimentos individuais.

Além dos problemas relacionados à baixa produtividade do trabalho (em especial se comparada à dos países capitalistas europeus ocidentais e aos EUA), a economia soviética sofreu também de desaceleração de seu crescimento econômico com o gradual esgotamento das possibilidades de transformações *extensivas*. Esta desaceleração ocorreu em função da estratégia adotada na alocação dos recursos produtivos, especialmente à medida que se extinguíam as possibilidades de descoberta de novas fontes de matéria-prima e de incorporação de mão-de-obra sem treinamento especializado e crescia a importância do desenvolvimento tecnológico e das inovações de produto e processo, no contexto global de crescimento acelerado das economias capitalistas da Europa Ocidental.

Além dos já mencionados baixos investimentos no setor de bens de consumo de massa, a falta de investimentos em infraestrutura logística (especialmente transporte ferroviário e locais de estocagem) fazia com que fosse frequente a interrupção da produção industrial por descontinuidade nas linhas de abastecimento, e que grande parte da produção de diversas mercadorias não chegasse ao destinatário final.

Mesmo que sem a existência de significativos problemas de coordenação estratégica comprometendo a continuidade do regime socialista após 1991, a experiência marcada por centralismo autoritário destoava em muito das recomendações do Marxismo-Leninismo de uma organização do setor público com remunerações de seus funcionários proporcionais às recebidas pelo trabalhador médio e da representação democrática dos interesses das classes populares em membros eleitos coordenando os objetivos sociais de produção e distribuição material.

A relutância do alto comando em dar ao mercado um maior papel de “árbitro” na alocação eficiente dos recursos disponíveis também contribuiu para o fracasso político do modelo adotado, em função da perda de dinamismo econômico da URSS ao longo dos anos 1980.

1.4.2 Socialismo iugoslavo¹³

A formação da esquerda iugoslava no período entre guerras se deu da mesma maneira que o próprio reino da Iugoslávia: de maneira fracionada refletindo as diferentes identidades étnicas de sérvios, croatas, eslovenos e grupos minoritários.

Os quadros políticos se dividiram neste momento inicial, entre os sociais-democratas e os socialistas revolucionários. Este segundo grupo sofreu forte influência tanto da Revolução Russa de 1917 quanto das reuniões da II e da III Internacional Comunista, que moldaram as diretrizes do socialismo iugoslavo a partir da experiência soviética.

Após um breve período inicial em que a estratégia comunista esteve subordinada aos soviéticos, houve em 1948 um rompimento entre a Iugoslávia e a URSS. Esta opção estratégica pode ser melhor compreendida no contexto de aproximação cultural e comercial da Iugoslávia com os países capitalistas da Europa Ocidental durante a Segunda Guerra, na busca de afirmação de identidade dos grupos étnicos sérvio, croata e esloveno, e na ajuda dos EUA na reconstrução dos países devastados pela Guerra através de financiamento de investimentos, doações alimentícias e ajuda militar. Contribuía também o fato de que a classe camponesa constituía a maior parte da população, baseada em comunidades familiares com forte aversão à comandos centralizados, dadas as características culturais e religiosas específicas locais de cada grupo de produtores.

O socialismo iugoslavo pode ser dividido em três períodos distintos, de acordo com a argumentação realizada a seguir.

De 1945 a 1950, o rumo estratégico se aproximou muito do modelo stalinista de planejamento central, economia de comando, e elevados investimentos nas indústrias pesadas, com crescimento acelerado da produção industrial e do produto econômico. Esta fase foi considerada como necessária pelo governo do país para dotá-lo de forças

¹³ Sessão baseada em Blackburn (1977), McFarlane (1966), Riddell (1968), Woodward (1991)

produtivas suficientemente desenvolvidas para que se pudesse efetuar a transição do modo capitalista de produção para o novo modelo econômico. Além das já mencionadas divergências culturais e religiosas entre as repúblicas formadoras da Iugoslávia, as disparidades entre o nível de desenvolvimento econômico entre as regiões impediram que perdurasse por muito tempo a estratégia de crescimento com planejamento central.

Concomitantemente, aprofundou-se a percepção de que as relações com a URSS não eram mais vantajosas, visto que os soviéticos importavam à preços inferiores aos vigentes no mercado internacional e exportavam para a Iugoslávia à valores acima, impunham rígido monitoramento dos processos políticos (que deveriam estar subordinados à estratégia da Internacional Comunista) e enormes privilégios ao Exército Vermelho instalado em território iugoslavo.

De 1950 a 1960, foram adotadas reformas econômicas que descentralizaram as decisões relativas à produção e investimento, dando autonomia orçamentária às empresas de propriedade social e às cooperativas agrícolas estatais. Ao mesmo tempo, ampliava-se a participação democrática e a classe trabalhadora passava a obter domínio das estratégias microeconômicas produtivas. Este processo se deu pela organização das firmas em um sistema de autogestão, em que decisões gerenciais deveriam necessariamente ser aprovadas por representantes eleitos das associações de trabalhadores para que pudessem ser colocadas em prática. Contudo, o baixo grau de escolaridade e qualificação técnica da grande maioria dos trabalhadores conjugado com o elevado nível de complexidade das decisões a serem tomadas impediu que, na prática, os trabalhadores exercessem autonomia decisória nos processos econômicos mais estratégicos.

Apesar da descentralização político-econômica, o governo central continuava responsável por utilizar um fundo de investimentos com recursos provenientes da taxação dos lucros empresariais para direcionar o crescimento dos setores macroeconômicos e integrar de forma dinâmica os processos de desenvolvimento econômico, além de determinar os gastos em benefícios sociais, serviços públicos e infraestrutura geral.

Durante a década de 1960, o fundo de investimento do governo central foi extinto, passando esta variável a ser determinada majoritariamente pelas decisões à nível de firma. Aos governos locais da Sérvia, Croácia e Eslovena foi inculcida a responsabilidade pelos investimentos em estradas, escolas, hospitais e pela organização da relação entre os setores público e privado em seus territórios. No âmbito externo, aprofundou-se a abertura comercial para incentivar a competição de preço entre produção doméstica e produtos importados, medida condizente com a estratégia de crescimento baseada em aumento de produtividade e na crença da eficiência dos mercados no que tange à otimização de preços e melhor alocação possível dos recursos materiais do país. Acompanhou esta abertura comercial a abertura financeira, que subordinou o crescimento da economia iugoslava aos ciclos internacionais de capital, fazendo com que as crises globais se expandissem para o campo doméstico. O liberalismo econômico que predominou durante todo o período do socialismo iugoslavo desde os anos 1960 até o abandono deste modo de produção foi acompanhado por controle dos preços e dos fundos salariais e de investimento pelo governo central, forçando assim aumentos na produção e na produtividade como forma de as empresas aumentarem seus lucros. (Woodward, 1991)

Dada a pequena extensão do território iugoslavo, a concentração da atividade industrial resultante dos incentivos econômicos e do liberalismo vigente resultou no predomínio de grandes empresas em relação não apenas ao setor industrial, mas à economia como um todo. Desta forma, o elevado poder de monopólio fez com que os preços praticados se distanciassem em muito daqueles que poderiam beneficiar consumidores e engendrar inovações via dinâmica concorrencial. A extensão da lógica de racionalidade econômica *otimizadora* aos bancos locais subordinou a expansão do crédito aos mesmos critérios de eficiência, aprofundando desigualdades de renda pessoal e regional.

Apesar do relativo sucesso do sistema de autogestão pelos trabalhadores dos processos decisórios econômicos das firmas que determinam os rendimentos do trabalho (com os já mencionados problemas relativos ao baixo grau de instrução dos trabalhadores e da complexidade das decisões tomadas) e da eficácia dos incentivos

matérias da autonomia orçamentária (Riddell, 1968), a falta de um direcionamento estratégico desenvolvimentista guiado por um aparato político central não impediu que a Iugoslávia sofresse de vários dos mesmos problemas enfrentados por economias capitalistas de livre mercado. Entre estes, destacam-se o desemprego, a inflação, e a subordinação doméstica à conjuntura internacional dos ciclos de capitais. Em relação ao sistema soviético, destacam-se como pontos positivos a efetiva representatividade política da classe trabalhadora, e a redução da burocracia estatal como classe privilegiada com interesses contraditórios aos das classes populares.

1.4.3 Socialismo cubano (1959 – 1989)¹⁴

O socialismo em Cuba se originou com um modelo econômico do tipo soviético, amparado e subordinado às diretrizes da Internacional Comunista e da Comecon (Conselho para Assistência Econômica Mútua, organização que visava originalmente a integração econômica dos países do Leste Europeu – União Soviética, Alemanha Oriental, Tchecoslováquia, Polônia, Bulgária, Hungria e Romênia – e que posteriormente incorporou Mongólia, Cuba e Vietnã). Apesar de antes de 1972 Cuba não ter sido membro oficial desta organização de comércio exterior entre os países do bloco socialista, a estrutura produtiva permaneceu (como antes da Revolução) fortemente concentrada na produção açucareira, cujas exportações aos países socialistas cresceram enormemente a partir de 1959 devido à funcionalidade desta produção em Cuba em relação aos objetivos gerais de integração comercial entre estes países.

Os anos iniciais de desenvolvimento da experiência institucional socialista em Cuba se pautaram pela nacionalização dos principais setores econômicos. O processo se iniciou nas grandes propriedades rurais e foi rapidamente expandido para os setores de telégrafo, refino de petróleo e indústrias majoritariamente comandadas por capital americano, expropriadas nos primeiros anos da década de 1960.

¹⁴ Sessão baseada em Brus e Laski (1992); Cole (2002); Fitzgerald (1989); Hamilton (2002); Pérez-Stable (1999)

Cuba se caracterizava, no período, por uma economia de forças produtivas pouco desenvolvidas. Deste modo, pode ser dito que as bases materiais, sociais e culturais vigentes quando da eclosão da Revolução Cubana em 1959 desafiavam concepções ortodoxas marxistas segundo as quais a transição para um sistema socioeconômico socialista só poderia ocorrer em países de capitalismo avançado. A fase inicial de crescimento econômico pós-1959 se deu com rápida acumulação de bens de capital financiada em grande parte por investimentos da URSS, não suficientes, contudo, para modificar o caráter majoritariamente agrário da economia do país.

Apesar de as Revoluções Cubana e Russa não poderem ser diretamente comparáveis devido às enormes divergências nos contextos políticos, sociais e históricos, alguns apontamentos podem ser realizados acerca das transformações da estrutura econômica. Julga-se assim pertinente apontar para o fato de que, ao contrário do período inicial de socialismo na União Soviética, que se beneficiou das grandes reservas de recursos naturais do país e da amplitude do território, Cuba desde o princípio necessitou de significativos níveis de importação de insumos produtivos para atender ao objetivo de superação da dependência estrutural de sua economia, fortemente baseada em monocultura de açúcar para exportação.

Assim como as demais experiências de “socialismo real”, apesar dos avanços materiais obtidos, a nova institucionalidade do país não foi capaz de permitir ganhos expressivos de produtividade e núcleos de inovação em processos e produtos. As razões para tanto podem ser encontradas na falta de incentivos econômicos dos planos centrais para que os gerentes se concentrassem nestes fatores e no papel bastante subordinado dos mercados privados, que não foram utilizados como guia das decisões adotadas pelo setor estatal e nem exerceram pressões competitivas significativas.

Ao longo dos anos 1970, uma série de transformações no arcabouço político-econômico foram implantadas com vistas a aumentar a produtividade do trabalho com base em novas formas de incentivos materiais. Dentre estas formas estava a vinculação dos salários à quantidade produzida e bônus aos gerentes empresariais pelo cumprimento das metas estipuladas pelos planejadores centrais. Contudo, a forte interferência da burocracia central nos processos decisórios das empresas impediu que

estas se comportassem baseadas em critérios de eficiência, pois não possuíam flexibilidade e autonomia decisória em grau suficiente. (Fitzgerald, 1989)

Os lucros de empresas rentáveis foram utilizados para financiar aquelas com prejuízo, e a forte intervenção decisória dos níveis hierárquicos mais altos do governo impediram a efetiva autonomia à nível empresarial. Ao mesmo tempo, intervenções do tipo benigno, como a disposição do Banco Nacional em socorrer de maneira quase automática as empresas com prejuízo em suas operações, ou a falta de rigidez dos órgãos centrais reguladores de preços fez com que as empresas socialistas cubanas não enfrentassem muitas restrições orçamentárias.

As razões para a menor importância dos mercados na forma institucional do socialismo cubano se comparada à outras experiências socialistas (especialmente a iugoslava, mas mesmo a soviética em sua fase mais madura) são de natureza política e ideológica.

Ao contrário do movimento revolucionário assentado no antagonismo de classes entre capitalistas e operários incitado pelo *Manifesto do Partido Comunista* de Karl Marx, a Revolução Cubana que destituiu a ditadura de Batista foi desde o princípio determinada pela afirmação da soberania nacional contra a interferência do imperialismo americano à nível internacional e pela defesa do território contra a oposição política no âmbito doméstico. Deste modo, o exército foi um dos principais executores da política econômica, cujo caráter centralizador e autoritário é entendido como condição necessária aos interesses nacionais, colocados em um patamar acima dos individuais e setoriais.

A razão política, por sua vez, se encontrava na elevada popularidade de Fidel Castro se comparado aos líderes de outros países socialistas (muitos destes figuras autoritárias, o que fez com que em Cuba a pressão da população pela liberalização e flexibilização econômica fosse consideravelmente menor. Contribuiu também para a sobrevivência de um modo de operação econômica fortemente centralizada a ampliação da participação popular nas discussões acerca dos objetivos revolucionários. Em 1976 e 1977 foram criados conselhos de Poder Popular, objetivando engajar as massas nas discussões a respeito dos objetivos de política propostos pelos líderes revolucionários,

bem como tomar conclusões acerca das consequências das medidas adotadas após sua implementação.

Em 1986, Fidel Castro lançou uma Campanha de Retificação, com vistas a planejar as novas formas de desenvolvimento socialista no país tomando por base a avaliação da experiência cubana desde os anos 1970. Os planos estratégicos são tornados públicos e os órgãos de Poder Popular passam a interferir no efetivo processo de planejamento de longo prazo da política econômica, em busca de continuação do processo de engajamento popular com os objetivos revolucionários, ampliação da cultura política e participação dos trabalhadores nas decisões estratégicas.

CAPÍTULO 2 – ASCENÇÃO DO SOCIALISMO REAL E A REVOLUÇÃO CUBANA

2.1 Contexto Geopolítico Da Revolução Cubana

Esta seção busca analisar o contexto global em que se inseriu a Revolução Cubana, bem como os impactos da conjuntura do período analisado sobre os desdobramentos iniciais da formação econômica do sistema revolucionado. Será feita uma breve comparação da situação de Cuba com a dos países latino-americanos durante a Guerra Fria, para que se compreenda o motivo de a Revolução e o socialismo terem ocorrido neste país em específico. Dado o amplo e profundo entrelaçamento entre a economia cubana e a da URSS e dos países socialistas da Europa Oriental, será analisada a forma com que as transformações nas relações internacionais de Cuba após a Revolução de 1959 impactou a atividade econômica do país.

2.1.1 Contexto geopolítico global¹⁵

A Revolução Cubana se inseriu em uma conjuntura de disputa entre os EUA e a URSS pela hegemonia política global e difusão da forma de organização de dois modelos socioeconômicos antagônicos. A competição entre as duas superpotências se deu de modo bastante desequilibrado, dada a ampla superioridade econômica e militar do bloco dos países capitalistas em relação aos socialistas.

A liderança econômica americana em relação aos sistemas monetário e financeiro internacional havia se consolidado com os acordos de Bretton Woods, que possibilitaram a imposição da agenda americana sobre o globo. Durante a Segunda Guerra, os vultuosos empréstimos americanos aos países aliados e o enorme crescimento da indústria bélica do país fortaleceram o poder geoeconômico estadunidense, resultando

¹⁵ Sessão baseada em Baran (1964); Cox (1990); Dominguez (1997); Gaddis (1983); Halliday (1986); Hobsbawn (1995); Knight (1982); Saull (2005); Simon (2011)

na imposição do dólar como divisa chave do sistema monetário internacional no acordo mencionado. Os membros de Bretton Woods estipularam acordo de livre comércio sustentado em taxas de câmbio fixas ancoradas no dólar, que por sua vez deveria estar atrelado às reservas de ouro. (Simon, 2011)

A prevalência do livre comércio global de mercadorias serviu aos interesses econômicos e políticos dos países capitalistas centrais, de maneira a perpetuar a exploração imperialista dos países que ainda não haviam conseguido estabelecer trajetória de crescimento econômico planejada que possibilitasse o desenvolvimento nacional. Desta feita, os países que em momentos históricos anteriores haviam sido funcionais à exploração predatória violenta das potências “avançadas”, agora sofriam processo atualizado de domínio geoeconômico imposto pela grande empresa multinacional monopolista exploradora dos recursos naturais e da mão-de-obra do mundo subdesenvolvido. Neste sentido, as possibilidades de melhorias substantivas sociais e econômicas dentro de tal ordem se colocavam como bastante improváveis para Cuba.

Por outro lado, a longa prevalência do modo de organização socioeconômico soviético e seu auxílio nas revoluções que eclodiram no Terceiro Mundo durante o longo período em que perdurou a Guerra Fria tornou possível que a luta pela autonomia nacional cubana estabelecesse um regime de planificação central inspirado nos ideais Marxista-Leninistas e na Revolução Bolchevique de 1917.

Do ponto de vista das estruturas socioeconômicas e do desenvolvimento das forças produtivas, os primeiros movimentos em Cuba após a Revolução de 1959 foram bastante inspirados nas décadas iniciais do socialismo soviético, contando com ampla participação deste país no financiamento dos investimentos realizados.

Mesmo antes do fim da Segunda Guerra, as lideranças americanas, britânicas e soviéticas começaram a definir em reuniões de cúpula as áreas do globo de influência e aliança de cada bloco. Devido à elevada importância do Exército Vermelho na derrota do império alemão, os países em que este estava instalado, especialmente na Europa Oriental, poderiam forjar aliança política e militar com o regime comunista. As demais áreas do planeta integrariam o sistema capitalista internacional de livre mercado articulado e comandado pelos EUA. Desta forma, a Guerra Fria trouxe consigo uma

redefinição das alianças mundiais, acentuando a polarização econômica e política e deixando pouco espaço para estratégias de terceira via não alinhadas à ideologia de livre mercado por um lado ou de planificação central por outro (Hobsbawn, 1995). Neste sentido, as quase seis décadas de exploração neocolonial da economia cubana pelos EUA tornaram lógica a aliança das forças revolucionárias de Cuba com as lideranças comunistas soviéticas.

Deve-se ter em mente que tal processo de exploração da ilha, ancorado em empresas multinacionais inseridas em competição monopolista, havia bloqueado o desenvolvimento econômico doméstico e a industrialização que havia sido possibilitada nos países em que haviam ocorrido anteriormente as primeiras revoluções burguesas, e que haviam conseguido utilizar de maneira consistente o excedente econômico de forma à engendrar formação de capital de grande escala e crescimento econômico baseado em aumentos da produtividade industrial. Em Cuba, ao contrário, assim como na maior parte do mundo subdesenvolvido, tal excedente era apropriado quase em sua totalidade pelo capital estrangeiro ou por representantes do Estado cujos interesses se mesclavam ao domínio capitalista externo e à manutenção da presente ordem de privilégios e exacerbação das diferenciações de classes sociais. (Baran, 1964)

Do ponto de vista da política externa americana, o medo de que o comunismo do Leste Europeu se expandisse para o Ocidente do continente justificou a rápida reestruturação dos países desta região com o Plano Marshall e contribuiu como um dos fatores originários da Guerra Fria.

O Plano Marshall obteve elevado nível de sucesso na expansão dos capitais à juros, comercial e industrial americanos. Os EUA emprestavam dólares à juros subsidiados que deveriam ser utilizados para a importação de maquinaria, matérias-primas e alimentos advindos de seu território. Exigiam ainda, como contrapartida do subsídio financeiro, que os países europeus integrantes do acordo abrissem suas economias ao investimento direto estadunidense. Desta feita, o próprio mecanismo de funcionamento do Plano forjou uma aliança político-ideológica entre os EUA e a Europa Ocidental, contrabalanceando o poder geopolítico soviético na Europa Oriental.

Enquanto a organização do sistema socioeconômico americano permitia sua expansão imperialista sem a necessidade de recorrente intervenção político-militar direta, através apenas da difusão impositiva do livre comércio internacional e da extrapolação de seu capital às fronteiras nacionais, o fortalecimento do regime soviético necessitava a militarização de seus aliados e o aproveitamento de tensões nacionais com potencialidade de implodir as estruturas sociais vigentes.

Os investimentos militares soviéticos no desenvolvimento de armas nucleares, apesar de não ameaçarem a hegemonia americana nesta esfera, tornaram extraordinários os custos humanos e econômicos que resultariam de um possível enfrentamento direto entre as duas superpotências. Em consequência, apesar da inferioridade de poder da URSS no contexto geopolítico, esta pôde se aproveitar dos desdobramentos da escalada armamentista para marcar posição e influenciar os rumos políticos e econômicos dos países revolucionários, através de deslocamentos militares e auxílio econômico.

A Guerra Fria, contudo, não deve ser entendida como um processo controlado pelas duas superpotências globais impondo a forma de organização econômica e política do Terceiro Mundo. Ao contrário, as crises econômicas e sociais nestes países decorrentes do modo com que suas economias se integravam como fornecedoras de commodities e mão-de-obra barata aos interesses dos capitais multinacionais foram os fatores determinantes das revoluções de cunho nacionalista (Saul, 2005). A aliança com o Partido Comunista soviético surgiu, na maioria das vezes, como uma necessidade de garantir a segurança nacional contra possíveis intervenções político-militares americanas.

Sendo assim, a permanência do governo revolucionário instaurado em Cuba em 1959 deve muito ao auxílio militar e econômico prestado pelas forças soviéticas, fundamentais na defesa do território contra os Estados Unidos e forças internas opositoras à Revolução. A política internacional da URSS, assim como a americana, foi guiada em muitos casos por interesses geopolíticos visando ampliação de sua esfera de atuação e influência global. Em contrapartida à assistência prestada ao Terceiro Mundo, a burocracia central soviética exerceu forte influência e controle sobre os rumos dos

partidos comunistas líderes e dos desenvolvimentos das estruturas organizacionais nas sociedades pós-revolucionárias. (Cox, 1990)

Deve-se ter em conta também que a clara definição e demonização do rival foram utilizados como propaganda ideológica tanto nos EUA quanto nos URSS, que assim se beneficiaram dos conflitos geopolíticos da segunda metade do século XX para buscar apoio político interno, mobilizando as populações de seus países e de seus aliados e legitimando as estratégias políticas e econômicas adotadas.

2.1.2 América Latina¹⁶

A configuração social e econômica de Cuba em meados do século XX não se diferenciava significativamente daquela que caracterizava a América Latina de uma maneira geral. Apesar de evidentes particularidades nacionais, alguns traços em comum podem ser encontrados no estudo da formação histórica do modo de produção capitalista no continente.

Diferentemente do processo de desenvolvimento econômico da Europa Ocidental, em que o capitalismo havia se constituído de maneira revolucionária através da liderança de uma classe burguesa responsável pela superação da ordem feudal, na América Latina o capitalismo é o sucessor da economia colonial.

Dada a impossibilidade de se repetir, nos países periféricos, a evolução das condições socioeconômicas engendradas pela acumulação de capital dos países centrais, as classes dominantes dos países latino-americanos tiveram de optar por um *capitalismo* fortemente *dependente* e vinculado aos interesses econômicos dos países centrais (que em última instância chancelavam o caminho estratégico adotado na política e economia); ou uma estrutura *neocolonial* que preservava os traços básicos de dominação de classe do período anterior, assegurando a manutenção exclusiva de

¹⁶ Sessão baseada em Calvocoressi (1987); Dix (1984); Fernandes (1981); Furtado (1986); Hough (1981); Knight (1990); Pettinà (2007)

privilégios e mesmo de direitos básicos sociais, civis e políticos para uma pequena minoria de *possuidores*. (Fernandes, 1981)

O sucesso da Revolução em Cuba responde à diferente situação *política* enfrentada pelo país em fins dos anos 1950. Apesar de diversos países latino-americanos terem enfrentado regimes ditatoriais repressores e corruptos ao longo do período de Guerra Fria, o governo de Batista deve ser diferenciado dos demais. No caso cubano, a execução do poder pelos militares não incorporou bandeiras reivindicadas pelas classes média urbana e pela burguesia. Desta feita, o isolacionismo e personalismo dos objetivos buscados pelo líder maior do Estado (bem como a percepção social de que vigorava um elevado nível de corrupção) possibilitaram que as lideranças revolucionárias guerrilheiras aglutinassem setores de todas as classes sociais na oposição. A Revolução Cubana, portanto, extrapolou a aliança clássica de outros processos revolucionários que juntavam camponeses e intelectuais, ao agregar também a pequena burguesia, a classe média urbana e o proletariado, a oposição partidária institucionalizada, e parte dos setores militares e do clero. (Dix, 1984)

Na América Latina de um modo geral, a forte concentração de propriedade de terra acompanhada por precárias condições de vida nas cidades devido à insuficiente prestação de serviços públicos e aos baixos salários recebidos pelas novas classes operárias traziam como consequência sociedades altamente divididas com interesses de classe bastante conflitantes. O amplo poder político dos oligarcas rurais, em geral apoiados pelos militares, tornou impraticáveis reformas agrárias por vias não revolucionárias.

Desta feita, a institucionalidade política da região tornou-se extremamente flexível e funcional à defesa da ordem, impedindo mesmo a consolidação de avanços democráticos significativos, pois poderiam colocar em risco as estruturas de dominação herdadas da formação colonial. Assim, por regimes civis apoiados em violência institucional e policial-militar ou se utilizando de regimes militares cancelados por parte da sociedade civil, as classes dominantes não apenas contrabalançaram o *poder* das lutas e reivindicações *revolucionárias* advindas das massas de despossuídos, mas

puderam, também, avançar seu *contrapoder* e consolidar sua posição na estrutura hierárquica socioeconômica. (Fernandes, 1981)

Apesar de, em geral, os países latino-americanos apresentarem economias capitalistas dependentes nos anos 1950, a Revolução Boliviana de 1952, assim como havia sido a Revolução Mexicana de 1910, buscou extinguir a forma de organização pré-capitalista e implantar acumulação capitalista privada baseada no desenvolvimento de relações de livre contratação de trabalho e formação de mercado doméstico (Knight, 1990). A reforma agrária resultante da Revolução Cubana, ao contrário, buscou superar as contradições de classe das relações capitalistas vigentes no período pré-revolucionário.

Deve-se ter em conta que a alternância entre governos civis com fortes figuras centrais autocráticas e recorrentes golpes militares teve suas origens na colonização do continente pela coroa espanhola e nas sucessões de tradição autoritária aí enraizadas. O contexto de bipolarização e tensão política da Guerra Fria ampliou os poderes militares na América Latina, fazendo das Forças Armadas as principais responsáveis pela determinação dos rumos econômicos e sociais de seus territórios. Mesmo nos momentos de governo civil, as principais lideranças políticas eram acompanhadas de perto pelos exércitos nacionais, em geral aliados ideologicamente aos EUA, e propostas que poderiam colocar em risco a perpetuação do modo de produção capitalista eram rapidamente abafadas por golpes de Estado. Apesar de serem em quase todos os casos governos anticomunismo, o grau de estatização, nacionalismo e intervenção econômica variou consideravelmente em diferentes países e momentos históricos de liderança militar.

A aliança estadunidense com ditaduras militares e civis no continente, especialmente nos anos 1950 com o governo Eisenhower, não se baseou, portanto, exclusivamente na difusão do liberalismo econômico que vigorava no sistema comercial e financeiro internacional para o âmbito doméstico dos países latino-americanos. Mais importante foi a mudança da estratégia geopolítica americana face às recorrentes alianças entre os movimentos de libertação nacional e os partidos comunistas locais apoiados pela URSS. Desta forma, o apoio americano à regimes totalitários

proporcionava maior segurança e poder ao país, reduzindo as possibilidades de eclosão de revoluções comunistas. (Pettinà, 2007)

No âmbito econômico, as elevadíssimas taxas de inflação acompanhadas de grande contingente de desempregados, estruturas industriais de tecnologia atrasada ou dominadas por capital estrangeiro, e forte concentração de renda e propriedade foram os principais problemas enfrentados pelos países latino-americanos no período analisado. Apesar da dependência econômica e política dos países do continente em relação aos países centrais, estes contavam com estruturas produtivas e organizacionais que atestavam uma fase de capitalismo mais avançado do que a maioria dos países da África e Ásia em que ocorreram diversas revoluções nacionais apoiadas pela URSS. Desta forma, em geral prevaleceu estratégia desenvolvimentista de forte intervenção econômica do Estado, preservando, contudo, a acumulação e a propriedade privadas, em oposição à alternativa neoliberal, sobre a via revolucionária socialista.

Em Cuba, o pequeno grau de influência política do partido comunista do país pode ter contribuído para o fator surpresa do caráter socialista tomado pelas políticas do novo governo poucos anos após a Revolução de 1959 que depôs a ditadura de Batista. A aliança entre o movimento *nacional* revolucionário liderado por Fidel Castro e Che Guevara e os comunistas do país só se consolidou efetivamente após a reestruturação das instituições governamentais que se sucedeu à tomada do Estado. A aproximação militar e comercial com a URSS se deu no contexto da ameaça americana, que impôs significativas sanções econômicas ao país após a nacionalização por Cuba da maior parte das empresas estrangeiras, de maneira que os EUA orquestraram um fracassado ataque ao país por cubanos emigrados opositores ao novo regime em 1961.

Não é de surpreender o envolvimento americano na tentativa de derrubar o regime revolucionário estabelecido em 1959. Desde a independência formal de Cuba em fins do século XIX, o país passou a se encontrar em condição neocolonial, dado o amplo volume de investimentos de capital estrangeiro, majoritariamente americano, que passou a controlar os recursos naturais, a contratação de mão-de-obra, o setor bancário, e as demais instituições chave da economia cubana. Para os Estados Unidos, portanto, Cuba era um país central na disputa de poder geopolítico e geoeconômico na América Latina

com a URSS. A expropriação de virtualmente todos os negócios realizados com capital americano no país tinha para os Estados Unidos dupla importância, pois não apenas causava prejuízos aos investimentos privados do país, mas também desafiava a hegemonia do capitalismo e do livre comércio na América Latina. Os EUA, desta feita, temiam pelos possíveis efeitos de imitação que poderiam resultar em outros países do continente, se não comunistas, com forte ideologia nacionalista e antiliberal.

2.1.3 URSS e COMECON¹⁷

Desde meados do século XIX, e especialmente nas seis décadas que separaram a independência formal de Cuba da Revolução de 1959 que desencadeou as profundas transformações na sociedade e no Estado, as relações internacionais do país com os EUA se caracterizaram pela desigualdade de poder entre os dois países e pela flutuação dos níveis de comércio e transações de capital típicas da organização capitalista das transações globais.

As relações de Cuba com a URSS e os países europeus integrantes do COMECON (Conselho para Assistência Econômica Mútua) possibilitou uma alternativa de desenvolvimento baseada em vantagens mútuas, maior estabilidade nas transações comerciais e no esforço de planejamento conjunto de médio e longo prazo do setor público da ilha com os demais países da organização. Assim, Cuba assegurou mercado consumidor para sua produção açucareira nos países socialistas após o bloqueio imposto pelos EUA em resposta à Revolução. O setor industrial do país avançou com importação de máquinas e equipamentos soviéticos e assistência técnica prestada pela URSS com o objetivo de capacitar mão-de-obra especializada em Cuba, visando relações comerciais de longo prazo complementares. As relações com a COMECON possibilitaram maior soberania econômica nacional, condições favoráveis ao crescimento do setor energético,

¹⁷ Sessão baseada em Eckstein (1985); Fedoseiev, Grigulevitch, Maiorov (org.) (1985); Katz (1983); Mesa-Lago (1974); Packenham (1986)

e importação de máquinas, equipamentos, e matérias-primas em condição vantajosa. (Fedoseiev, Grigulevitch, Maiorov, 1985)

Apesar das vantagens econômicas obtidas com estreitamento das relações com a URSS e os países europeus membros da COMECON (organização que Cuba passa a integrar em 1972), criou-se uma relação de profunda dependência política e subordinação dos objetivos cubanos da Revolução aos interesses soviéticos. O modo de organização socioeconômico da URSS, caracterizado por um socialismo fortemente centralizado, facilitava e ampliava as possibilidades de coerção sobre as lideranças cubanas, dado que o Estado soviético controlava quase a totalidade dos investimentos e recursos materiais provenientes de seu território direcionados à Cuba. (Packenham, 1986)

Sob a estrutura capitalista pré-1959, existia dependência para com os capitais internacionais e as multinacionais estrangeiras exploradoras de recursos naturais e mão-de-obra local, contudo a ampla presença do setor privado nestas esferas de atuação fazia com que a dependência cubana fosse mais econômica do que política. Após a Revolução, apesar das vantagens econômicas obtidas nas relações com a URSS se comparadas às que vigoravam com os EUA no período anterior, permaneceu o caráter de dependência econômica dado que quase a totalidade do comércio internacional cubano se deu com a URSS e países da COMECON, e se ampliou significativamente a dependência política. Para que Cuba pudesse continuar contando com importações de petróleo soviético (virtualmente quase a totalidade do utilizado no país) e outras matérias-primas e investimentos essenciais ao funcionamento da economia cubana, as lideranças soviéticas passaram a interferir cada vez mais na política externa e doméstica cubana, passando a utilizar técnicos da burocracia soviética para exercer controle direto de uma série de ministérios chave.

Apesar das vantagens obtidas nas relações internacionais com os países socialistas em comparação com as que vigoravam especialmente com os EUA no período pré-Revolucionário, Cuba permaneceu, portanto, em uma situação de dependência política e econômica.

Em troca da garantia de suprimento de petróleo, matérias-primas, máquinas e equipamentos industriais e equipamentos militares para Cuba, a URSS exigia uma posição subordinada deste país na estratégia geopolítica global, e uma organização socioeconômica interna amplamente baseada no modelo socialista de planejamento central soviético, opondo-se, desta forma, à tentativa das lideranças cubanas de priorizar incentivos morais em detrimento dos materiais como forma de motivar os atores econômicos à perseguirem os objetivos revolucionários. (Mesa-Lago, 1974)

Ao mesmo tempo, os acordos comerciais com o bloco soviético, cujas transações não se efetuavam com a transferência de moeda forte, impediam que Cuba obtivesse divisas para importar dos países ocidentais e direcionavam quase a totalidade de suas exportações para países da COMECON, dado que se estabeleciam cotas de longo prazo garantindo o aprofundamento e a coordenação das relações comerciais dos países do bloco.

2.2 IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO CUBANA

Esta seção busca a reflexão de como a visão ideológica dos líderes da Revolução Cubana influenciou a maneira como se traçaram os objetivos de construção de uma nova sociedade em Cuba após a derrubada do governo Batista em 1º de janeiro de 1959. Dada a enorme influência dos escritos de José Martí tanto sobre Fidel Castro quanto sobre a conscientização nacionalista popular da sociedade cubana de uma maneira geral, alguns aspectos do pensamento deste autor serão brevemente levantados.

2.2.1 José Martí¹⁸

¹⁸ Sessão baseada em Estrade (2016); Hennessy (1963); Martí (1991; 2011); Santí (1986); Santos (2011)

O nacionalismo cubano começou a se desenvolver com alguns pequenos proprietários da província de Oriente na segunda metade do século XIX, de maneira ainda incipiente e focalizada, como oposição ao regime de dominação política e econômica do colonialismo espanhol. (Hennessy, 1963)

Em fins daquele século, a profusão de artigos do escritor, intelectual e revolucionário cubano José Martí começa a aglutinar diversas classes sociais à luta pela emancipação nacional. Para Martí, não existe liberdade política sem liberdade econômica, e dado o caráter de “posse” que o território cubano representava para os colonizadores espanhóis, a única via de desenvolvimento social possível seria através de revolução nacionalista. (Martí, 1991) Fundador do Partido Revolucionário Cubano, Martí lutou e morreu em guerra pela independência de Cuba.

Apesar de ver a independência formal de Cuba (e dos demais países da América Latina) como fundamental para o estabelecimento de liberdades políticas, civis e econômicas, bem como um primeiro passo para que a sociedade do país pudesse caminhar em direção à justiça e igualdade de condições de vida, Martí colocou especial ênfase em seus escritos no domínio econômico dos EUA sobre os demais países do continente americano. Este fato, apesar de não ser necessariamente contrário à independência oficial de Cuba (a despeito das propostas do governo americano de compra e anexação da ilha), colocava-a em uma posição de tão grande subordinação econômica que dificultava que se traçassem estratégias próprias de desenvolvimento econômico autônomo.

Este desenvolvimento autônomo de Cuba e da América Latina possuía especial importância para Martí não apenas por acreditar que melhorariam as condições materiais de vida da população, mas, especialmente, porque liberaria o potencial de realização do espírito humano e possibilitaria a formação de um homem novo no continente, em harmonia com a natureza. (Santos, 2011)

A autonomia no desenvolvimento da sociedade cubana, buscada por Martí tanto em seus escritos quanto em sua militância política, refletia não apenas o fato de que observava que junto com a dependência e subordinação econômica e política da América Latina e do Caribe de maneira geral, e de Cuba em específico, havia dependência

intelectual e cultural, de maneira que os estudiosos do continente buscavam emular soluções e modelos teóricos importados de autores de países em diferente contexto, como exposto em seu texto *Nossa América*. Tendo vivido grande parte de sua vida nos Estados Unidos de fins do século XIX, observou o desemprego e a miséria aumentarem significativamente de 1870 a 1890, enquanto o salário médio permanecia estável. Portanto, apesar do liberalismo político, e mesmo econômico (de um ponto de vista meramente ideológico) de Martí, teve consciência de que quando os Estados Unidos entravam em uma fase de acumulação capitalista centrada em monopólios, a população de maneira geral não se apropriava automaticamente dos frutos deste processo. (Estrade, 2016)

No entanto, a crítica martiana partia de seu humanismo fundado na harmonia universal do espírito humano com a natureza e no livre desenvolvimento das potencialidades individuais. Portanto, rejeitava as ideias socialistas de inspiração marxista, pois acreditava que a organização da sociedade centrada em um Estado com grande capacidade de planificação da atividade econômica restringiria sobremaneira a liberdade pessoal. Seu pensamento se aproximava mais das correntes de socialismo utópico fundadas em considerações éticas e religiosas em defesa da harmonia das relações de classe. Neste sentido, Martí não enxergava que os problemas do capitalismo fossem resultado inevitável e tendencial do desenvolvimento das forças produtivas neste sistema econômico, e sim, da ética individual que guiava as relações econômicas e políticas da sociedade. (Santos, 2011)

Desta feita, combateu a estrutura produtiva monopolista tanto na indústria quanto na agricultura, pois acreditava que esta forma de organização dificultava ao trabalhador que obtivesse os frutos de seu trabalho, dada a desigualdade de poder resultante da concentração de propriedade privada.

O principal objetivo do Partido Revolucionário Cubano foi o de organizar as diversas associações de cubanos emigrados nos vários países pelos quais se espalhava sua população, para que a estratégia da guerra revolucionária de independência pudesse ser melhor planejada fora de Cuba, longe da espionagem, interferência e perseguição política da coroa espanhola. Martí, contudo, sempre frisou que o Partido Revolucionário

serviria aos anseios da população residente em Cuba, e jamais tentaria impor uma revolução iniciada fora do país, mas, sim, complementaria e organizaria os esforços da população cubana insatisfeita com a exploração econômica e política da coroa espanhola e de seus representantes.

Como líder revolucionário nacionalista, Martí se empenhou não apenas em organizar um movimento cubano popular interno, juntando em uma mesma coalizão política os interesses das populações negra de descendência africana, de origem espanhola, e dos homens livres nascidos em Cuba. Através do espaço a ele concedido em diversos órgãos de imprensa estrangeira, articulou o apoio do movimento internacional dos cubanos emigrados à revolução pela independência propagada de dentro de Cuba.

Apesar do radicalismo político nacionalista, Martí não era um marxista, e sim um romântico social que pregava a harmonia de classe e o comprometimento moral dos indivíduos cubanos com os objetivos de libertação nacional. (Santí, 1986)

Neste sentido, pode ser traçado um paralelo com o pensamento dos socialistas utópicos da primeira metade do século XIX, sendo encontrada, inclusive, alusão direta de Martí à Charles Fourier. Crítico, contudo, da utilização de teorias e formas “importadas” de Estado e política, Martí defendeu a criação original de um modo de organização sociopolítico latino-americano fundado nas raízes históricas culturais dos povos do continente. (Martí, 2011)

Enxergava naquele momento histórico de busca de independência e soberania latino-americana a possibilidade de construção de uma sociedade cujo padrão civilizatório se fizesse radicalmente diferente daquele forjado na racionalidade técnico-científica ocidental. De acordo com sua filosofia humanista, todo indivíduo teria em potencial a capacidade de encontrar a harmonia entre seu espírito e o mundo natural. A chave para esta harmonia seria o amor, que deveria servir como guia da ciência e cultura neste novo modelo de civilização almejado na formação soberana da América Latina e Caribe. (Santos, 2011)

Considerava inadmissível, naquele momento, evitar ou se opor à guerra de libertação nacional, dada a condição material precária dos habitantes da ilha, a falta de liberdade política e econômica e os elevados tributos cobrados pelo governo espanhol.

Desta feita, a independência de Cuba não deveria se restringir à uma mudança de poder meramente formal, mas, sim, dotar de melhores condições de desenvolvimento socioeconômico as populações trabalhadoras, que deveriam se beneficiar do fim da exploração colonial espanhola. A má administração, o elevado nível de corrupção e a exploração predatória dos recursos materiais de Cuba pela coroa espanhola, conjugados com a pobreza de grande parte da população cubana e da falta de liberdade política, de acordo com Martí, fazia da defesa da guerra pela independência do país uma obrigação moral patriótica.

O Partido Revolucionário Cubano, contudo, organizou com cautela a estratégia do movimento revolucionário independentista, para que se minimizasse ao máximo as perdas humanas, e para que não houvesse espaço para uma contraofensiva que pudesse fortalecer o poder da coroa espanhola.

Dadas as raízes culturais, históricas e políticas que diferenciavam a formação da sociedade cubana (e da maneira geral, da América espanhola) dos traços característicos da sociedade espanhola, Martí e os demais membros idealizadores do Partido Revolucionário Cubano advogavam que mesmo um governo espanhol democrático que dotasse a população de Cuba das liberdades pretendidas não atenderia aos anseios patrióticos nacionais, que somente poderiam ser efetivados com a independência.

No campo econômico, advogava pela liberdade de comércio de pequenos burgueses em âmbito doméstico e pela expansão do comércio internacional, desde que em condições vantajosas para todas as nações envolvidas nas negociações. Sua ambição era de que o arranjo político-institucional se transformasse de maneira a estabelecer uma democracia popular, em que as camadas trabalhadoras obtivessem a maior parte dos frutos de seu trabalho, ao mesmo tempo em que a pequena burguesia tivesse liberdade de investir em seus negócios de maneira que não colocasse obstáculo ao desenvolvimento soberano nacional.

Nos dias atuais, Martí continua sendo um dos autores mais estudados em Cuba, e a difusão de seus escritos em outros países poderia contribuir substancialmente nas reflexões sobre formas de desenvolvimento em países atrasados. Martí antecipou alguns pontos do debate imperialista da primeira metade do século XX, prestando especial atenção às formas de dominação político-econômicas não estritamente relacionadas ao uso direto de força. Suas ponderações sobre a mentalidade de uma sociedade centrada na instituição mercantil do dinheiro são extremamente relevantes nestas primeiras décadas do século XXI, em que o debate entre o papel do Estado e dos mercados talvez seja o que mais permeia as instituições políticas fundamentais da sociedade cubana.

2.2.2 *Che Guevara*¹⁹

Ao longo de suas vivências acadêmicas e políticas, Che Guevara desenvolveu uma linha de interpretação marxista heterodoxa, influenciada principalmente pelas correntes maoísta e trotskista, apesar de não se considerar seguidor ou signatário de nenhuma delas.

Além disto, sua preocupação com a exploração econômica imperialista dos povos de nações de menor desenvolvimento das forças produtivas foi fortemente influenciada por trabalhos de Lênin, como *O Estado e a Revolução*.

Não haveria, para ele, total emancipação das populações apenas com a extinção das contradições de classe na economia doméstica, caso continuasse a vigorar a profunda interferência de nações capitalistas desenvolvidas na política e economia de países socialistas.

Para Che, o processo revolucionário de transformação das estruturas socioeconômicas deveria ser acompanhado por uma profunda modificação na consciência humana, que deveria se desprender das características individualistas em

¹⁹ Sessão baseada em Harris (2009); Kohan (1997); Kronenberg (2009); Pericás (2004); Vieira (2017); Yaffe (2009)

direção à formação do homem novo, representado pelo ser social, pela fusão entre os interesses do indivíduo e da sociedade.

A construção do “homem novo” deveria acompanhar o desenvolvimento das bases materiais na construção da sociedade socialista cubana, visto que a transformação da consciência dos indivíduos e o comprometimento destes com os valores da revolução seriam os fatores que lastreariam e dariam possibilidade da emergência de um novo padrão de organização social. Esta nova ordem teria por objetivo vincular as pessoas com o trabalho que realizariam, de maneira que, efetivamente, a produção material tivesse por desígnio atender as necessidades coletivas, ao invés de servir aos interesses do capital em um processo de alienação do trabalho.

Deste modo, a construção da sociedade socialista deveria se pautar pela utilização conjunta de incentivos morais e materiais à produção, de maneira que gradualmente a transformação da racionalidade social permitisse a desvinculação das forças produtivas das categoriais mercantis que norteiam o modo de produção capitalista. Neste sentido, o sistema educacional revolucionário foi o principal instrumento utilizado para difundir e defender os valores socialistas que as lideranças haviam gestado nas lutas da guerrilha. (Vieira, 2017)

Portanto, enfatiza em suas leituras de Marx o caráter humanista dos escritos deste autor, especialmente em suas obras da juventude. Che rejeitava as correntes de interpretações mecanicistas do funcionamento das transformações socioeconômicas assentadas no materialismo dialético. Apesar de não ser um idealista, encontrava na consciência política e nas lutas revolucionárias o fator subjetivo capaz de resolver as contradições materiais inerentes ao modo de produção capitalista (Kronenberg, 2009).

As ligações intelectuais de Che com a versão maoísta do marxismo revolucionário, e alguns encontros com Mao-Tsé Tung no início dos anos 1960, provavelmente moldaram a concepção de aparato político-burocrático de Che, que defendeu a necessidade da permanência de lideranças com poderes centralizadores guiando as principais decisões da economia socialista cubana, diferenciando-se a experiência deste país da ocorrida na Iugoslávia, por exemplo.

A defesa de uma economia centralmente planejada estava respaldada também em seu entendimento de que o funcionamento dos mercados seria contraditório com uma organização socioeconômica socialista, visto que nestas instituições é que se realiza o lucro capitalista e a distribuição do produto social de maneira desconexa com os interesses materiais das classes populares. Da mesma forma, o posicionamento a favor da primazia dos incentivos morais sobre os materiais, no que ficou conhecido como o Grande Debate cubano do início dos anos 1960, acentuava seu entendimento de que para a formação do “homem novo” socialista deveriam ser gradualmente abandonados os instrumentos de coerção fundamentados em uma consciência capitalista, pois sua utilização em excesso poderia fazer com que a estrutura organizacional da sociedade retornasse ao modo de produção anterior. (Pericás, 2004)

Assim sendo, enquanto ocupou cargos de alto escalão no governo cubano no início dos anos 1960, Che implementou um sistema em que as empresas públicas do país deveriam produzir as mercadorias estabelecidas pelo aparato burocrático central seguindo rígidas metas e normas de funcionamento, com orçamento e quantidade de trabalho e materiais a serem utilizados previamente estabelecidos pelos planejadores centrais. A principal ferramenta gerencial para aumentar a produtividade deveria ser o controle e redução dos custos de produção (acompanhado por um controle de qualidade), dado que os planos para a economia do país eram atualizados anualmente de acordo com cálculos técnicos do governo visando atingir a melhor alocação material possível dos recursos disponíveis.

A influência de lideranças políticas trotskistas e de trabalhos deste autor devem ter contribuído para a insistência de Che na difusão das táticas de luta armada guerrilheira na América Latina, buscando, assim, a internacionalização da superação do capitalismo. Para Che, as lutas pela emancipação do homem acarretavam tanto o combate contra a exploração imperialista dos recursos econômicos e políticos dos países dependentes do Terceiro Mundo quanto a busca pela propriedade social dos meios de produção. O caráter internacionalista revolucionário de Che buscava o objetivo maior da superação global do modo de produção capitalista, que resultaria no fim da distinção de classe entre os indivíduos. (Yaffe, 2009) Além do componente econômico, Che ressaltou em seus

discursos e escritos a luta pela libertação dos preconceitos raciais e xenofóbicos, postura condizente com sua leitura humanista do marxismo, que não se satisfazia com a mera superação das contradições materiais das forças produtivas, mas, ao contrário, colocava no centro de sua ideologia a busca pela libertação completa do indivíduo e sua total integração à sociedade como homem novo, cuja moral e consciência estariam firmados não mais em princípios individuais, mas, sim, sociais.

Além disto, havia em Che o entendimento de que a expansão do socialismo para outros países do Terceiro Mundo seria condição fundamental para a sobrevivência do regime cubano em sua luta contra as forças políticas econômicas imperialistas. (Harris, 2009)

Além de sua atuação na organização e participação efetiva nas estratégias de táticas de guerrilhas pela soberania nacional popular tanto em Cuba quanto em outros países Latino Americanos, Che Guevara se aprofundou em estudos econômicos dos mecanismos de direção e planificação em sociedades socialistas, e ocupou cargos chave do governo revolucionário cubano, como o de Ministro das Indústrias.

Após alguns anos em que teve participação fundamental na criação da institucionalidade socialista cubana, sua visão internacionalista do marxismo o levou a buscar replicar o sucesso da guerrilha em Cuba para outros países latino-americanos. Morreu combatendo na Bolívia em 1967.

2.2.3 Fidel Castro²⁰

Tendo por principais influências teóricas a economia política de Marx e Lênin e a literatura de libertação nacional do escritor cubano Martí, Fidel Castro inicia seu movimento revolucionário, organizado inicialmente em grupos de guerrilha, com o intuito

²⁰ Sessão baseada em Baran; Huberman; Sweezy (1962) Bruno; Cassis; Coelho, (1991); Castro (1977); Fernandes (1979)

de reestabelecer o caráter civil do Estado cubano e reverter o golpe efetuado por Fulgêncio Batista.

A aproximação de Fidel e de seus companheiros de guerrilha das massas camponesas e operárias cubanas fez com que, desde o início, a Revolução fosse idealizada para os trabalhadores do país, apesar das alianças realizadas com a burguesia nacional insatisfeita com a situação de domínio neocolonial capitalista que colocava a estrutura econômica e social do país sob extenso controle americano. (Fernandes, 1979)

No pensamento do líder da Revolução Cubana, as buscas pela soberania econômica nacional, pela universalização da saúde e educação públicas de qualidade, e pela melhoria das condições materiais das populações camponesas e operárias eram desde o princípio das lutas armadas metas tão ou mais centrais do que a dissolução da divisão social em classes e da exploração capitalista do trabalho alheio. (Bruno; Cassis; Coelho, 1991)

Visto, contudo, que as condições de domínio econômico imperialista americano haviam impedido o desenvolvimento do capitalismo nacional e de uma classe capitalista doméstica atuante e independente, de um lado, e que as condições materiais e sociais se encontravam ainda bem pouco desenvolvidas em Cuba quando da formação do exército rebelde liderado por Fidel e Che, de outro, para ele o socialismo se colocou como única alternativa de libertação nacional e desenvolvimentismo socioeconômico.

Quando se têm em conta a estratégia contrarrevolucionária de guerra econômica americana, que extinguiu as importações açucareiras do país e se recusou a alimentar suas refinarias em solo cubano com petróleo cru importado da URSS, a radicalização das escolhas políticas de Fidel em 1960 e 1961 foi, para ele, entendida como única via possível de sustentação dos caracteres nacionalista e popular da Revolução.

Portanto, independentemente das ferramentas econômicas utilizadas e do modo de organização da produção, a preocupação central de Fidel era de devolver à Cuba a normalidade institucional interrompida pelo golpe de Batista e extinguir no país a miséria,

a fome, e outras mazelas sociais que acreditava estarem profundamente associadas à exploração econômica imperialista americana.

Apesar de rejeitar o voto direto para presidente como instrumento de participação democrática (pois acreditava que o sistema pluripartidário burguês impedia que houvesse coesão e continuidade das políticas de desenvolvimento social e que o poder econômico partidário impediria disputas eleitorais “em pé de igualdade”), instituiu um sistema de votos em conselhos de Poder Popular locais, cujos delegados eleitos pelas massas determinariam os representantes políticos nas instâncias mais elevadas. (Castro, 1977)

A centralização da política e da economia nas mãos do Estado decorreu do entendimento de Fidel de que a Revolução deveria criar as bases materiais de sua própria sobrevivência e fortalecer o vínculo com as massas populares através de rápidas e significativas transformações socioeconômicas. Para Fidel, o espírito de solidariedade e combate desenvolvido nas guerrilhas deveria acompanhar os agora líderes políticos de Cuba em sua contínua luta pelo sucesso da Revolução. (Fernandes, 1979)

O controle social da mídia, das instituições políticas, do comércio exterior, dos bancos públicos e da produção econômica de maneira geral se inserem neste argumento ideológico em que se enxerga o planejamento centralizado e a utilização de todas as ferramentas possíveis como necessários para a defesa das conquistas revolucionárias de libertação nacional e de universalização de condições mínimas de vida em Cuba. (Castro, 1977)

2.3 Revolução Cubana E Desdobramentos Das Décadas Iniciais

Esta seção busca realizar um balanço sobre as principais transformações na estrutura produtiva e nos padrões de vida material e social da população cubana nos primeiros 30 anos pós Revolução. Para tanto, é realizada divisão em três períodos distintos: o primeiro (1959 – 1970) caracterizado pelas transformações institucionais fundamentais de formação do arcabouço socialista; o segundo (1970 – 1975) de aprimoramento dos mecanismos de direção e atualização do modelo socioeconômico

cubano; e o terceiro (1975 – 1989) em que é enfatizado o processo de industrialização e transformações no funcionamento de setores produtivos chave.

2.3.1 Formação histórica da Revolução de 1959²¹

Desde a segunda metade do século XIX, os conceitos de nacionalismo e patriotismo e os ideais morais a estes vinculados formam parte significativa do perfil de identidade da população cubana. As diversas guerras de Independência contra a coroa espanhola, nas quais houveram enormes sacrifícios, lutas, e privações materiais em nome dos valores de soberania nacional, autonomia, autodeterminação dos destinos da pátria e justiça social, tornaram enraizado nas gerações de cubanos do século XX o desejo de ruptura com uma ordem político-institucional incapaz de atender aos anseios populares. O apoio generalizado de ao menos frações de todas as classes sociais às lideranças revolucionárias que derrubaram o governo Batista e iniciaram as vitórias da militância guerrilheira na década de 1950 estava fortemente influenciado pelas ideias do intelectual e fundador do Partido Revolucionário Cubano José Martí. Deve-se ter em conta que o nacionalismo liberal radical de Martí refletia as aspirações mais profundas dos cubanos em função do processo histórico de subjugação da sociedade pela dominação colonial espanhola no século XIX, gradualmente substituído pela dominação *indireta* imperialista estadunidense, que avançava ao longo deste século à medida que os EUA se consolidavam como uma das potências capitalistas hegemônicas.

Assim, nas guerras de independência em que o Partido Revolucionário de Martí assume a organização sistemática da oposição à coroa espanhola (articulada nos âmbitos doméstico e externo) e na virada para o século XX, a presença americana sobre as estruturas econômicas, sociais e culturais de Cuba já se encontrava bastante consolidada. Desta feita, a independência do país apenas desloca o eixo de dominação e cristaliza o regime de exploração *neocolonial* e a vinculação do Estado cubano e da burguesia “nacional” cubana aos interesses econômicos estadunidenses, através de

²¹ Fernandes (1979); Pérez Jr. (1980, 2017)

corrupção dos funcionários públicos e pressão imperialista respaldada no exército americano, que chegou à ocupar militarmente Cuba no início do século XX para garantir a manutenção de uma estrutura jurídico-institucional subserviente aos interesses da burguesia americana.

Desta feita, a soberania nacional esteve longe de ser atingida naquele momento, e, ao longo da primeira década do século XX, a funcionalidade da exploração de recursos naturais e mão-de-obra barata cubana ao capital americano resultou em impedimento da acumulação de excedente econômico em âmbito doméstico, impossibilitando a superação do *subdesenvolvimento* da maneira em que o conceito é interpretado por Baran²².

O regime ditatorial de Machado na década de 1930, e posteriormente o de Batista, acirram a oposição popular e a mobilização dos trabalhadores rurais e industriais, ainda que de maneira desorganizada. A militância intelectual de vanguarda cumpriu essencial papel de aglutinar as forças revolucionárias populares e integrar ao movimento as classes médias e a burguesia nacional (crítica ao regime em função da brutal acumulação do excedente econômico pelos capitalistas americanos). Ainda que em um primeiro momento o processo revolucionário corporificado nas lutas de guerrilha pudesse se restringir à destituição da ordem neocolonial e à consolidação de um Estado nacional-popular conciliado com acumulação capitalista autônoma e determinada a partir de dentro, a rigidez política da resposta americana impediu qualquer solução neste sentido, como ia ficando patente ao transcorrer do curso histórico.

A tomada de poder pela vanguarda guerrilheira que havia originado o Exército Rebelde, em 1º de janeiro de 1959, fortaleceu, para os seus defensores, a associação entre o Governo Revolucionário e a soberania nacional. Dado que o estudo da história cubana desde a segunda metade do século XIX fazia com que a luta por esta soberania, que traria justiça social e adequado acesso à bens e serviços essenciais à população, estivesse vinculada à própria formação da identidade do cubano, a defesa da Revolução passou a ser considerada a defesa do povo e da pátria cubana. Após quatro séculos de

²² *A Economia Política do Desenvolvimento* (1964)

domínio colonial e sessenta anos de neocolonialismo, a sociedade cubana incorporou fortemente o *Pátria ou Morte*, se sacrificando em defesa da Revolução e trabalhando arduamente pela defesa da soberania nacional, se necessário através de luta armada.

Neste sentido, a guerrilha liderada por Fidel Castro que havia desembocado na tomada do poder do Estado em 1959, deve ser entendida em um sentido mais amplo de continuidade da busca por afirmação de valores enraizados na formação cultural e de identidade cubana. Apesar de as lideranças revolucionárias terem passado a utilizar revisionismo histórico pelo caráter funcional que a narrativa reconstruída dotava ao novo regime, fato é que nos ditos Cem Anos de luta (1868 – 1968) se originou e aprofundou de forma orgânica um radicalismo político nacionalista entendido como único caminho de desenvolvimento soberano autônomo em Cuba. (Pérez Jr., 1980)

Desta forma, nos anos iniciais pós-1959, os objetivos primordiais do governo foram os de unificar politicamente a nação e combater o imperialismo americano, que desde o início do século XX (e mesmo antes) havia impedido a efetiva independência política e econômica da ilha. Passou-se a combater a imprensa contrarrevolucionária, a igreja (com forte vínculo aos interesses estrangeiros, especialmente espanhóis) e a oposição política, que poderiam colocar em risco as conquistas do novo regime. A história cubana foi utilizada como arma ideológica do novo governo, para justificar o sistema político unipartidário e a defesa irrevogável dos objetivos Revolucionários. (Pérez Jr., 2017)

2.3.2 1959 – 1970 (Socialização das propriedades e transformações na estrutura produtiva)²³

O amplo apoio popular à Revolução permitiu enorme militarização das massas trabalhadoras do país, nos mais diversos níveis de classe, renda, e área de trabalho. A aproximação com a URSS na primeira metade dos anos 1960 permitiu que as novas forças do exército revolucionário pudessem contar com adequados recursos materiais e

²³ Sessão baseada em Cano (2000); Landau (1989); León (2003); Molina (2016); Rodriguez (1990); Vasconcelos (2011, 2015)

treinamento naquele país. Sendo assim, os custos econômicos e de oportunidade de trabalho em outras áreas cruciais ao desenvolvimento das bases materiais do país sofreram forte influência negativa da ofensiva dos EUA. (Landau, 1989)

A forte atuação americana contrarrevolucionária após o sucesso da Revolução, através de diversas tentativas de sabotagem do governo, de assassinato de Fidel Castro em uma operação articulada pela CIA e FBI, invasão de cubanos emigrados com apoio econômico e treinamento pelas forças armadas dos EUA, e sanções econômicas seguidas de bloqueio do comércio internacional da ilha, fizeram com que as lideranças revolucionárias optassem por uma rápida e profunda guinada rumo ao socialismo.

Outros fatores também contribuíram para esta decisão. Apesar de a ideologia geral das classes de apoio à Revolução ter estado muito mais vinculada ao nacionalismo e humanismo de José Martí do que da teoria marxista-leninista, Fidel Castro e o núcleo de comando da intelectualidade guerrilheira estavam bastante influenciados por esta linha de pensamento.

Além disto, à medida em que se iam realizando transformações democrático-populares nas estruturas econômicas da sociedade, e que se expropriava o capital estadunidense, o caráter subordinado aos interesses imperialistas da burguesia cubana vinha à tona. A aliança desta classe com os capitalistas americanos que possuíam negócios em Cuba no período neocolonial, atuando com o objetivo de minar a sobrevivência política da Revolução, fez com que o socialismo se fizesse necessário para a defesa e continuidade da nova estratégia soberana e popular de direção econômica. (Rodriguez, 1990)

Após a Reforma Agrária de 1959 que expropriou diversos latifundiários americanos, que comandavam virtualmente toda a produção do complexo açucareiro cubano, e a resposta dos EUA com a declaração de que deixariam de importar o açúcar do país (deve-se ter em conta que a maior parte da exportação de Cuba deste produto estava direcionada aos EUA), a URSS, atenta aos desdobramentos da Revolução, anuncia que passará a importar a cota de açúcar que cabia antes aos EUA, pagando preços mais elevados do que a cotação internacional. Assim, em 1960 e 1961 se estabeleceram e aprofundaram acordos de cooperação comercial entre Cuba e a URSS.

A ilha firmou também acordos com outros países do bloco socialista e com a China. Portanto, o contexto geopolítico global do início dos anos 1960, em que o socialismo se encontrava em uma posição fortalecida, contribuiu também para a transição do sistema socioeconômico cubano.

Por fim, a estrutura do sistema econômico do país, com uma burguesia bastante debilitada em função do domínio neocolonial americano que permeava Cuba desde os primeiros anos da Independência frente à Espanha, produção concentrada em monocultura exportadora baseada em latifúndios, e sistema bancário e industrial dominados pelo capital estadunidense, não fazia crer que reformas no funcionamento da economia e política, sem alterar o caráter fundamental das relações sociais de produção, pudesse efetuar as rápidas transformações nas condições de vida demandadas pela massa popular.

Junto à Reforma Agrária, a nacionalização de todos os setores fundamentais da indústria, de propriedade privada tanto estadunidense quanto cubana, a implantação do sistema político unipartidário, e a retirada de reformistas e conservadores do governo Revolucionário, completaram a transição inicial socialista. (León, 2003)

A ampla Reforma Agrária realizada pelo governo revolucionário se deu em duas etapas. Na primeira destas, que explicita talvez o movimento mais significativo do período de transição institucional socialista dos anos 1959-60, a expropriação de grandes latifundiários, com especial importância aos norte-americanos que comandavam o processo de produção no complexo açucareiro, resultou em uma experiência histórica original em que conviveram lado a lado as propriedades estatal, cooperativa, pequenas propriedades privadas de trabalhadores camponeses, e porções de terra médias e grandes dominadas pelas burguesias internacional e cubana. (Molina, 2016)

Pequenas propriedades haviam sido distribuídas para trabalhadores rurais sem terra que assim passaram a ter a possibilidade de obter subsistência alimentar. Contudo, o trabalho despendido nestes pequenos lotes era complementar a forma de organização geral do trabalho agrícola, concentrado, em 1959 e 1960, em associações cooperativas de produção canavieira e de arroz, cujas terras de médio porte passaram a incorporar também outros gêneros agrícolas. Acompanhando a expansão da organização

cooperativa na produção agrícola, o setor pecuário foi concentrado em Granjas do Povo, administradas pela burocracia central, dado o caráter extensivo da atividade que inviabilizava a forma cooperativa de autogestão.

A partir de 1961, quando, no contexto de aprofundamento das tensões políticas internas e internacionais, as lideranças revolucionárias declaram o caráter socialista da nova organização socioeconômica, aprofunda-se o debate agrário em relação à melhor forma de organização da atividade produtiva agrícola. De um lado, os representantes da burocracia central defendiam a expansão das Granjas do Povo, que facilitariam o igualitarismo das rendas do trabalho e o cumprimento dos objetivos da planificação socialista. De outro, especialistas técnicos estrangeiros que acompanhavam as transformações revolucionárias em Cuba argumentaram em favor das cooperativas, dada a escala de produção mais eficiente e a vinculação entre rendimento individual e produtividade que favoreceria o crescimento desta.

Apesar da pertinência dos argumentos técnico-econômicos destes observadores, as Granjas do Povo acabaram se colocando como necessárias para defesa da Revolução, dada a profundidade e potencial desestabilizador das ofensivas contrarrevolucionárias domésticas e externas. Além disto, a cultura do trabalhador rural cubano, que se habituara com a segurança do trabalho assalariado no período de exploração econômica estadunidense (que havia dominado virtualmente todas as terras de maior produtividade, de maneira que o trabalho autônomo se concentrava em propriedades que garantiam poucos rendimentos), fez com que este apoiasse as Granjas do Povo. (Vasconcelos, 2015)

Em 1963 amplia-se fortemente a participação estatal na produção agropecuária e ocorre a virtual extinção da acumulação privada burguesa neste setor, dado que o setor privado atuava até então buscando desestabilizar e derrubar o governo revolucionário, utilizando a acumulação econômica realizada em movimentos políticos pró Estados Unidos.

Além da significativa melhora das condições materiais da classe camponesa, agora pequena proprietária da área em que trabalhava, ou então vinculada às

cooperativas ou terras estatizadas, ocorreu uma rápida ampliação dos investimentos em saúde, educação e cultura.

As transformações na estrutura econômica do país nesta primeira década de Revolução visavam uma industrialização rápida assentada na substituição de importações, dados os constrangimentos impostos pelos déficits na balança comercial e os impactos do bloqueio econômico americano, que deveria ser precedida pelo aumento da produtividade no setor agropecuário através da mecanização dos processos produtivos e do fortalecimento da exportação açucareira, capaz de dotar o país de capacidade de importação das máquinas e equipamentos necessários às pretendidas modificações modernizantes.

Deveria ocorrer também (e de fato ocorreu) diversificação da estrutura produtiva, tanto na agropecuária quanto na indústria (neste último caso, visando desenvolver a indústria pesada).

Contudo, na primeira metade dos anos 1960, a diversificação agropecuária foi realizada não com crescimento da produção açucareira (em menor velocidade) e não açucareira, mas sim com a redução absoluta da produção da mais importante mercadoria de exportação do país. A queda na extensão de terra utilizada no cultivo da cana-de-açúcar impediu que se obtivesse um volume de moeda estrangeira compatível com as ambiciosas metas de industrialização e crescimento econômico, que serviriam à longo prazo para gerar as receitas que pudessem arcar com os dispêndios sociais almejados.

A estratégia de crescimento foi rapidamente revisada, compreendendo-se a importância dos investimentos no complexo agroindustrial açucareiro. Desta forma, o país teve acelerado crescimento industrial no balanço da década de 1960, desenvolvendo em algum grau a infraestrutura elétrica e de transporte e outros ramos pesados, evidenciando que a meta de substituição de importações estava sendo de fato perseguida.

A diversificação da produção agropecuária reduziu a necessidade de importação de alimentos no país e ainda foi capaz de gerar exportação em alguns setores,

contribuindo também para a estratégia de autonomia produtiva, bastante importante dado o bloqueio econômico enfrentado por Cuba.

O rompimento das relações comerciais com os EUA e o relativo atraso econômico da URSS, se comparado com os países de capitalismo desenvolvido, fazem com que as restrições externas atuem com intensidade e impeçam mudanças ainda mais significativas do que as que se observaram na estrutura produtiva cubana ao longo dos anos 1960. De acordo com Cano:

Os problemas estruturais do setor externo e as crescentes necessidades de importações de insumos e de bens de capital fragilizaram tanto o processo de investimentos quanto as metas de produção. (CANO, 2000. p. 555)

Os órgãos centrais de direção e planejamento e o sistema de contas nacionais sofrem nos anos 1960 profundas alterações. Che Guevara, então Ministro da Indústria, atenta para a importância de desvincular instituições mercantis capitalistas dos processos de contabilidade do novo regime (salário, preços, custos, rendimentos, lucros). Sendo assim, inicialmente se implementa um sistema focalizado no nível de produção física, transações não mercantis entre empresas estatais, e ênfase em incentivos morais ao aumento da produtividade (em detrimento dos incentivos materiais).

Estas medidas, organizadas no Sistema Orçamentário de Financiamento, representavam uma das duas grandes correntes de pensamento que constituíram o Grande Debate de 1963-64. A defesa deste sistema tomava por base a formação da estrutura produtiva cubana no período anterior à Revolução, cujo domínio neocolonial americano se assentava em indústrias monopolistas de grande porte, de maneira que em Cuba a centralização e concentração de capitais prevista por Marx teria ocorrido durante o desenvolvimento capitalista subordinado do país. Sendo assim, a produção organizada na grande propriedade socializada e administrada diretamente pelos planejadores centrais traria maior produtividade do trabalho por eliminar processos concorrenciais que impediam a otimização da alocação de recursos e por possibilitar a incorporação de maiores ganhos de escala.

Do outro lado, os defensores do Sistema de Cálculo Econômico entendiam que o desenvolvimento das forças produtivas cubanas até aquele momento teria sido insuficiente para abandonar os mecanismos de acumulação privada e a utilização de categorias mercantis. A produção deveria ser organizada em cooperativas de médio porte, com autonomia decisória parcial vinculada aos objetivos de planificação. Desta maneira, advogava-se por um maior papel dos mercados (vinculados à estratégia do Estado) e por maior utilização dos incentivos materiais individuais que seriam benéficos ao aumento da produtividade do trabalho. Especificamente em relação à produção agropecuária, criticavam o Sistema Orçamentário de Financiamento por entenderem que neste havia sido transposto uma análise de Marx das transformações industriais para o setor agrícola, sem respeitar as particularidades técnicas de funcionamento da atividade. (Vasconcelos, 2011)

Durante a década de 1960, foram experimentados ambos os Sistemas em diferentes esferas econômicas. O fracasso do gradual abandono das instituições mercantis nos mecanismos de controle e direção socialista, explicitado na baixíssima produtividade do trabalho resultante da falta de normalização acerca da realização das tarefas e da não vinculação do salário com a atividade exercida, faria com que o pêndulo começasse a pesar mais para o lado do Sistema de Cálculo Econômico, após um período inicial em que o Sistema de Che parecia ter sido mais predominante. Durante todo o período analisado neste capítulo, os argumentos levantados no Grande Debate continuariam influenciando as decisões das lideranças revolucionárias.

2.3.3 1970-1975²⁴

Após a frustração no cumprimento das arrojadas metas de produção açucareira na segunda metade dos anos 1960, que previam produção de 10 milhões de toneladas em 1970, ano em que a produção alcançou 8,5 milhões de toneladas, as lideranças

²⁴ Sessão baseada em Cano (2000); Ecstein; Zimbalist (1987); Torres (1981)

revolucionárias realizaram revisão do padrão de desenvolvimento socioeconômico cubano.

Dentre os principais fatores do crescimento mais baixo do que o planejado no complexo produtivo açucareiro estariam a falta de mecanização generalizada em todas as etapas da cadeia de produção e a redução da produtividade do trabalho em consequência do abandono das categorias mercantis na contabilidade das empresas estatais.

Desta feita, nos anos iniciais da década de 1970 foram reformulados os mecanismos de direção e gestão do Estado, com o retorno do cálculo econômico nas empresas públicas, o início da vinculação entre salários e produtividade, e profunda e significativa ampliação da participação da classe trabalhadora nos processos decisórios empresariais. Esta última ocorreu via descentralização política e econômica, com a criação dos Organismos de Poder Popular, responsáveis por administrar os serviços públicos urbanos, o comércio e a produção à nível local; massiva criação de sindicatos, cujos líderes passaram a integrar os conselhos administrativos dos centros de trabalho estatais, e maior vinculação e discussão das metas de planificação do Comitê Central do Partido Comunista com organizações políticas locais.

Além do aperfeiçoamento nos mecanismos de direção e gestão do Estado, dos incentivos materiais ao aumento da produtividade, e da descentralização política e econômica, cabe ressaltar que a conjuntura internacional bastante favorável possibilitou taxas de crescimento do produto material cubano bastante elevadas e bem maiores do que as que prevaleceram no período 1965-70. Entre 1970 e 1975, os preços do açúcar no mercado internacional dispararam, permitindo que Cuba obtivesse receitas de exportação não apenas pela venda aos países socialistas, mas também aos mercados ocidentais, o que possibilitou importação de máquinas e equipamentos de maior qualidade das economias capitalistas centrais com custos menores. (Torres, 1981)

Estas importações, direcionadas especialmente à compra de bens de capital que permitissem um ritmo mais acelerado de investimentos e acumulação nos complexos agroindustrial e agropecuário, foram ampliadas também pelo maior acesso ao empréstimo de moeda forte nestes anos. Somado a um movimento de expansão do

crédito internacional para economias não desenvolvidas, Cuba se beneficiou da cotação internacional elevada do açúcar e da entrada no COMECON em 1972 (fatores que supunham capacidade de pagamento dos compromissos financeiros adquiridos).

A integração de Cuba ao bloco dos países socialistas, além de permitir estabilidade e subsídio nas relações comerciais, possibilitou maior integração dos objetivos de planificação do país com aqueles traçados pelos governos dos países da Europa Oriental.

2.3.4 1975 – 1989²⁵

Em dezembro de 1975, foi realizado o I Congresso do Partido Comunista Cubano. Nele foram abordados todos os principais assuntos sociais e econômicos do país por amplo número de delegados do partido. Estabeleceu-se o novo Sistema de Planejamento e Direção Econômica, a primeira Constituição socialista do país, reformou-se o sistema de representação político e a divisão espacial do território cubano, e foram traçadas estratégias de desenvolvimento econômico de longo prazo. (Rodriguez, 1990)

O Sistema de Planejamento e Direção Econômica (SPDE), seguindo a tendência de fortalecimento dos incentivos materiais visando o aumento na produtividade do trabalho que já se estabelecia desde 1970, importou mecanismos de contabilidade pública utilizados nos países socialistas da Europa Oriental, em especial o sistema soviético, dadas as relações bastante próximas entre Cuba e URSS, o que permitiu à ilha se beneficiar do auxílio técnico recebido. O SPDE cubano foi uma importação dos sistemas de direção e planejamento estrangeiros adaptados em algum grau às particularidades do país.

Dados os insuficientes aumentos de produtividade no período 1976-80, o plano econômico para 1981-86 buscou aprofundar os mecanismos de incentivo material do

²⁵ Sessão baseada em Cano (2000); Eckstein (1990); León (2003); Molina (2016); Rodriguez (1990)

SPDE, em especial através de bônus de pagamento aos trabalhadores que superassem as metas de produção consideradas médias de acordo com critérios de normalização estipulados pelo setor público nestes anos.

Alguns fatores impediram que os mecanismos de incentivo à produtividade do trabalho cubano surtisse os efeitos desejados nos anos 1981-85.

A reforma geral dos salários implantada em 1980 estabeleceu metas de produção por trabalhador menores do que as possibilitadas nas condições médias de trabalho no país, e, portanto, grande parte dos operários industriais superaram com folga os objetivos de produção individual, de maneira que esta foi menor do que a possibilitada pelas condições materiais objetivas. Ao mesmo tempo, os benefícios não foram balanceados por mecanismos de punição em caso de descumprimento das metas. (Molina, 2016)

Mais importante do que isto, de acordo com a visão oficial retrospectiva, foi a ideia de que os instrumentos de política econômica e a utilização de categorias mercantis na contabilidade do governo socialista iriam resolver por si só tarefas que só poderiam ser atingidas com os adequados incentivos morais e forte disseminação de valores políticos e ideológicos nas massas trabalhadoras.

Apesar de na prática a sociedade cubana já ter abandonado a Constituição burguesa anterior, a formulação de uma nova Constituição socialista, a primeira desde a Revolução de 1959, com ampla participação popular no processo de sua elaboração, focalizou as liberdades civis independentemente de raça, sexo, religião e outras características individuais, no melhor espírito nacionalista martiano.

Os Organismos de Poder Popular, criados neste Congresso em dezembro de 1975 (cujas funções foram mencionadas na subseção anterior), aprimoraram o modelo democrático socialista cubano, visto que seus membros eram escolhidos em eleições municipais, que por sua vez escolhiam os representantes nacionais da Assembleia Legislativa. Foi abolida a divisão espacial em *regiões*, que compreendiam um determinado número de municípios cada, e colocavam mais um grau de burocracia entre as políticas determinadas pelo Comitê Central do Partido Comunista e sua implementação à nível local.

A partir de 1976, a economia cubana acelera o nível de investimentos industriais e o crescimento absoluto e relativo deste setor, com especial ênfase dada à consolidação da produção nacional de bens de capital (em especial vinculados à produção açucareira e à agroindústria de uma maneira geral) e bens de consumo duráveis.

A estratégia de industrialização que vigorou a partir de 1976, e permitiu altas taxas de crescimento do produto e da produtividade cubanos, deixou de estar subordinada à estratégia de investimentos voltados majoritariamente ao setor exportador agroindustrial (em especial açucareiro), e passou a enfatizar a substituição de importações, especialmente nos setores pesados como construção de máquinas e infraestrutura geral. Nos anos 1976-85, o mercado de bens de consumo doméstico cresceu enormemente, acompanhado de esforço de integração nacional deste mercado consumidor refletido em significativas inversões em energia elétrica, portos, ferrovias e hidroelétricas.

Ainda que tenha havido esforços para crescimento elevado no setor agrícola, em especial pela importância do açúcar nas exportações de Cuba, secas e furacões fizeram com que a produção verificada se elevasse em ritmo bem abaixo da produção industrial e dos investimentos em construções. A produção de níquel, segunda principal mercadoria de exportação no período, também ficou bem abaixo do planejado. Na segunda metade dos anos 1970 o governo cubano reduziu a pressão sobre os pequenos proprietários de terras privadas para que se incorporassem à produção estatal, passando a incentivar a formação de cooperativas não estatais, que cresceram significativamente neste período e permitiram ganhos de escala relativos ao melhor acesso à crédito público e maior nível de produto por unidade de maquinaria. Em 1980, seguindo a tendência de fortalecimento das categorias mercantis, foi permitido ao setor privado que vendessem parte de suas produções (desde que superassem a cota de venda compulsória ao governo) em mercado livre.

Junto aos investimentos em infraestrutura, o governo cubano ampliou massivamente a construção de moradias e os gastos em saúde, educação e cultura; fatores que, somados à expansão do mercado de bens de consumo doméstico (que além dos bens duráveis, observou forte expansão dos setores alimentício e têxtil), elevou substancialmente o padrão material de vida da população entre os anos 1976 e 1985.

Contudo, deve-se ressaltar que no setor de construção, a permissão de trabalho e venda privados gerou forte lógica especulativa e conseqüente aumento nos patamares de preço, em prejuízo do consumidor. Além disto, o déficit habitacional permaneceu elevado em Cuba, e o crescimento de moradias ficou abaixo do socialmente desejado.

O setor de serviços pessoais também seguiu a lógica de abertura e liberalização, permitindo ganhos extras para diversos trabalhadores individuais licenciados, mas onerando as contas domésticas do setor público.

Os gastos de Defesa cresceram enormemente, na medida em que Cuba passou a apoiar revoluções nacionalistas populares em países do Terceiro Mundo, especialmente no continente africano. A estratégia internacionalista cubana, que permitiu a prestação de auxílio militar, médico, educacional e em outros âmbitos em países não desenvolvidos, foi capaz de imputar à Cuba elevado grau de prestígio nas relações internacionais, dificultando o sucesso da estratégia americana de asfixiar, através de bloqueio econômico, a continuidade do regime político soberano socialista. (León, 2003)

Contudo, o choque de juros americanos em decorrência da crise do petróleo de 1979 elevou substancialmente o serviço da dívida externa cubana. Mesmo que o governo tenha conseguido sua renegociação em termos favoráveis, ficou patente o fato de que, apesar dos significativos avanços produtivos e sociais obtidos em mais de vinte anos de regime político socialista, Cuba ainda não havia conseguido se livrar das restrições diretas ao desenvolvimento impostas pelos resultados estruturalmente desfavoráveis da balança de pagamentos. Na primeira metade dos anos 1980, o país chega a decretar moratória, em momento em que se conjugam os obstáculos de financiamento externo com os déficits da Balança Comercial.

Neste contexto de crise financeira doméstica (compartilhado por diversas economias latino-americanas, dada o aumento na preferência pela liquidez dos investidores situados nas economias centrais), Cuba passa a regulamentar a entrada de capitais externos, criando normas de direcionamento setorial destes investimentos. (Cano, 2000)

Revisando os acontecimentos econômicos, sociais e políticos de 1975-1985, o Partido Comunista cubano decide iniciar um processo de Retificação dos Erros em 1986, e reestabelecer e aprofundar os incentivos político-ideológicos ao aumento da produtividade do trabalho (sem que com isso fossem abandonados o cálculo econômico nas empresas estatais e a utilização de demais categorias mercantis pelas instituições do Estado).

A retórica oficial sobre a necessidade da volta do predomínio dos incentivos morais à produção em Cuba pode ser encarada sob a ótica da incompatibilidade entre o fortalecimento dos mecanismos econômicos *privados* e a sustentabilidade estrutural das contas do setor público. Desta feita, o processo de Retificação de Erros não teve por objetivo a redução ou extinção das categorias mercantis e do cálculo econômico, mas sim o fortalecimento do Estado e o ajuste das contas domésticas e externas, dada a crise fiscal enfrentada. (Eckstein, 1990)

Na agricultura, os mercados livres foram extintos, visto que sua operação esteve caracterizada por venda de produtos de qualidade inferior ao Estado (de maneira compulsória), o que impedia que o nível de exportação realizada pelo setor público fosse adequado para lidar com o problema da balança comercial. Os produtores privados utilizavam os mercados livres para vender os melhores produtos no mercado doméstico.

O setor de serviços pessoais privados foi abolido, pois havia gerado gastos de pensão, seguro-desemprego e aposentadoria demasiadamente elevados, visto que os trabalhadores se aproveitavam destes mecanismos de remuneração social ao mesmo tempo em que obtinham rendimentos no setor privado.

No setor de construção, se organizaram *microbrigadas* de trabalhadores não profissionais (parte destas de forma obrigatória não remunerada), cujos salários estiveram vinculados a metas de produção e custo, e se extinguiu a construção privada.

Ainda que de 1986 a 1989 a economia Cubana tenha crescido pouco, em função especialmente da conjuntura internacional de patamar bastante desvalorizado da moeda americana e das baixas cotações do açúcar e do petróleo nos mercados internacionais, foram obtidos resultados bastante significativos nos setores agrícola e de construção.

Em suma, ainda que não tenha atingido os necessários equilíbrios fiscal e externo, o governo cubano, através do processo de Retificação de Erros, aumentou substancialmente a produtividade dos setores em que as medidas se concentraram, pela utilização de incentivos materiais mercantis (ao contrário do que se estabelecia na retórica oficial) apropriados e aprimorados pelo Estado.

CAPÍTULO 3 – EMPREGO E RENDA, EDUCAÇÃO, SAÚDE E SEGURIDADE SOCIAL NO SISTEMA SOCIOECONÔMICO CUBANO CONTEMPORÂNEO

O presente capítulo busca traçar uma caracterização geral das condições de vida em Cuba no período mais recente. Mais especificamente, o capítulo tem o objetivo de realizar uma caracterização da estrutura institucional do emprego e da política social contemporânea em Cuba, bem como analisar a evolução do gasto e da arrecadação pública e as estratégias mais gerais nos três maiores setores contemplados: saúde, educação e seguridade social.

Em contraposição aos processos de flexibilização das políticas sociais nos Estados de Bem-Estar capitalistas e de seus respectivos mercados de trabalho, como analisado por Antunes (2011); Carneiro (2018); Kalleberg (2011); Lapavitsas (2011); Mills (1979); Streeck (2012, 2005); Wilkinson (2012); Kerstenetzky (2012); Pierson (1991); Taylor-Gooby (2004, 2005), dentre outros, a sociedade cubana optou pela manutenção da prestação generalizada e gratuita de direitos sociais básicos. A abordagem realizada no presente capítulo, além de se apoiar em estudos já realizados sobre o tema, utilizará os dados oficiais mais recentes divulgados pela *Oficina Nacional de Estadística* (ONE) de Cuba e pela *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe* (CEPAL).

Antes de abordar o tema central do capítulo, será realizada uma breve introdução ao estado atual da economia do país e das transformações estruturais que emergiram com o fim da Guerra Fria e a dissolução da URSS.

3.1 A Economia Cubana No Pós-Guerra Fria²⁶

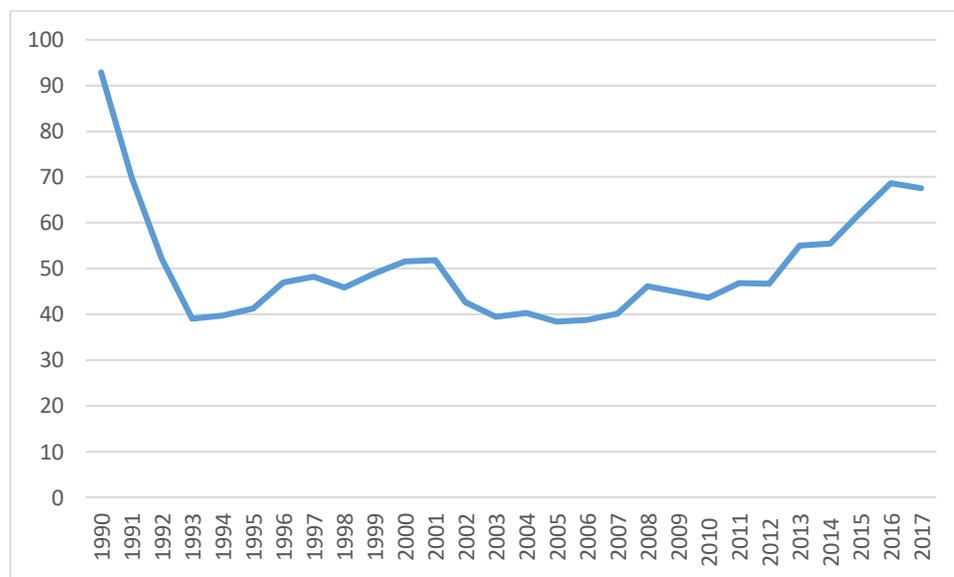
²⁶ Seção baseada em Alejandro; Mesa-Lago (2010); Alejandro; Nova; Rojas; Villanueva (2009); Backer (2018); Brundenius (2006); Campbell (2003); Dachevsky; Kornbliht (2017); Fernandes; Martins; Wegner (2018); Herrera; Nakatani (2004); Luna (2007); Mesa-Lago (1994; 2003; 2014; 2015); Monreal (2002); Murillo; Pérez-López (2003); Pérez; Villanueva (2013); Ritter (2014); Vasconcelos (2016); Villanueva (2016); Xalma (2006)

Durante os quase 30 anos em que os desenvolvimentos econômicos em Cuba pós Revolução se deram apoiados em subsídios comerciais e financeiros da URSS e dos países integrantes do CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), foi se consolidando no país uma estrutura produtiva que, apesar de bastante superior àquela observada no período neocolonial que havia vigorado na primeira metade do século XX, se caracterizava por baixa capacidade de concorrência internacional e relativa permanência de dependência da balança comercial em relação à exportação de açúcar.

Assim, a industrialização nestas três décadas iniciais da Revolução se voltou para o atendimento das necessidades domésticas, emulando uma estratégia típica latino-americana de *substituição de importações*.

Com a profunda crise que ocorreu no país em consequência do fim da URSS, em 1991, Cuba entrou em estágio de rápida regressão industrial e forte diminuição do produto per capita. O gráfico abaixo indica que, em 2017, o país ainda não havia atingido o nível de produção física industrial vigente em 1989.

Gráfico 1 - Índice de volume físico da produção industrial (1989 = 100)



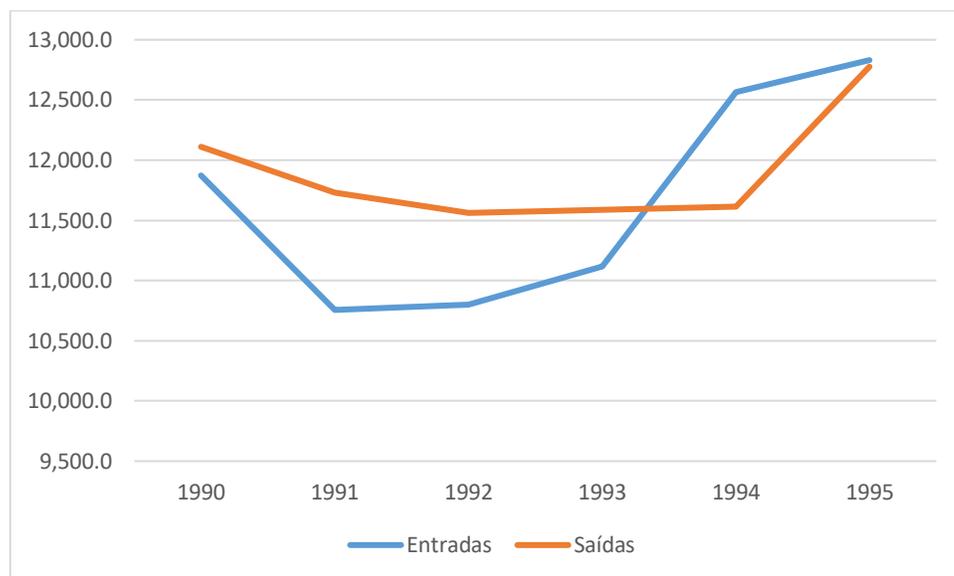
Fonte: *Oficina Nacional de Estadística* de Cuba (ONE). Elaboração própria.

Assim, pode-se notar que tal estratégia de substituição de importações, ainda que remanesça no período que se sucedeu à Guerra Fria e à articulação internacional com os países integrantes do CAME, não foi capaz de continuar a impulsionar a trajetória de dinamização e sofisticação da estrutura produtiva nacional, revelando a falência de tal modelo (Monreal, 2002).

Cabe notar que a crise econômica decorrente da dissolução das repúblicas soviéticas e da desarticulação do mundo socialista, de origem externa, assim como as de 2001 e 2007/08, foram enfrentadas pelo governo cubano com política fiscal contracionista e manutenção da política de câmbio fixo, o que resultou em enorme redução da liquidez doméstica, corte de gastos públicos e elevação da arrecadação tributária. Tal estratégia de ajuste ortodoxo é consequência, em grande medida, da incapacidade da economia do país de manter a entrada de divisas em um nível consistente com maiores investimentos do setor estatal nos períodos de deterioração dos termos de troca e reversão do ciclo de liquidez global.

O baixo nível de entrada de capitais externos na economia cubana resulta tanto do embargo articulado pelos EUA, cujo governo atua de maneira a restringir o volume do fluxo de investimento estadunidense na ilha, quanto da estrutura jurídico-institucional que estabelece as regras das parcerias financeiras e comerciais de Cuba com outras nações. O processo de abertura econômica, no pós-Guerra Fria, vem se dando muito vagarosamente e com forte controle estatal. As negociações se dão entre o governo cubano e atores econômicos dos setores privado e público de diversos países. Não há espaço para o desenvolvimento de parcerias entre o setor privado doméstico com os investidores externos. Ao estabelecer a manutenção de investimentos estrangeiros apenas para projetos que se concatenam com os objetivos de desenvolvimento socioeconômico de Cuba, o país acaba estabelecendo oportunidades pouco atrativas ao capital internacional, facilmente alocado em países com sistemas político-jurídicos mais permissivos às iniciativas de livre mercado. (Backer, 2018)

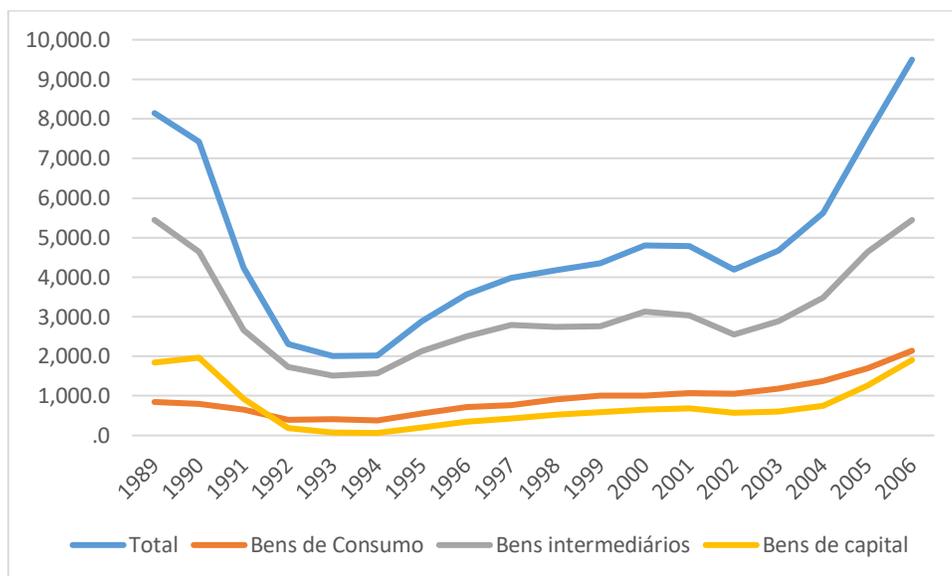
Gráfico 2 - Indicadores selecionados de circulação monetária



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística* de Cuba (ONE). Elaboração própria.

Após alguns anos de forte redução da quantidade de bens importados, em função da escassez de divisas ocasionada pelo fim das exportações de açúcar a preços bem acima daqueles que vigoravam no mercado livre internacional, a economia cubana reestabeleceu a trajetória de crescimento econômico em meados dos anos 1990. Contudo, além das restrições impostas pela balança comercial, a drástica queda da entrada de capital externo no país que acompanhou o fim da Guerra Fria reduziu significativamente as possibilidades de se perseguir um maior grau de dinamismo e sofisticação na transformação da estrutura produtiva mediante o modelo de *substituição de importações*, dado que os recursos obtidos em moeda forte deveriam ser utilizados para pagamento da dívida externa e importação de bens intermediários, dada a baixa capacidade de criação de valor agregado da estrutura industrial cubana.

Gráfico 3 - Importações de mercadorias por categorias (em milhões de pesos - CUP)



Fonte: Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE). Elaboração própria.

De 1989 a 1993, cresceu enormemente o mercado negro na economia cubana, dada a falta de oferta governamental de bens essenciais, em consequência da baixa produtividade do sistema de gestão centralizada da produção e do foco nos investimentos para atividades geradoras de divisas. Assim, após este período, a circulação de dólares em Cuba passou a ser legalizada, diante da impossibilidade de se continuar a fiscalização do processo e da tentativa do governo de conter a aceleração inflacionária e recuperar a dinâmica da economia do país, impulsionando o setor de turismo e iniciando um movimento de liberalização e integração financeira e comercial com o mundo capitalista, dada a nova conjuntura geopolítica global.

A parcial dolarização da economia cubana (que se transformou, mas permaneceu, com a substituição dos dólares por pesos conversíveis), é um importante problema de alocação intersetorial de recursos enfrentado atualmente pelo Estado. Os rendimentos obtidos por funcionários de *joint ventures* de capital estrangeiro e nacional (com forte atuação no setor de turismo e em restaurantes), população com acesso a remessas enviadas por parentes ou amigos, e *cuentalpropistas* com salários contabilizados em CUC, possuem poder de compra em patamar significativamente maior do que os

funcionários estatais dos serviços sociais de saúde e educação. Desta feita, a própria subsistência do socialismo em Cuba fica em certa medida ameaçada por este sistema de incentivos. Nos anos recentes, o governo vem realizando esforço para tentar aproximar o valor dos pesos oficiais (CUP) e conversíveis (CUC), visando a posterior unificação das duas moedas.

Ainda que haja consenso sobre a necessidade de unificação monetária, não se conseguiu, ainda, traçar uma estratégia persistente para o efetivo cumprimento de tal objetivo, dada a complexidade do tema e a organização geral da produção e comércio de mercadorias e serviços baseada na dupla moeda.

O peso conversível (CUC) foi introduzido na economia cubana por uma tentativa do governo de preservar a autonomia da política monetária e centralizar as escassas divisas obtidas com a exportação de mercadorias, Investimentos Diretos Estrangeiros (IDE) e remessas de parentes e amigos de cubanos residentes no exterior. Buscou, também, dar uma oportunidade mais segura e rentável de investimento financeiro externo, ao se ancorar no valor da moeda chave do sistema monetário global (dólar). Através das CADECAs, as casas de câmbio oficiais, todo cubano tem a possibilidade de comprar e vender dólares à taxa estipulada pelo Banco Central, mantida fixa em um patamar próximo de 25 pesos oficiais (CUP) para um dólar americano. O Banco Central procura igualar o valor do peso conversível (CUC) e do dólar americano, preservando o poder de compra do CUC na economia doméstica (Fernandes; Martins; Wegner; 2018)

Desde 2004, as transações com dólares nos mercados domésticos e a manutenção de poupança de pessoas físicas denominada nesta moeda passou a ser proibida, ficando sua circulação restrita às operações de empresas estrangeiras e *joint ventures*, operando em geral no setor de turismo ou em zonas especiais destinadas a impulsionar atividades exportadoras e substituição de importações. O uso da moeda americana também ocorre nos mercados negros de bens de consumo, dado que a oferta governamental de bens alimentícios e outros essenciais é insuficiente para atender a demanda dos trabalhadores.

Além das distorções de salários, a existência de um sistema monetário dual causa enorme insegurança nos cálculos de rentabilidade empresarial, tanto do setor privado

como do setor público. Portanto, a atração de Investimento Direto Estrangeiro (IDE) ocorre em ritmo mais lento em decorrência disto, e, no setor público, é tornada extremamente problemática a diferenciação entre as empresas estatais com maior e menor rentabilidade.

As importações estatais, nas décadas recentes, passaram a se concentrar em alimentos, petróleo (subsidiado pelo Estado venezuelano) e, especialmente, bens intermediários. Dado que as exportações permaneceram concentradas em *commodities* (destacadamente produtos agrícolas e níquel), as próprias pautas de exportações e importações cubanas já resultam em uma inserção internacional subordinada. Além disto, a tendência crônica de déficits nesta rubrica fez da exportação de serviços não produtivos a solução encontrada para equilibrar as contas externas. O gráfico 4 utiliza os dados mais recentes divulgados sobre a balança de bens e serviços para retratar este padrão de inserção externa da economia do país.

O superávit em serviços se elevou 34% entre 2007 e 2015, com o crescimento concentrado entre 2009 e 2012. O déficit de bens se elevou 30% nos anos analisados, apesar de sua trajetória ter permanecido relativamente mais estável, em função do maior peso dos serviços na balança de bens e serviços do país. O superávit da balança de bens e serviços aumentou 50% neste período, puxado pelo crescimento do superávit em serviços observado entre 2009 e 2012.

Os dados inseridos a seguir, disponibilizados pela *United Nations Conference on Trade And Development* (UNCTAD), auxiliam na compreensão sobre a forma de inserção comercial subordinada da economia cubana.

Pode-se notar uma redução de 14% do déficit da balança comercial nos últimos três anos, em função da maior velocidade da queda das importações em relação às exportações. Apesar disto, pela estrutura produtiva pouco diversificada da economia cubana, esta redução das importações deve ser vista com cautela, pois apesar de auxiliar na redução da restrição externa limita as possibilidades de crescimento econômico na atual situação do país. A análise desagregada das exportações em 2018 revela uma pauta concentrada 61% em bens alimentícios (47%) e minérios e metais (14%), com os bens manufaturados representando apenas 34% do total. Apesar da prolongada crise da

economia venezuelana, a nação permanece como um dos principais parceiros comerciais de Cuba, ocupando a segunda posição no ano mais recente. Portanto, é necessário aprofundar a diversificação das parcerias comerciais. O crescimento acelerado da economia chinesa coloca o país como uma boa alternativa para crescimento das transações comerciais de Cuba.

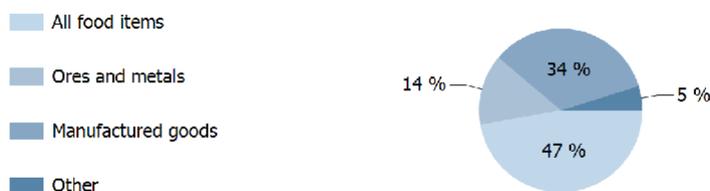
A estrutura produtiva de baixo dinamismo e sofisticação da economia cubana revela-se com nitidez ao analisarmos a evolução do índice de poder de compra das exportações do país, que decaiu cerca de 50%, de um valor próximo de 160, em 2011, para cerca de 80, em 2016, permanecendo neste patamar nos anos seguintes. Daí pode-se deduzir que a inserção comercial do país depende fortemente dos movimentos nos preços internacionais de *commodities*, restringindo as possibilidades de alto crescimento econômico a momentos de conjuntura internacional favorável.

Total merchandise trade

(millions of US\$)	2005	2010	2015	2018
Merchandise exports	2 319	4 914	3 350	(e) 2 820
Merchandise imports	8 084	11 496	11 702	(e) 10 040
Merchandise trade balance	-5 766	-6 583	-8 353	(e) -7 220

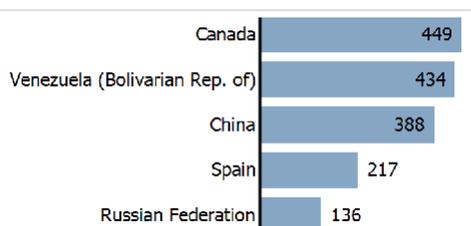
Export structure by product group in 2018

(as % of total exports)



Top 5 partners in 2018

(exports, millions of US\$)



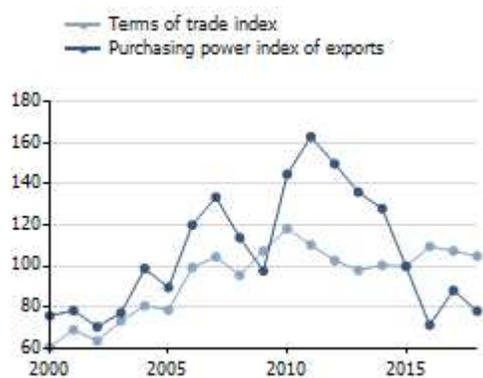
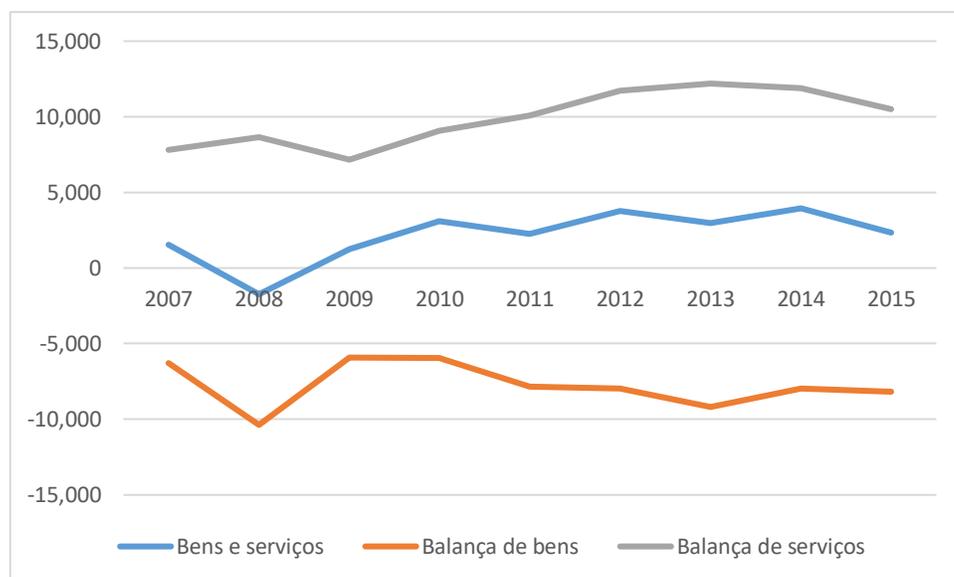


Gráfico 4 - Balança de bens e serviços (em milhões de pesos CUP)



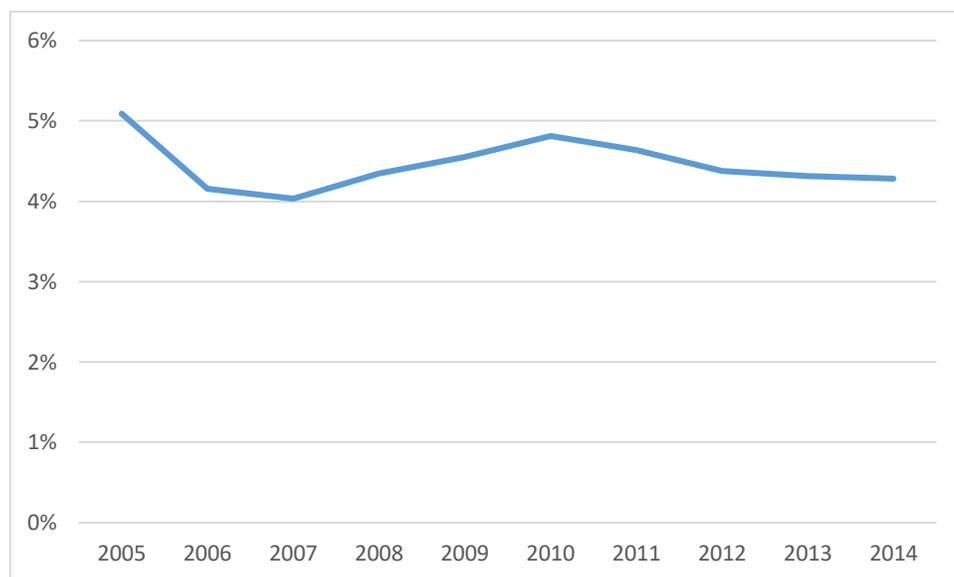
Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Como pode ser verificado, a prestação de serviços médicos em outros países da América Latina (bastante concentrada na Venezuela nos anos 1990) foi importante fator

na geração de superávits registrados na balança de serviços, compensando os déficits comerciais.

O turismo foi a atividade que mais cresceu nos anos 1990, contribuindo, também, para a obtenção de moeda forte. O pagamento realizado pelos turistas para serviços prestados neste setor deve ser realizado em CUC. Tal medida, vigente desde 2004, possui o intuito de centralizar os dólares no Banco Central, que os direciona de acordo com as prioridades dos objetivos de planificação. Contudo, nos anos mais recentes, os gastos médios de estrangeiros visitando o país têm diminuído. A falta de oferta de serviços de lazer e entretenimento extra hoteleiros, juntamente com a modesta rede de acomodações, demonstra que há espaço para a ilha avançar no segmento de turismo de luxo, com potencial para aumentar a arrecadação de divisas por esta via. Dado o patamar bastante elevado do número anual de turistas, a expansão extensiva se torna cada vez mais difícil, o que leva a crer na estagnação da quantidade média de visitantes, a persistir a presente estagnação qualitativa dos serviços turísticos oferecidos. O gráfico abaixo mostra que a atividade hoteleira e de restaurantes se manteve estável em relação ao PIB nos anos com dados mais recentes disponíveis.

Gráfico 5 - Hotéis e restaurantes/PIB (preços correntes)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Tal estratégia de inserção externa cubana, baseada na exportação de serviços sociais, turismo e níquel, não pôde proporcionar ao país uma estrutura produtiva mais dinâmica e cada vez mais sofisticada (com encadeamentos intra e inter setoriais), dadas as características das áreas de concentração dos investimentos. Apesar disto, a dinâmica da parte dolarizada da economia vinculada ao turismo, em conjunto com a expansão do emprego por conta própria e do capital privado, engendrou crescimento em atividades industriais e serviços tecnológicos vinculados a este padrão de expansão.

Após a crise de 2001 e a lenta recuperação obtida através de cortes fiscais e atualização do modelo socialista, no sentido de maior participação relativa dos mercados privados (ainda que permaneça o caráter centralizado das decisões de investimento mais gerais e estratégicas), nos anos mais recentes têm se verificado um esforço para aumentar a atração de IDE, mediante a estruturação de um marco regulatório mais permissivo e que proporciona maior segurança jurídica, de um lado, e o oferecimento de vantagens fiscais e ampliação das áreas em que se direcionam estes investimentos, de outro. Este processo se acentuou durante o governo de Raúl Castro (2008-2018), apesar de ter sido iniciado já em meados dos anos 2000.

Apesar disso, deve-se notar que o Estado continua controlando o processo de desenvolvimento econômico em Cuba, de maneira que se permitem investimentos estrangeiros apenas em empreendimentos que se considerem de interesse social.

Dada a preocupação das lideranças cubanas com a igualdade de renda, cabe observar que apesar de o emprego no setor privado (inclusive o por conta própria) ter aumentado na última década, três quartos dos trabalhadores ainda estão vinculados ao setor estatal.

No setor agrícola, também ocorreram modificações importantes, com as terras improdutivas do Estado tendo sido alocadas para usufruto do setor privado e de produção cooperativa. Desta feita, os agricultores familiares têm sido incorporados ao sistema bancário nacional, através da disponibilização de microcrédito para investimento e da autorização de abertura de contas bancárias. Dado que a produtividade da agricultura privada em Cuba antes da adoção de tais medidas era bastante superior àquela verificada em terras diretamente controladas pelo Estado, estas têm gerado resultados positivos sob a ótica de eficiência microeconômica.

O processo em tela, de expansão dos mercados e capitais privados estrangeiros em detrimento da atividade produtiva controlada diretamente pelo Estado no governo de Raúl Castro, ocorreu de maneira vagarosa, garantindo a sustentabilidade do modelo socialista.

Sendo assim, atualmente o desafio do socialismo está em conciliar estratégias para o necessário crescimento econômico, que possa dar suporte à expansão do salário real e, conseqüentemente, dos benefícios sociais para níveis que garantam ao menos um padrão de vida material minimamente adequado, com os valores enraizados na história e cultura da sociedade cubana, que guiaram a construção da Revolução em Cuba.

Empecilhos à trajetória de crescimento foram postos pela acentuada crise na Venezuela, que resultou em enorme redução das relações comerciais de Cuba com este país. Dachevsky e Kornblihtt (2017) argumentam que a atual crise venezuelana é resultante da incapacidade de sucessivos governos do país em utilizar os rendimentos

do setor petrolífero de exportações para desenvolver os outros setores da economia e engendrar um padrão consistente de aumento da produtividade industrial. A virada para o século XXI e o início do Chavismo, diferentemente dos fatores enfatizados pelo governo, foi acompanhada pela aceleração do processo de sobrevalorização do bolívar, a moeda nacional da Venezuela. Os mecanismos de mercado e a maneira como tem se dado a acumulação de capital nas últimas duas décadas no país reforçam a tendência que havia começado a se observar nos anos 1990, com a liberalização e abertura da economia decorrentes da queda da URSS em 1989 e do reordenamento global decorrentes do fim da Guerra Fria. Assim, o governo de Chávez passou a intervir no mercado cambial do país para tentar restringir o avassalador aumento das importações. As empresas que passaram a operar com o câmbio oficial, em geral filiais de capital estrangeiro do setor de bens de consumo, se beneficiaram enormemente da sobrevalorização oficial do bolívar, que permitiu um elevado poder de compra e capacidade de importações. Paralelamente, a cotação do dólar no mercado paralelo venezuelano disparou, restringindo as possibilidades de consumo de bens essenciais importados e de bens de capital e intermediários necessários à transformação da estrutura produtiva nacional e aumento da produtividade do setor não petrolífero.

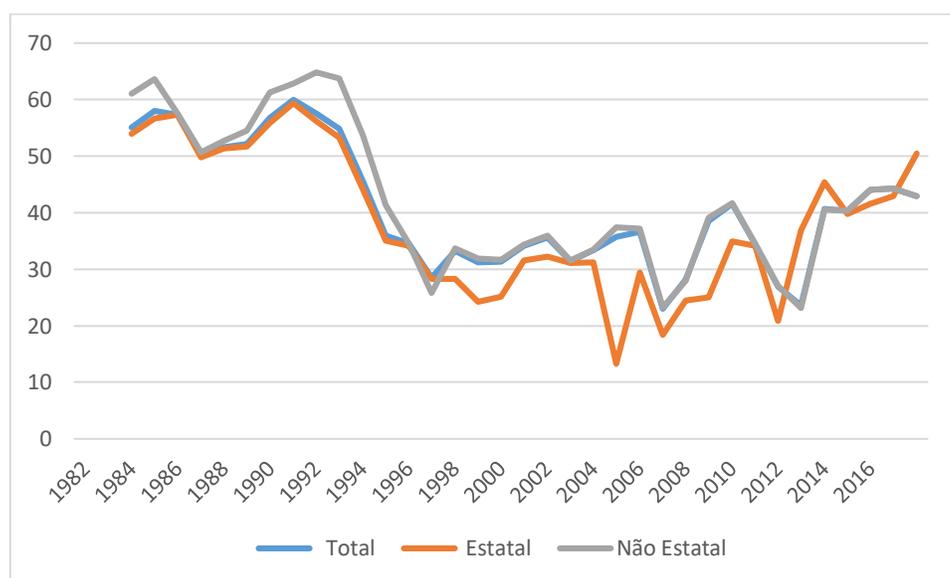
Apesar de o sistema socioeconômico cubano permanecer funcionando de modo bastante diferenciado daquele vigente no mundo capitalista e nas economias que constituíram suas principais parcerias comerciais durante a Guerra Fria, não se pode desconsiderar o processo de reestruturação em curso. Além da maior abertura ao capital externo e maior espaço dado aos mercados, lentamente, a partir de meados dos anos 1990, atualizou-se o sistema bancário da ilha, com a criação do Banco Central Cubano e a admissão de diversas corporações financeiras mistas e estrangeiras. Desta feita, o país passou a emitir títulos de dívida pública nos mercados internacionais, podendo flexibilizar, em certa medida, a estratégia monetária/cambial.

Portanto, as políticas adotadas pelo Estado cubano devem levar, cada vez mais em conta, a interação entre os diversos atores econômicos, do setor público e privado, tanto no âmbito doméstico quanto nas relações internacionais, e a vinculação entre as esferas produtiva, comercial e financeira. Assim, por exemplo, poderia se garantir o

reforço da qualidade dos serviços públicos prestados, à medida que o setor privado (com forte regulação estatal) fosse capaz de promover o necessário desenvolvimento das forças produtivas, especialmente na indústria manufatureira e na agricultura.

Contudo, no setor agrícola, deve-se chamar atenção para o fato de que, em relação ao cultivo da cana de açúcar destinada à indústria, a produção por hectare em terras não estatais passou a apresentar leve decréscimo nos últimos anos. A produtividade sofreu brusca queda quando do início do *período especial* em Cuba, após atingir um pico de pouco mais de 60 toneladas por hectare no início dos anos 1990, não conseguindo voltar para este nível desde então. No ano de 2016, a produção total por hectare era de 43 toneladas, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 6 - Produção de cana de açúcar destinada à indústria (em toneladas por hectare)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística* de Cuba (ONE). Elaboração própria.

Deve-se ressaltar, mais uma vez, a incapacidade da economia cubana de gerar um nível de formação bruta de capital fixo condizente com a situação média latino-americana. A indústria manufatureira, além de estar com sua participação no PIB estagnada, é bastante concentrada em produtos alimentícios e na produção de petróleo.

Deste modo, os empregos gerados são de baixa qualidade e proporcionam pouca capacidade de inovação e conhecimento técnico, além de poucos encadeamentos produtivos para a frente e para trás.

Por outro lado, o país vem se destacando na biotecnologia e fármacos, cuja importância se dá tanto pela significância das exportações como pela capacidade de enfrentar o bloqueio americano através de soluções produtivas locais.

3.2 Emprego e renda em Cuba²⁷

Desde a Revolução Cubana de 1959, o trabalho em Cuba tem se caracterizado pela rigidez na execução e gestão das tarefas, insuficientes ou atrasado aparato tecnológico nas estruturas produtivas, e baixa produtividade decorrente de um sistema de remuneração rígido e de um nível de segurança laboral no setor público maior do que aquele observado na maior parte dos países desenvolvidos. Em relação especificamente ao nível de desenvolvimento das forças produtivas, parte do atraso em comparação com o mundo capitalista avançado decorre da herança da estrutura de dominação colonial e neocolonial da história cubana pré-1959 e da exploração econômica monopolista estadunidense, assentada na extração de matérias primas e na produção latifundiária açucareira para abastecimento do império americano.

Nos anos 1990, Cuba entra em um novo período de estratégia macroeconômica, e vem desde então promovendo diversas reformas no arcabouço legal referente ao trabalho, de maneira que o país pudesse se adaptar à nova realidade mundial após o colapso das repúblicas soviéticas. Para tanto, gradualmente tem se dado espaço ao crescimento do emprego nos setores privado, cooperativista e misto, e, tanto em empreendimentos de capital externo em parceria com capital nacional, quanto em micro

²⁷ Seção baseada em Alejandro; González-Corzo; Carvalho (2018); Pérez (2010); Alejandro; Villanueva (2012); Dessotti; Santos; Vasconcelos (2017); León; Pérez (2017); Morris (2014); Torres (2016)

e pequenas empresas domésticas atuantes em setores considerados não estratégicos, incluindo aí os trabalhadores por conta própria.

Desta feita, o *cuentalpropismo* e as empresas de capital privado com Investimentos Diretos Externos vêm sendo incentivados, cada vez mais, como forma de transformar as estruturas da economia cubana para que se possa atingir uma melhor performance material que dê sustentabilidade à rede de serviços públicos e políticas sociais institucionalizadas no país. Tal processo, apesar dos avanços obtidos em termos de produtividade do trabalho (ao liberar trabalhadores desnecessários do setor público), tem gerado alguns desarranjos intersetoriais em Cuba no período recente. A população trabalhando nestes setores não estatais em geral recebe pagamento em moeda conversível (CUC), e maiores salários. Em contrapartida, os empregos no setor público são pagos em moeda inconvertível (CUP) e os salários são menores. Dado que as ocupações em *joint ventures*, cooperativas (agrícolas e não-agrícolas) e de *cuentalpropistas* (inclusas as micro e pequenas empresas domésticas de capital privado) em geral exigem menor nível de qualificação do que as ofertadas no setor público, os elevados investimentos realizados pelo governo cubano em educação não geram todos os benefícios possíveis em termos de produtividade do trabalho. (Torres, 2016)

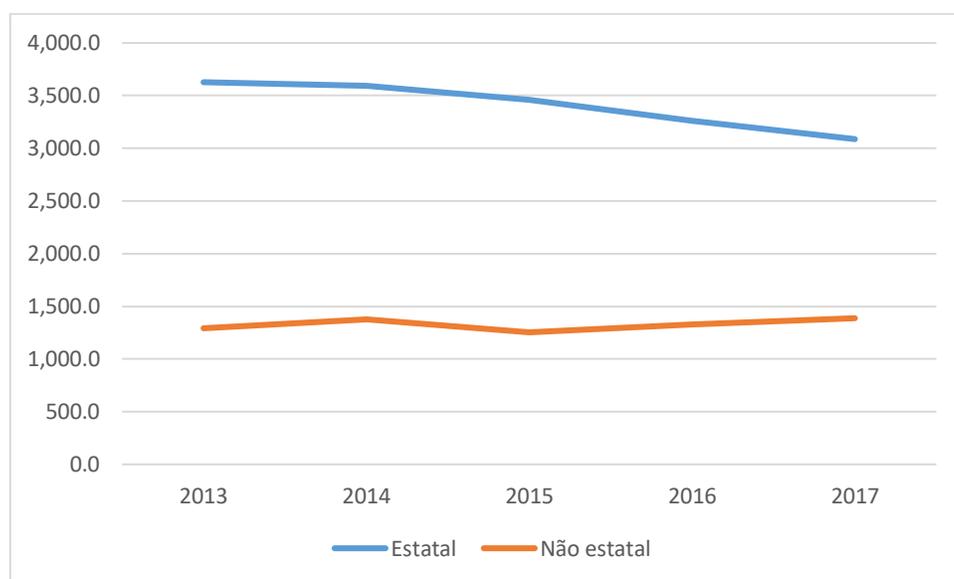
Para Carvalho²⁸, a flexibilização nas relações trabalhistas no país, caso permaneça como tendência estrutural, poderá colocar em risco uma das maiores conquistas da Revolução Cubana: o fim da exploração do trabalho alheio pelo setor privado e do carácter de *mercadoria* da atividade criadora humana inerente ao sistema socioeconômico capitalista. Argumenta-se que em alguns setores da economia cubana estariam se desenvolvendo verdadeiros *mercados de trabalho*, com jornadas prolongadas e baixo grau de proteção social e de garantia de permanência no emprego. Contudo, deve-se ressaltar que, pelo menos até o presente momento, o Estado continua

²⁸ Carvalho, M. S. Cuba: Relações de Trabalho, Subdesenvolvimento e Resistência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. No. 50, Maio-Agosto 2018.

sendo, indubitavelmente, o principal empregador em Cuba, e que a ampla rede de serviços sociais gratuitos e universalizados garante parte significativa da subsistência dos trabalhadores pela esfera pública, mesmo que se encontrem trabalhando no setor privado (incluído o *cuentapropista*) ou cooperativista. (Carvalho, 2018)

Este processo se acentuou com a crise econômica de 2007/08 mundial e a chegada de Raúl Castro à presidência cubana. Ainda que, em 2008, 80% do emprego em Cuba estivesse concentrado no setor público, pode ser observado nos anos recentes uma deliberada estratégia de gradual incentivo ao setor privado para que o sistema socialista permaneça sustentável do ponto de vista econômico, como pode ser verificado no gráfico 7. Observa-se, de 2013 a 2017, uma queda na relação emprego estatal/emprego total de 74% para 69%.

Gráfico 7 - Ocupações econômicas segundo situação do emprego (em milhares)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Deve-se relembrar que para impedir a dolarização total da economia que poderia se seguir à grave crise econômica em Cuba, desencadeada pelo fim da ordem mundial bipolar e dos subsídios comerciais e financeiros soviéticos, o governo cubano criou o

peso conversível (CUC) para garantir o controle estatal sobre as reservas internacionais, preservando, em âmbito doméstico, o poder de compra daqueles com acesso à divisa-chave mundial. Desde então, passaram a circular em paralelo duas moedas na economia cubana, os pesos oficiais (CUP) e os conversíveis (CUC). A desvalorização expressiva do peso cubano (CUP) em relação ao dólar, ocorrida quando da crise provocada pelo fim da URSS (cujas consequências persistem até os dias atuais), resultou em uma sociedade dividida entre aqueles com acesso à moeda conversível (CUC), basicamente viabilizado pelo *cuentapropismo*, com maiores incentivos materiais e melhor condição de vida, e uma maioria empregada no setor estatal com remuneração consideravelmente menor.

Diante dos elevados investimentos educacionais e em treinamento profissional no país, e o baixo nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, pode-se dizer que os trabalhadores cubanos são, de modo geral, superqualificados para exercerem suas tarefas, tanto no setor público quanto no privado. Sendo assim, deixa-se de aproveitar todas as potencialidades dos indivíduos da ilha e de obter retorno significativo a estes investimentos.

O emprego no setor público se caracteriza por segurança laboral, pouca diferenciação entre os salários, horários de trabalho e regimes de contratação relativamente rígidos, baixos salários, falta de autonomia delegada ao trabalhador, e nível de qualificação exigido relativamente mais alto (especialmente no que se refere aos serviços públicos de educação e saúde).

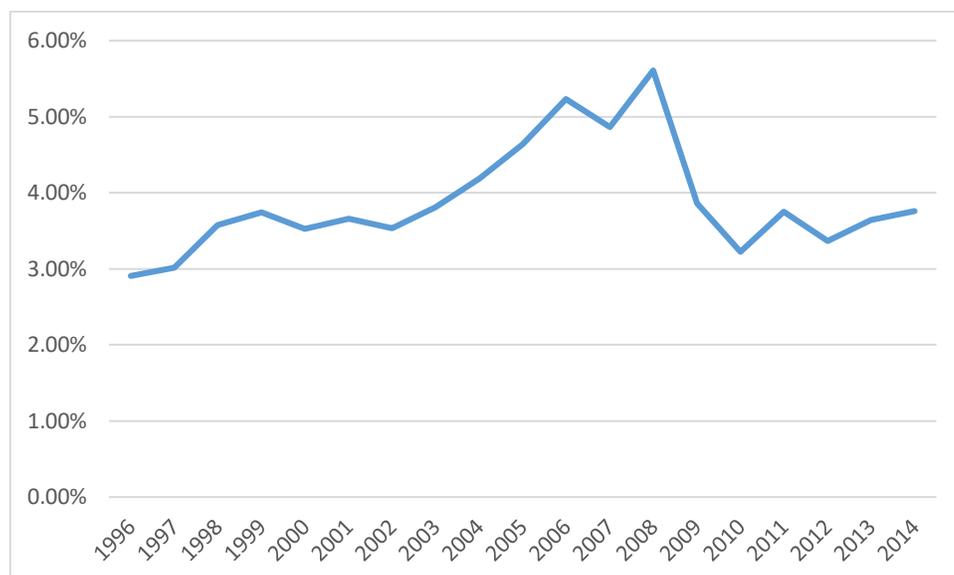
No setor privado há maior diferenciação entre os salários (fator que coloca um dilema quanto ao nível de expansão planejada do setor dentro do arcabouço socialista), horários de trabalho e regimes de contratação flexibilizados, salários mais altos, baixa exigência de qualificação.

O processo de aumento da importância do emprego privado em relação ao estatal, além de ter sido planejado de modo deliberado pelas lideranças do país, resulta também de fatores estritamente econômicos relacionados à nova configuração das relações internacionais no pós-Guerra Fria, que impedem a inserção internacional de Cuba de uma maneira mais vantajosa, como ocorria em função dos arranjos com a URSS e com os países da COMECON.

Pelo fato de o salário médio na ilha relativo ao setor público estar em torno de US\$30 mensais, parte da população opta por complementar seus rendimentos no mercado de trabalho privado (formal e informal). A dualidade monetária torna ainda mais atrativa a oferta de emprego de empresas capitalistas estrangeiras operando em conjunto (ou reguladas) pelo Estado cubano, visto que permite o acesso à divisa-chave em um país de moeda fraca com elevado nível de importação. Ainda que a renda do trabalho em Cuba seja bastante baixa, a ampla rede de serviços públicos, cultura e lazer de acesso gratuito e generalizado, bem como o subsídio concedido a setores de bens de consumo essenciais, fazem com que seja insuficiente buscar compreender as condições de vida no país apenas pela observação dos valores dos salários, que não possuem a mesma importância na reprodução do padrão material observada nas economias capitalistas.

Ainda que pareça ter havido uma tendência à estabilização da importação de bens de consumo em relação ao PIB durante o governo de Raúl Castro (2008-2018), esta se deu após queda deste patamar decorrente da crise global de 2007/08, caindo de um nível acima de 5% do PIB para passar à oscilar entre 3% e 4.

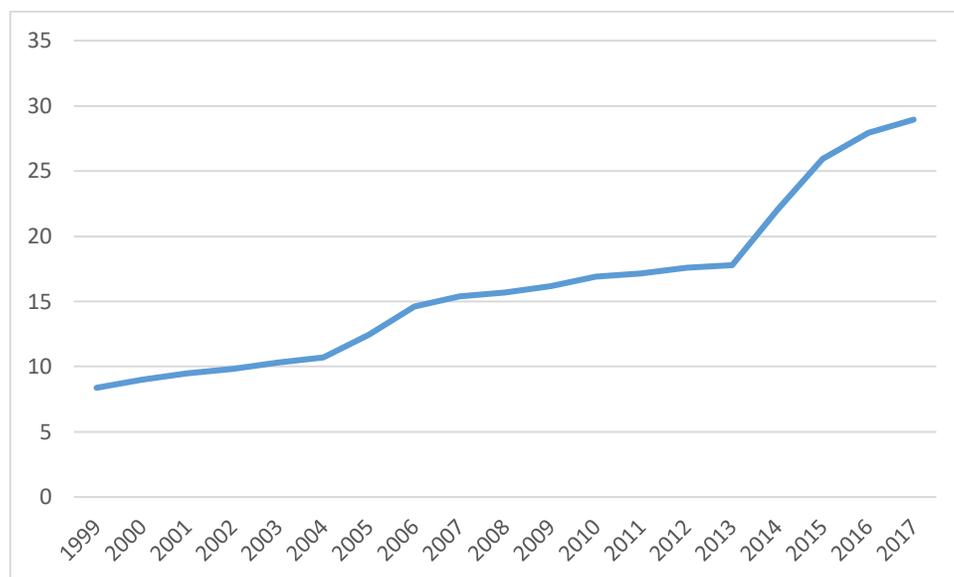
Gráfico 8 - Importações de bens de consumo / PIB



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Apesar do aumento das desigualdades sociais no país explicitados nesta distinção entre os rendimentos obtidos em pesos cubanos (CUP) e conversíveis (CUC), de maneira geral os salários médios em CUP medidos em dólares subiram de maneira considerável em Cuba no período recente. Como pode ser verificado no Gráfico 9, somente entre 2013 e 2017 o salário médio mensal dos empregos públicos em Cuba passou de US\$ 17,8 para US\$ 28,9, um aumento de 62,4%.

Gráfico 9 - Salário médio mensal em dólares (USD)

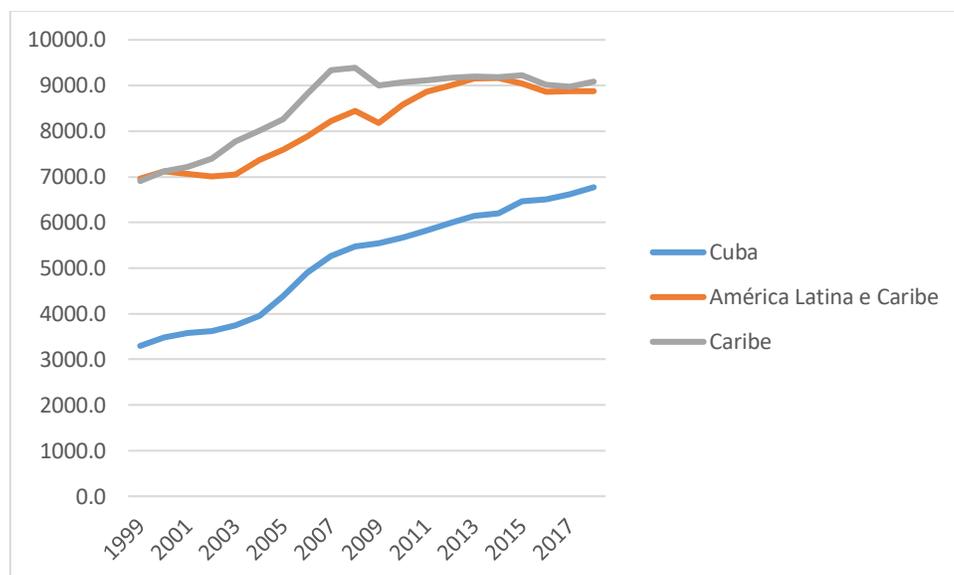


Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

A persistirem a estagnação do PIB *per capita* da América Latina e do Caribe e o rápido crescimento da economia cubana, a tendência é de que o país alcance o patamar médio de renda do continente em breve. Como pode ser observado no Gráfico 10, de 2007 a 2018 houve redução de 3% no PIB per capita a preços constantes em dólares por ano na média do Caribe (de U\$9333 para U\$9088) e aumento de 8% na América Latina e Caribe (de U\$8222 para U\$8876), enquanto em Cuba o acréscimo foi de 29% no mesmo período (de U\$5259 para U\$6770).

Cabe notar que os baixos salários médios recebidos pelos trabalhadores cubanos na esfera estatal não possuem o mesmo significado que teriam em economias capitalistas. O amplo acesso à serviços sociais, cultura e lazer de maneira gratuita pela população aparece em parte nesta comparação do produto *per capita* das economias do continente, onde a diferença de padrão material de vida, ainda que nada desprezível nos níveis observados atualmente, pode ser mais bem compreendida. Deve-se ressaltar, porém, que a enorme diferença de renda média dos salários pagos pelo Estado cubano em relação aos rendimentos médios gerais da população provavelmente está indicando um amplo contingente de trabalhadores informais no setor privado não captado pelas estatísticas oficiais do país.

Gráfico 10 - PIB per capita a preços constantes em dólares

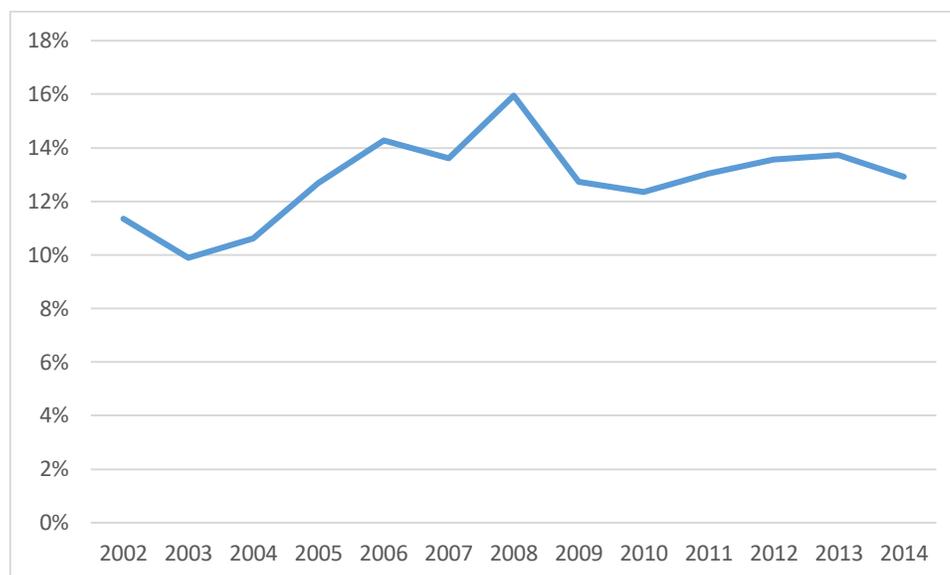


Fonte: Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Elaboração própria.

Assim, os principais desafios atuais em relação à organização do trabalho em Cuba se referem às consequências do estímulo ao *cuentapropismo* e ao Investimento Direto Estrangeiro em *joint-ventures* com capital nacional autorizadas pelo Partido Comunista.

Se por um lado esta estratégia pode ser benéfica à um nível elevado de crescimento econômico, acelera a desigualdade de renda no país e pode diminuir o compromisso da população com os valores sociais revolucionários, de maneira a dificultar o engajamento geral nas estratégias de desenvolvimento nacional.

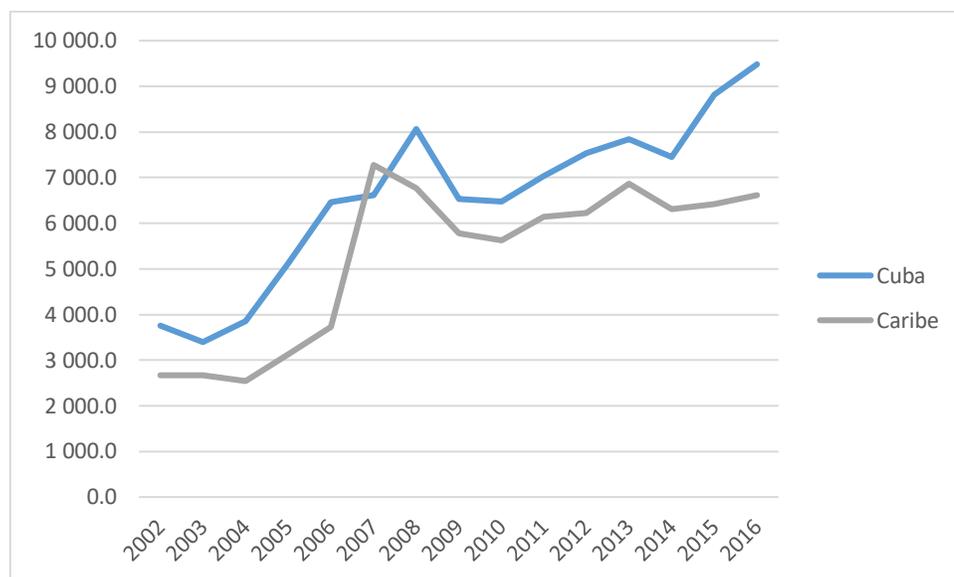
Gráfico 11 - Formação Bruta de Capital a preços constantes de 1997



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Contudo, deve-se observar que a abertura ao Investimento Direto Estrangeiro (IDE) ocorrida durante os anos de governo de Raúl Castro se efetuou de maneira extremamente controlada, sendo autorizados apenas investimentos selecionados considerados benéficos para os objetivos sociais perseguidos. Além disto, só é permitido o IDE sob a forma de *joint ventures* com o setor público, de maneira que o Estado busca garantir formalmente o controle do processo de expansão dos investimentos externos. Assim, de maneira geral, não houve tendência de crescimento da Formação Bruta de Capital em relação ao PIB, como pode ser visto no Gráfico 11, mas sim uma reestruturação da importância relativa do setor não-estatal frente ao puramente estatal na economia cubana. Apesar da estabilização desta variável em relação ao PIB, em valores absolutos a Formação Bruta de Capital apresenta crescimento nos últimos anos, especialmente de 2014 a 2016, como verificado no gráfico abaixo. Enquanto para a média do Caribe ocorreu variação positiva de 5%, em Cuba o acréscimo nestes anos foi de 27%.

Gráfico 12 – Formação bruta de capital a preços constantes em dólares

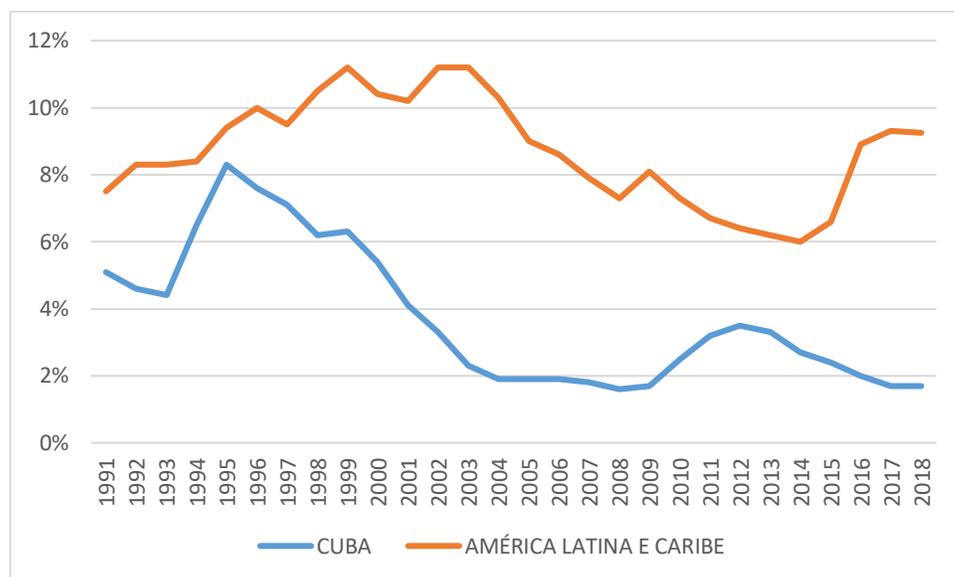


Fonte: Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Elaboração própria.

Os níveis de formação bruta de capital em Cuba e na média do Caribe são tão inferiores à média da América Latina que não são passíveis de comparação gráfica. Pode-se notar que em Cuba esta variável seguiu a mesma tendência geral do Caribe, com ligeiro descolamento a partir de 2014.

Em relação à taxa de desemprego, o Gráfico 13 indica que após um pico de 8% na primeira metade dos anos 1990 decorrente da crise econômica do *Período Especial*, esta decaiu rapidamente em Cuba a partir de então para atingir um patamar de cerca de 2% em 2003, permanecendo neste nível a partir de então. Este padrão, possibilitado pela oferta generalizada de emprego público pelo Estado cubano, destoa em muito da média das economias da América Latina e Caribe, que atingiram um mínimo de 6% no intervalo considerado em 2014, para voltarem a observar elevação para a faixa entre 8% e 10% nos anos mais recentes.

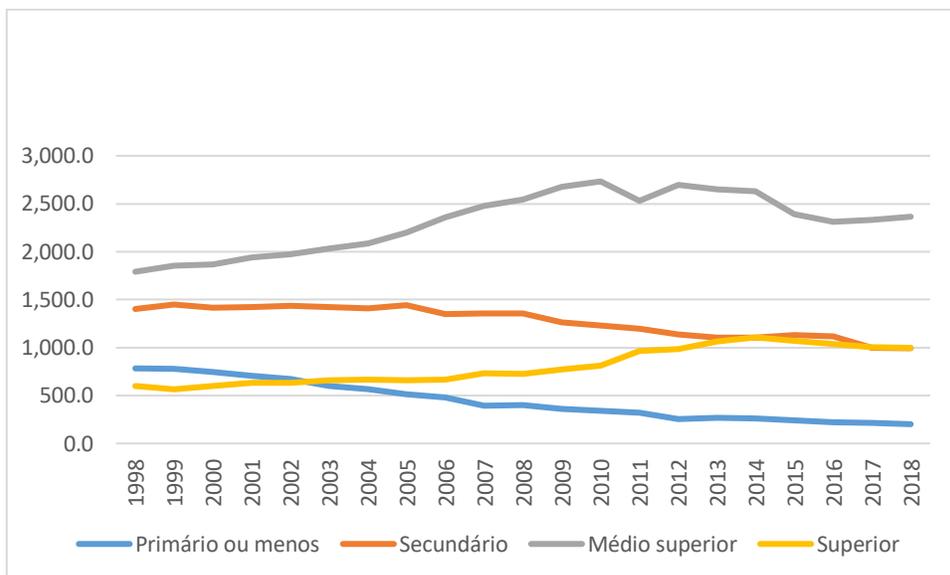
Gráfico 13 - Taxa de desemprego



Fonte: Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Elaboração própria.

Quanto ao nível educacional da População Economicamente Ativa, são maioria os trabalhadores com ensino *Médio Superior* e *Superior*. Nos últimos 20 anos, a quantidade de trabalhadores com ensino *Médio Superior* cresceu 32%, enquanto entre os com ensino superior houve acréscimo de 67%. Ao mesmo tempo, decaiu a quantidade de trabalhadores com ensino *Secundário* e *Primário ou menos*, como pode ser visualizado no Gráfico abaixo.

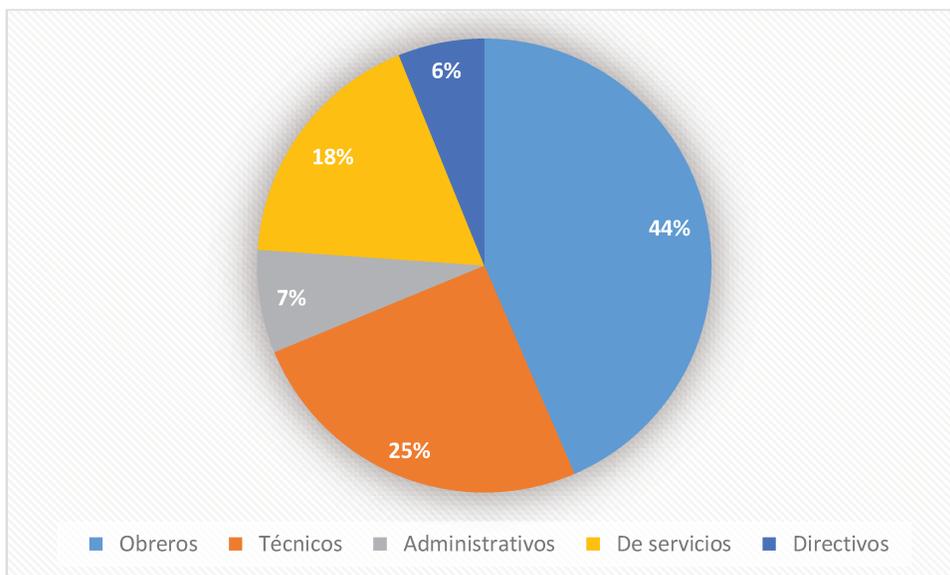
Gráfico 14 - Nível educacional da população economicamente ativa (em milhares de trabalhadores)



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

Apesar desta característica de elevado grau de escolarização da força de trabalho, 69% dos ocupados são operários e técnicos, como pode ser visto no Gráfico 15. Desta feita, há um grande contingente de trabalhadores superqualificados para as funções que exercem.

Gráfico 15 – Distribuição da força de trabalho por categoria ocupacional (2018)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

3.3 Educação em Cuba²⁹

A Revolução Cubana de 1959 ocorreu em contexto histórico em que as estruturas econômicas desiguais no campo e nas cidades, em função dos desdobramentos dos períodos colonial e neocolonial, se refletiam nas superestruturas sociais e políticas.

Assim, no período pré-revolucionário o acesso ao ensino universitário se restringia à burguesia (especialmente latifundiária) internacional e nacional, e mesmo a escolarização intermediária e básica não se difundia generalizadamente para as massas trabalhadoras, dado o caráter exploratório das relações de produção e a homogeneização das tarefas executadas, especialmente no setor agrário, que concentrava a maior parte da população do país.

Em função dos princípios que haviam norteado as lutas guerrilheiras e o movimento político que resultou na destituição de Batista, as lideranças revolucionárias

²⁹ Seção baseada em Aguirre (2002); Breidlid (2007); Gasperini (2000); González; Velázquez (2010); Human Rights Watch (2019); López (2011); Richmond (1990); Rodriguez (2011); Tran (2016); Trojan (2008);

imediatamente buscaram já nos anos iniciais do novo governo garantir o acesso à educação pública e gratuita de qualidade.

Herdando uma sociedade com mais de 20% de analfabetos, os esforços iniciais se direcionaram à Campanha de Alfabetização, que mobilizou boa parte da nação através de incentivos morais e comprometimento com os valores revolucionários, e erradicou tal déficit educacional já em fins de 1961.

Deve-se notar que a universalização do ensino público gratuito de qualidade nos níveis básico e intermediário, que passou a ser perseguida neste ano, se vincula com a radicalização da Revolução Cubana e o caráter socialista que esta toma. Assim, a formação de um sistema de ensino público nacional acompanhou a nacionalização das forças produtivas realizada em todos os setores da economia.

A partir daí o sistema nacional de educação buscou desenvolver de maneira conjunta a formação pedagógica especializada e a universalização do acesso à educação básica e intermediária. Especial atenção foi dada à criação de escolas no campo e a políticas que garantissem a igualdade de condições de acesso ao ensino independentemente de raça e gênero.

Atualmente, o acesso à educação em Cuba é garantido não apenas à população em idade escolar cursando matérias tradicionais. Os alunos do ensino básico e intermediário participam de aulas de educação física, artística, e recebem orientação vocacional. Funcionários da educação e saúde trabalham em conjunto com as famílias e organizações comunitárias para auxiliar e dar suporte ao desenvolvimento da primeira infância (0-5 anos) no período pré-escolar. Trabalhadores urbanos e rurais são contemplados com educação básica e intermediária seguida por cursos técnicos profissionalizantes (ou formação universitária, se preferirem) que aumentam a produtividade do trabalho e proporcionam o acesso generalizado à educação.

Em relação à formação pedagógica, em Cuba se desenvolveu uma cultura de aperfeiçoamento contínuo dos professores, que passaram a ocupar posição de elevado prestígio social. Através de avaliações periódicas, trocas de experiências e emulação de

práticas de sucesso, garante-se a permanente atualização das práticas de ensino adotadas no país.

Contudo, deve-se ter em mente que, assim como ocorre com os meios de comunicação e todas as demais esferas sociais mais relevantes da vida em Cuba, o governo detém o monopólio do sistema de educação formal. Para alguns analistas críticos do sistema, o impedimento de livre associação de professores e demais trabalhadores educacionais em organizações sem tutela do Partido Comunista restringe a difusão de ideias e propostas de reformas políticas não alinhadas com a ideologia oficial (Aguirre, 2002). Ainda que a desde 1975 a I Constituição socialista do país tenha institucionalizado o Poder Popular e um sistema de eleições diretas em nível municipal e indiretas nos âmbitos provincial e nacional, bem como diversas organizações de massa, a participação democrática em um sistema unipartidário se restringe à defesa da Revolução e da ordem vigente, de maneira que não se encontra espaço para divergências em relação à organização sistêmica geral de Cuba. Desta feita, a crítica ao sistema educacional pode ser estendida a todo o arcabouço de política social da ilha.

Além do princípio de universalização, deve-se notar que a educação na sociedade socialista cubana possui ainda um significado maior, pois é através desta que se difundem os valores revolucionários e se busca construir o “novo homem” guevarista. Tal raciocínio norteia em algum grau a escolha do currículo dos diversos níveis de aprendizado e na construção dos materiais escolares a serem utilizados em sala de aula.

Além da defesa dos valores revolucionários construídos ao longo da formação histórico-social de Cuba, os currículos dos programas educacionais se orientam pelo objetivo de dar suporte ao enfrentamento dos desafios técnicos e materiais presentes no país. A quantidade de cursos universitários e profissionalizantes ofertados e o número de vagas para cada área está diretamente relacionado aos objetivos gerais da planificação socialista e às necessidades de desenvolvimento socioeconômico buscado pelo governo.

Se por um lado a padronização dos currículos, metodologias e materiais em todas as instituições do sistema nacional, públicas e de acesso gratuito e universal, garante um certo nível de qualidade assegurado pelo governo e coloca a educação como fator funcional aos objetivos de igualdade e equidade social, por outro impede a diversidade

de abordagem dos temas estudados e o senso crítico contrário às posições oficiais. De acordo com o estudo de campo realizado por Breidlid (2007), não há espaço para diversidade no sistema educacional cubano, prevalecendo apenas uma versão da história funcional à manutenção das relações de poder existentes na sociedade e ao fortalecimento do controle ideológico da burocracia central do Partido Comunista.

Nos cursos de graduação, por exemplo, há uma grade geral que independe da área de atuação, onde se proporciona formação histórica, sociológica, psicológica e pedagógica. Portanto, o sistema educacional em Cuba está bastante vinculado aos objetivos gerais da sociedade e ao pensamento reflexivo sobre os problemas atuais do país a partir dos valores nacionais revolucionários.

Para garantir certa coesão social e o comprometimento das gerações mais novas com as conquistas alcançadas desde 1959, o ensino em Cuba se baseia, em todos os níveis, por vinculação entre sala de aula, pesquisa acadêmica e trabalho. (Gasperini, 2000)

Assim, alunos de escolas de nível básico e intermediário realizam, por exemplo, tarefas agrícolas simples, cujo propósito é o de desenvolver espírito de solidariedade e uma atitude positiva em relação ao trabalho.

Nas universidades, todos os alunos conduzem pesquisas já desde o início do processo de formação, acompanhados por tutores. Tanto as vinculações do ensino com o trabalho quanto com a pesquisa científica (uma das áreas de destaque da sociedade cubana) reproduzem senso crítico e um espírito de comprometimento com os ideais de solidariedade, nacionalismo, internacionalismo e demais valores tradicionalmente construídos ao longo da história cubana, representados pelo conceito de “homem novo”. Deve-se ressaltar, contudo, que também aí o governo cubano e suas instituições possuem controle absoluto da sociedade e monitoram as práticas realizadas. O senso crítico é estimulado dentro do arcabouço ideológico difundido pelo Partido e dos valores construídos no processo revolucionário, não sendo permitida dissidência política explícita. O relatório de 2019 da organização internacional de direitos humanos *Human Rights Watch* reporta alguns casos de acadêmicos presos temporariamente por decisão arbitrária, prática esta comumente adotada contra jornalistas independentes e

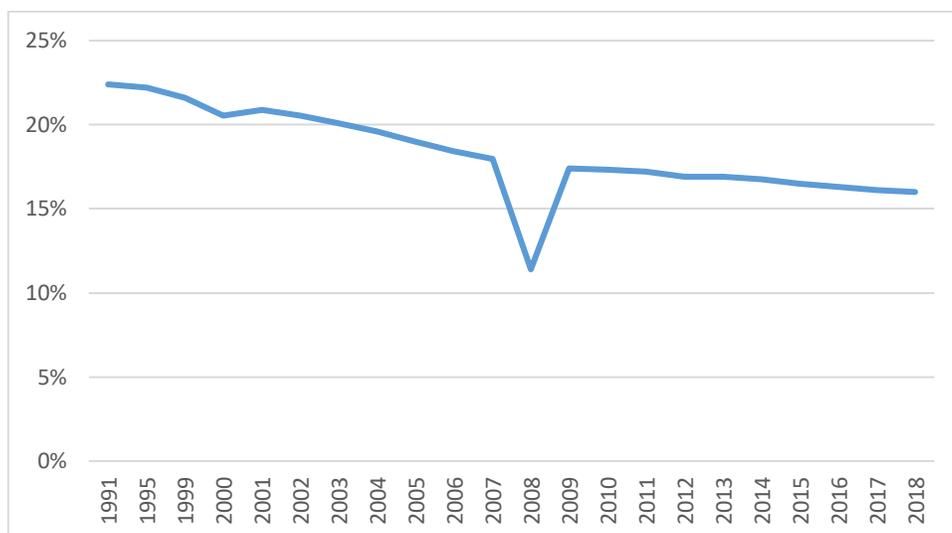
manifestantes críticos ao regime político cubano. Ainda de acordo com tal relatório, no sistema prisional cubano são recorrentes denúncias de espancamento e isolamento de presos políticos. O governo cubano não reconhece a legalidade da atuação das associações internacionais de direitos humanos, impedindo o monitoramento das prisões do país.

Nos anos mais recentes, pode-se verificar que o governo cubano optou por preservar elevados investimentos em educação, apesar das dificuldades enfrentadas pela economia em função do desmoronamento das repúblicas soviéticas e das crises globais de 2001 e 2007/08.

A partir deste ano, o número de escolas sofreu uma ligeira redução, provavelmente em função da nova conjuntura econômica enfrentada pela ilha, bem como pela transição demográfica que reduziu a proporção de população jovem em relação ao total, como indicado no gráfico abaixo. Apesar disto, o número de docentes cresceu nos anos 2000 e se estabilizou em patamar elevado no período Raúl Castro, como pode ser visualizado no Gráfico 18.

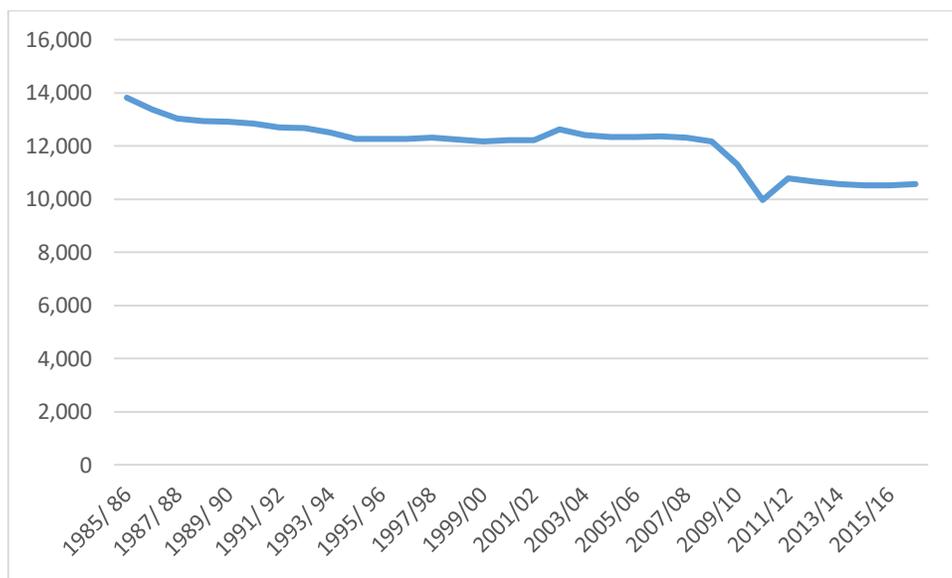
O sucesso do país no cumprimento das metas quantitativas reflete apenas parcialmente a realidade do sistema educacional de Cuba e suas transformações recentes. González e Velázquez (2010) argumentam que a formação emergencial de boa parte dos profissionais de educação para que se alcançassem tais metas, conjugada com a perda relativa de salário dos profissionais do setor público em comparação aos trabalhadores com acesso à peso conversível (CUC) resultou em piora qualitativa dos docentes e do ensino em Cuba.

Gráfico 16 - Proporção da população com idade de 0 a 14 anos



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Gráfico 17 – Escolas

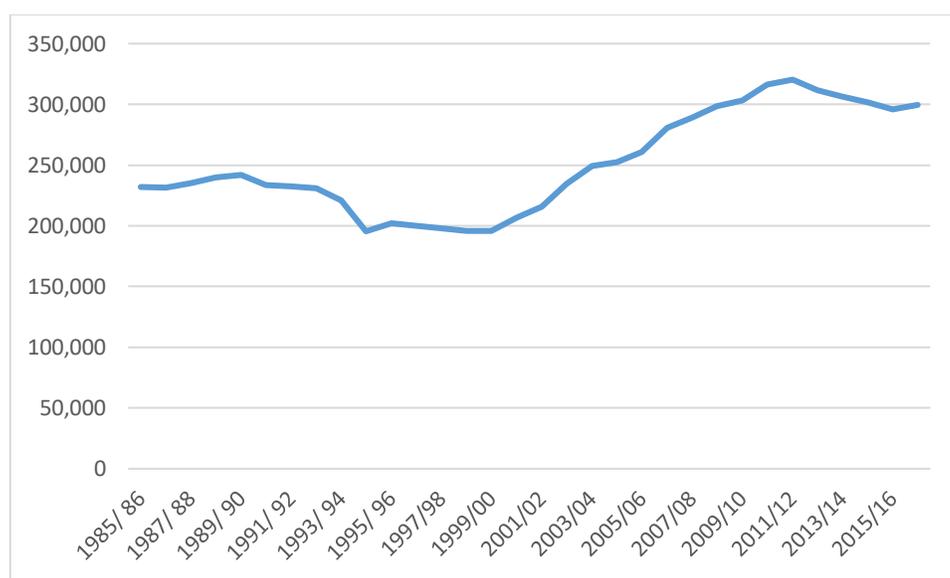


Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Os dados do Gráfico 17 indicam uma redução de 14% no número de escolas em 2018 em comparação com 2008, refletindo a transição demográfica que pode ser visualizada no Gráfico 16.

Pode-se notar, contudo, que apesar de tal transição e da crise econômica internacional de 2007/08, o governo cubano permaneceu realizando elevados investimentos em educação, de maneira que o número de docentes entre 2008 e 2012 cresceu 11%.

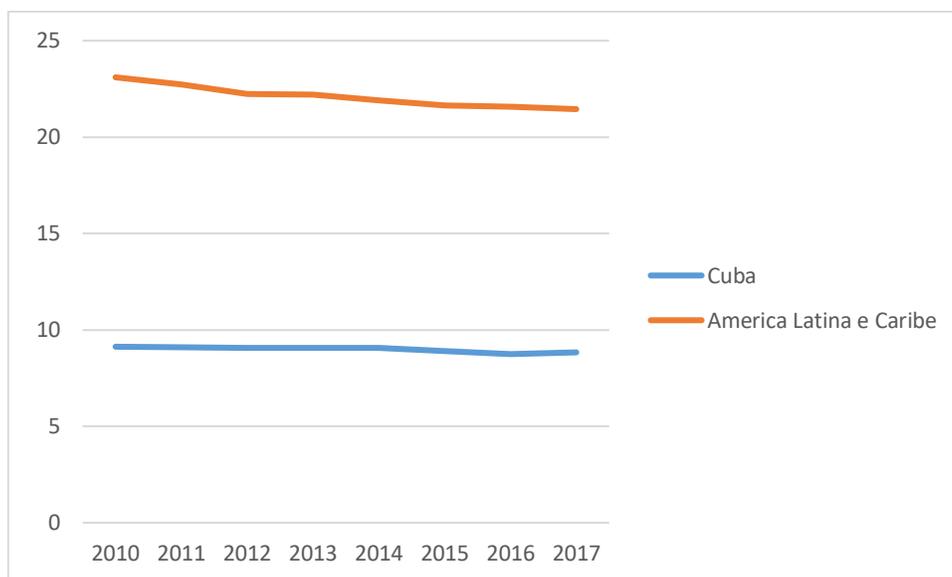
Gráfico 18 - Docentes



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

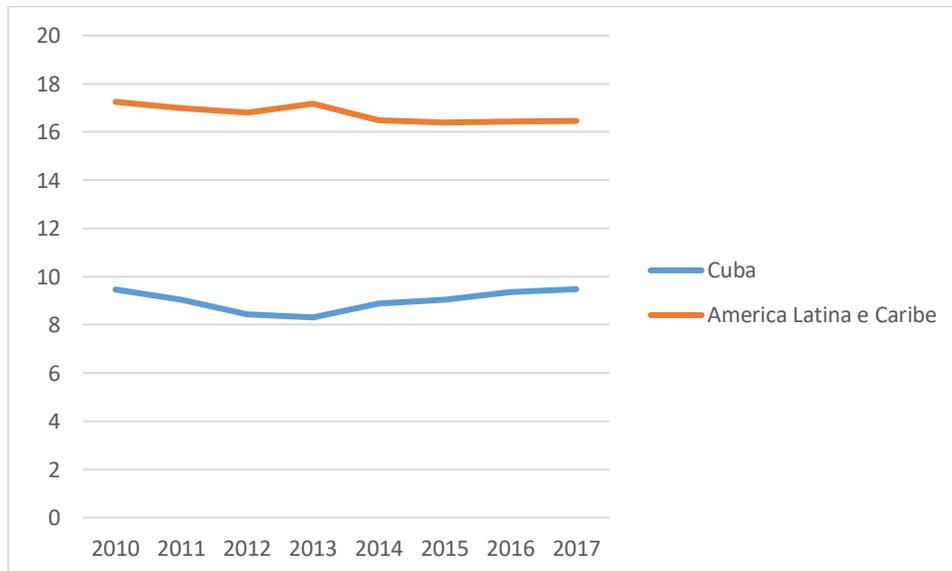
Pode-se notar, pelos gráficos abaixo, que o comprometimento do governo cubano com educação de qualidade em todos os níveis se reflete no número bastante reduzido da relação de alunos por professor, se comparada à média da América Latina e Caribe. Assim, cada aluno pode contar com maior atenção e de maneira mais individualizada.

Gráfico 19 - Número médio de alunos por professor (ensino básico)



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

Gráfico 20 - Número médio de alunos por professor (ensino secundário)

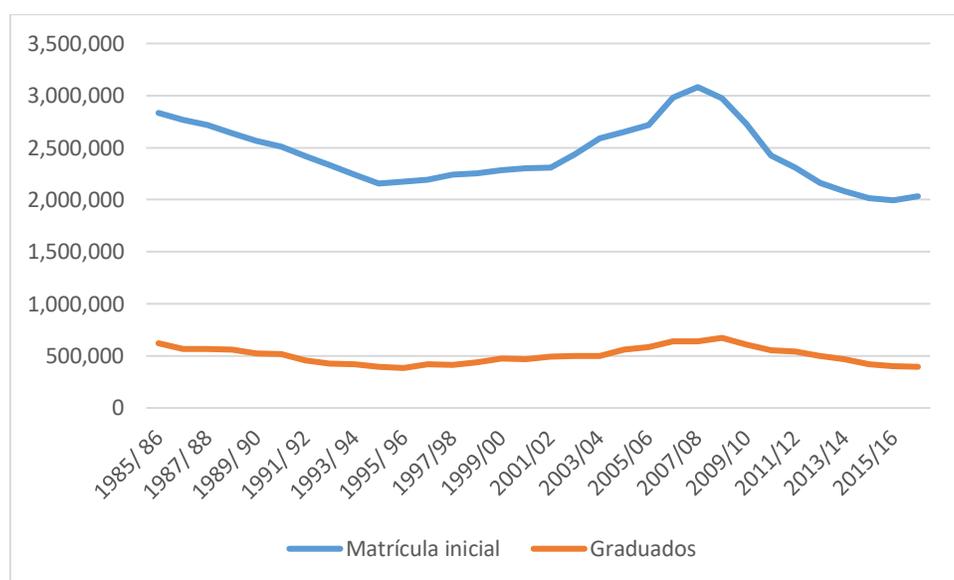


Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

O número de alunos matriculados em todos os níveis educacionais, após um longo período em que oscilou em torno dos 2,5 milhões, atingindo um pico de 3 milhões em

2007/08, decaiu e se mantém estável por volta dos 2 milhões. Esta redução pode ter sido ocasionada pelas reformas da economia cubana no governo de Raúl Castro, cujas medidas de abertura ao investimento estrangeiro e às atividades de *cuentalpropismo*, que exigem menor nível de qualificação do trabalho, podem ter contribuído para menor demanda por ensino formal público (o ensino privado é proibido no país).

Gráfico 21 - Alunos matriculados e graduados (todos os níveis)

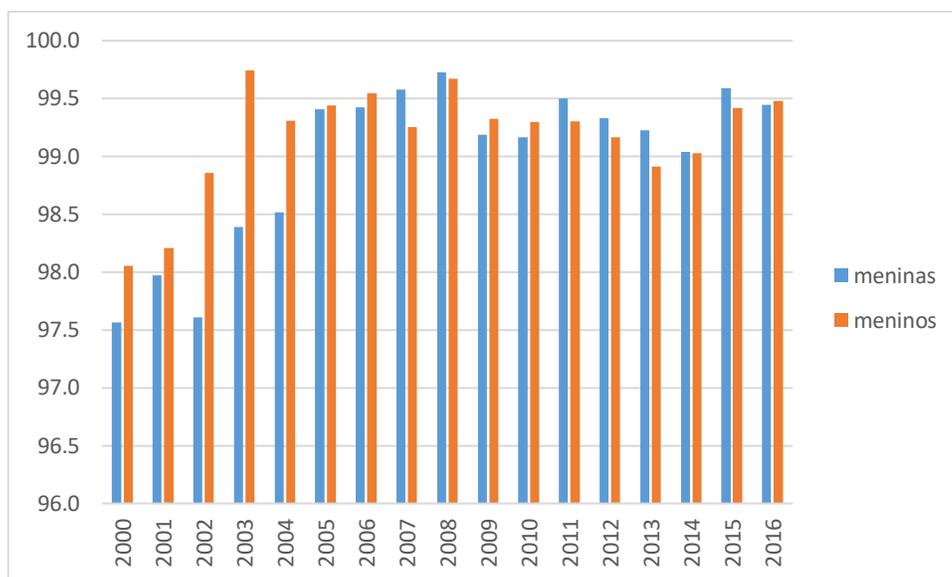


Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Enquanto o acesso ao ensino primário permanece universalizado, ainda persistem alguns desafios em relação ao ensino secundário, que sofreu redução do percentual de alunos matriculados nos anos recentes.

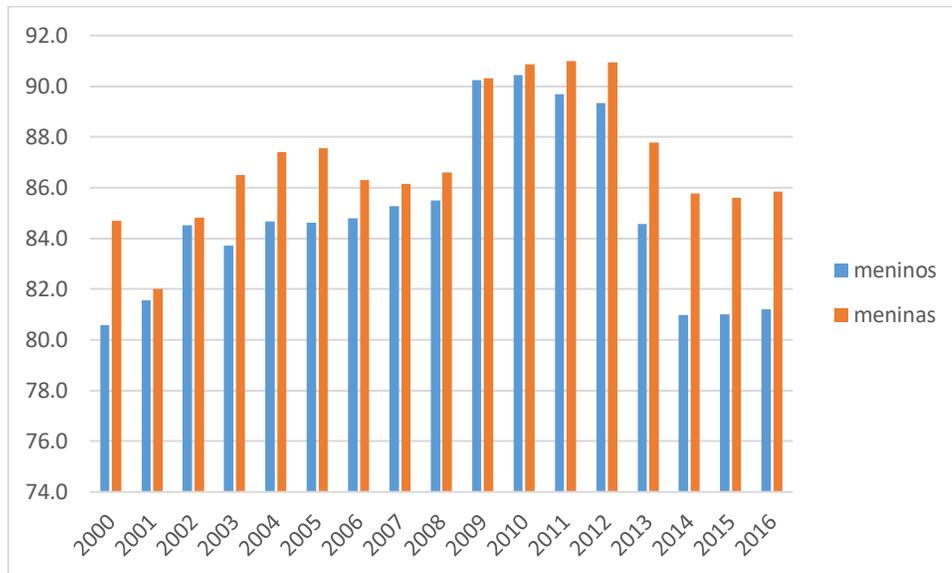
Nota-se, por fim que não há diferença substancial no acesso ao ensino em relação ao gênero, indicando o acesso igualitário nesta área.

Gráfico 22 - Percentual de matriculados no ensino primário



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

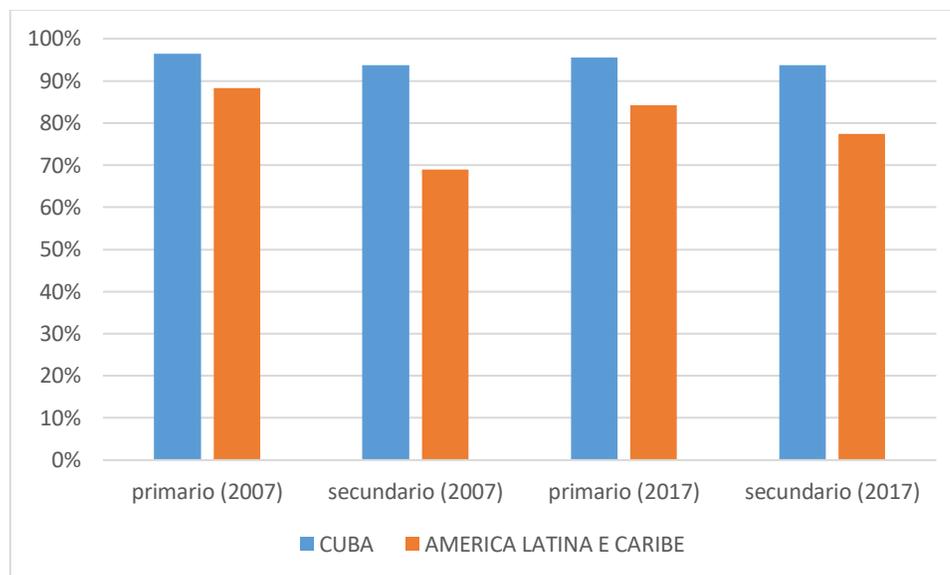
Gráfico 23 - Percentual de matriculados no ensino secundário (12 - 17 anos)



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Quando se comparam o percentual de matriculados no ensino básico e secundário em Cuba com a média da América Latina e Caribe, pode-se verificar uma proporção maior de matriculados em Cuba nos dois níveis, como indicado no Gráfico abaixo.

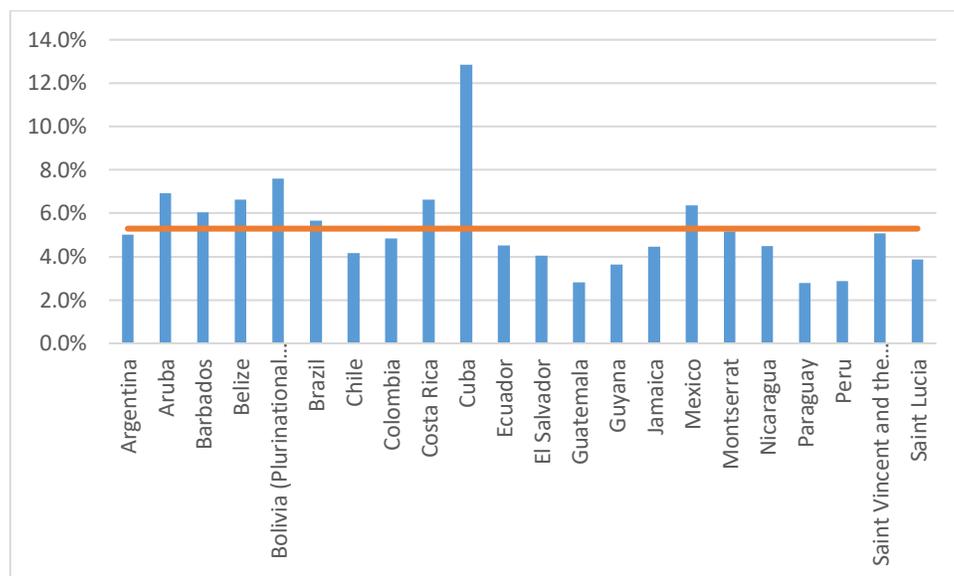
Gráfico 24 - Proporção de matriculados por nível de ensino



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

Em relação aos gastos em educação em proporção ao PIB, o ano mais recente em que se encontram dados divulgados para Cuba indica um dispêndio mais de duas vezes maior do que a média para a América Latina e Caribe, como no Gráfico 25.

Gráfico 25 - Gastos em educação / PIB (%) - 2010



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

3.4 Saúde em Cuba³⁰

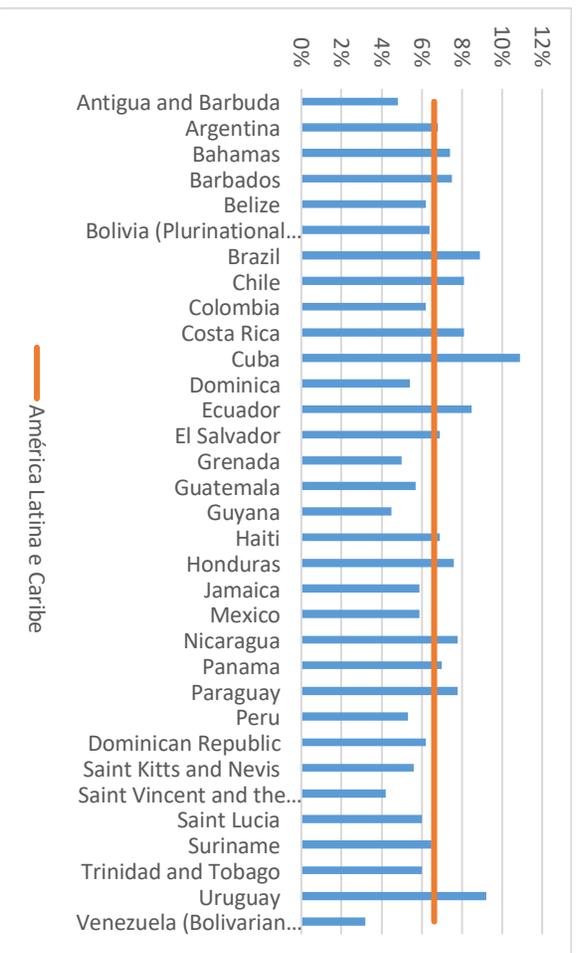
Antes da Revolução Cubana, os serviços de saúde eram prestados quase que exclusivamente por empresas privadas, o que gerava enorme déficit de atendimento à população, especialmente nas regiões rurais e de menor renda.

A partir de 1959, a prestação de serviços de saúde foi gradualmente nacionalizada e integrada a um Sistema Nacional de Saúde único. Dado que o direito à saúde sempre constituiu um dos valores fundamentais da sociedade cubana após a Revolução e é considerado inalienável em Cuba, o investimento estatal nesta área é relativamente elevado como proporção do Produto Interno Bruto, e são ofertados serviços desde

³⁰ Seção baseada em Armas (2016); Brebrick; Dresang; Murray; Shallue; Sullivan-Vedder, (2005); Cooper; Kennelly; Orduñez-García, (2006); Dominguez-Alonso; Zacca, (2011); González, López, Muñoz, Ledo, Lugo, Santiesteban (2018); Hauge (2007); Schuyler (2002); Spiegel; Yassi (2004);

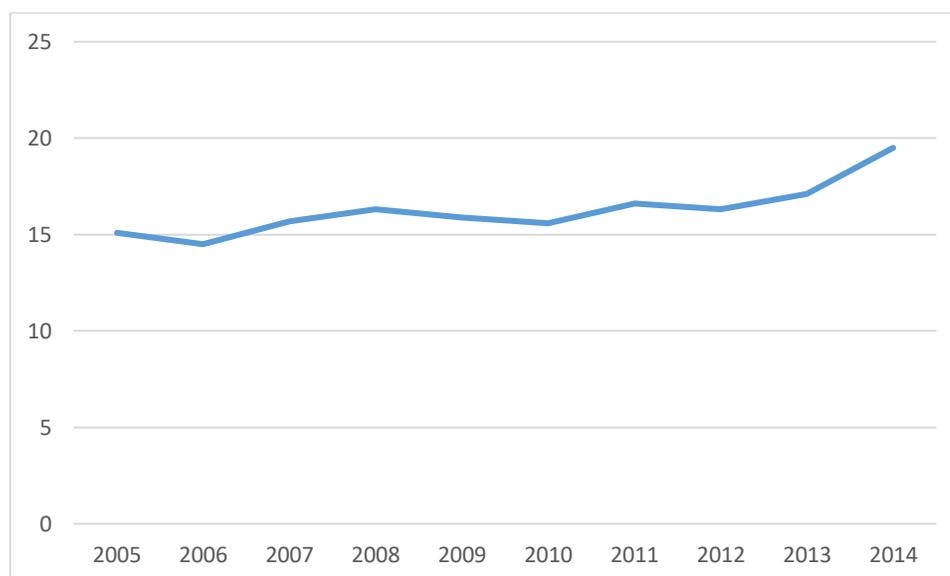
prevenção e monitoramento das condições de saúde comunitárias até tratamento de doenças e complicações de maneira inteiramente gratuita e universalizada.

Gráfico 26 - Gastos em saúde em 2015 (%) / PIB



Fonte: Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL). Elaboração própria.

Gráfico 27 - Saúde pública e assistência social (%) / PIB



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

De acordo com o governo cubano, os investimentos em saúde são guiados por princípios de equidade e universalização, que garantem o acesso adequado e a difusão de um mesmo padrão de saúde entre moradores das regiões urbanas e rurais, homens e mulheres, brancos e não brancos, independente da faixa de renda dos usuários do Sistema.

Os dados mais recentes divulgados pela CEPAL acerca dos gastos com saúde em relação ao PIB no ano de 2015 indicam que Cuba possui a maior destas proporções na América Latina e Caribe, sendo o único destes países em que este valor ultrapassa 10%.

Também deve ser enfatizado que a saúde em Cuba é encarada de maneira holística, de forma que os fatores sociais, econômicos e ambientais recebem tanta atenção quanto as questões estritamente médicas na busca pela constante melhoria dos indicadores do país.

Neste sentido, as clínicas de atendimento familiar são as instituições com maior vínculo com as comunidades e atuam em nível local, de maneira que a equipe de

profissionais de cada clínica (compostos por um médico e uma enfermeira, além dos que trabalham no âmbito administrativo e em outras funções governamentais) está em constante relação com a vizinhança, realizando um acompanhamento contínuo através de monitoramento que permite traçar estratégias personalizadas para o atendimento das necessidades locais. Semanalmente o médico e a enfermeira familiar visitam pacientes da vizinhança, e, além de verificarem as condições de saúde de cada indivíduo, se atentam às condições sanitárias e de moradia em um sentido geral, buscando atrelar mobilização social e ações comunitárias para o melhoramento da saúde comunitária. Recomendações sobre medidas de prevenção de dengue ou doenças causadas por condições de moradia inadequadas são algumas das formas de atuação de trabalho dos médicos familiares, em conjunto com a população e as organizações comunitárias locais.

A administração, execução e regulação do Sistema Nacional de Saúde é realizada pelo Ministério de Saúde, e a prestação dos atendimentos e de medidas de Atenção Básica de Saúde é concentrada nos níveis municipal e provincial. Os recursos e profissionais a serem utilizados são negociados com as assembleias destes níveis, que são responsáveis por autorizar as políticas planejadas em âmbito local.

Esta integração total entre os diversos níveis permite uma maior eficiência do Sistema Nacional de Saúde cubano do que a que ocorreria se este se caracterizasse por um conjunto fragmentado de instituições sem articulação estratégica. Dadas as dificuldades em se aumentar o orçamento de saúde do país, tanto pelo tamanho da economia cubana quanto pelo bloqueio americano que dificulta a importação de medicamentos e equipamentos de alta complexidade tecnológica, nos últimos anos o estado cubano vem realizando esforços para melhorar a eficiência na alocação dos recursos materiais disponíveis, a partir das estatísticas de saúde coletadas pelos profissionais das clínicas familiares. Cabe ressaltar, contudo, que não há vinculação entre os salários dos profissionais de saúde e seu desempenho, de maneira que o sistema de pagamentos se desvincula da questão de eficiência econômica.

Os índices gerais de saúde em Cuba se destacam de maneira positiva em relação à média latino-americana, e a integração entre o planejamento de governo nacional e as instituições comunitárias político-civis na garantia de cobertura e na difusão de

programas e campanhas do Ministério de Saúde é um dos fatores explicativos do sucesso dos serviços públicos prestados pelo país.

A participação destas organizações comunitárias, nas quais se incluem os Comitês de Defesa da Revolução e a Federação de Mulheres Cubanas, garante, por exemplo, cobertura total de vacinação, melhorias no sistema de saneamento básico e disseminação de informações a respeito de doenças transmissíveis, além de auxiliar no monitoramento dos principais problemas enfrentados localmente.

A estratégia da política de saúde em Cuba opta por uma abordagem integral da prestação do serviço, que vai desde a educação através de campanhas públicas e prevenção, que concentram a maior parte dos recursos utilizados, até o tratamento e recuperação.

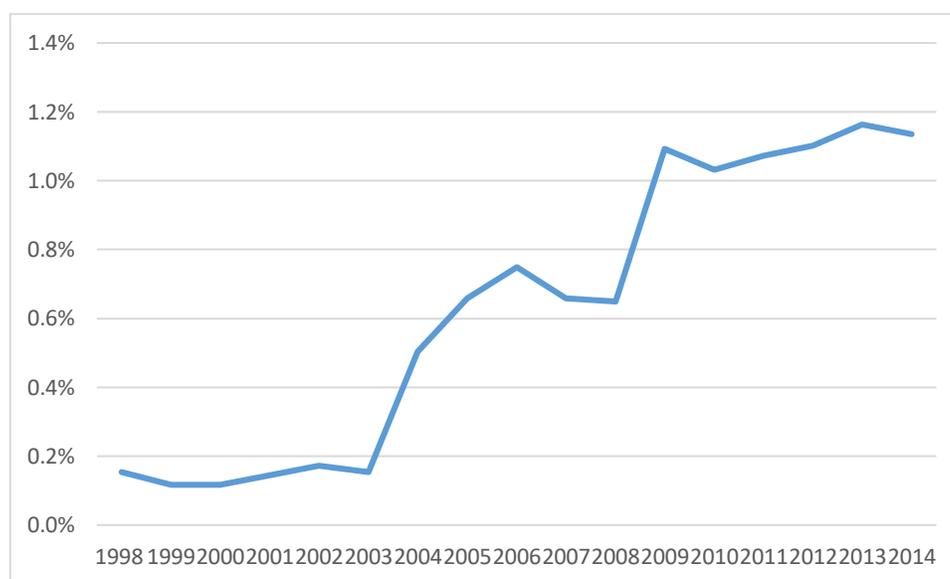
Além da forte associação com as organizações institucionais comunitárias, cabe ressaltar, mais uma vez, que os profissionais de saúde (médicos, enfermeiras e técnicos) são em boa parte organizados em agrupamentos constituídos nas clínicas familiares, que têm por missão realizar o acompanhamento contínuo da saúde de determinada localidade, de maneira a garantir cobertura total e maior conhecimento sobre os problemas específicos enfrentados. Desta forma, cada equipe fica responsável pelo atendimento de cerca de 150 famílias. A integração dos profissionais à comunidade permite que se realizem frequentes visitas aos núcleos familiares da comunidade e um detalhado monitoramento das condições de saúde locais e dos problemas mais comumente encontrados, de maneira a subsidiar campanhas e programas específicos de maneira descentralizada e eficiente.

Cuba também se destaca pelas pesquisas realizadas no campo da biotecnologia, subsidiadas por informações do Departamento Nacional de Estatísticas de Saúde, cuja rede de profissionais incorpora todos os tipos de instituições prestadoras do serviço de saúde pública. Estas pesquisas possibilitam a geração de divisas de exportação de medicamentos, procedimentos e tecnologias desenvolvidos na ilha, cujos recursos são utilizados para financiamento do Sistema Nacional de Saúde. Além disto, permitem que o país lide com o embargo internacional articulado pelos Estados Unidos e garantem a

soberania da prestação dos serviços e a manutenção da prestação pública universalizada da saúde no país.

Cabe ainda apontar que, diferentemente do padrão que prevalece na América Latina e Caribe, em Cuba a pesquisa na área da biotecnologia, de ampla sofisticação tecnológica, bem como a produção e comercialização de medicamentos resultantes dos esforços de P&D ocorrem por via exclusivamente pública/estatal. O sucesso do país se dá pelo entorno social favorável, dada a grande quantidade de profissionais qualificados e a cultura de comprometimento com as necessidades da sociedade. O Gráfico abaixo retrata o crescimento das exportações de produtos medicinais e farmacêuticos que se observou especialmente de 2003 a 2009 no país, se estabilizando em um patamar mais elevado. (Armas, 2016)

Gráfico 28 - Exportação de produtos medicinais e farmacêuticos / PIB



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

Apesar da persistência do bloqueio americano sobre a economia cubana, que resulta em preços de importação bastante elevados de equipamentos médicos, remédios e demais insumos necessários à prestação dos serviços de saúde, o comprometimento

do governo cubano com este direito social e os desenvolvimentos de soluções administrativas, políticas e tecnológicas originais em âmbito doméstico vêm proporcionando a manutenção de resultados bem melhores do que os observados na América Latina de maneira geral.

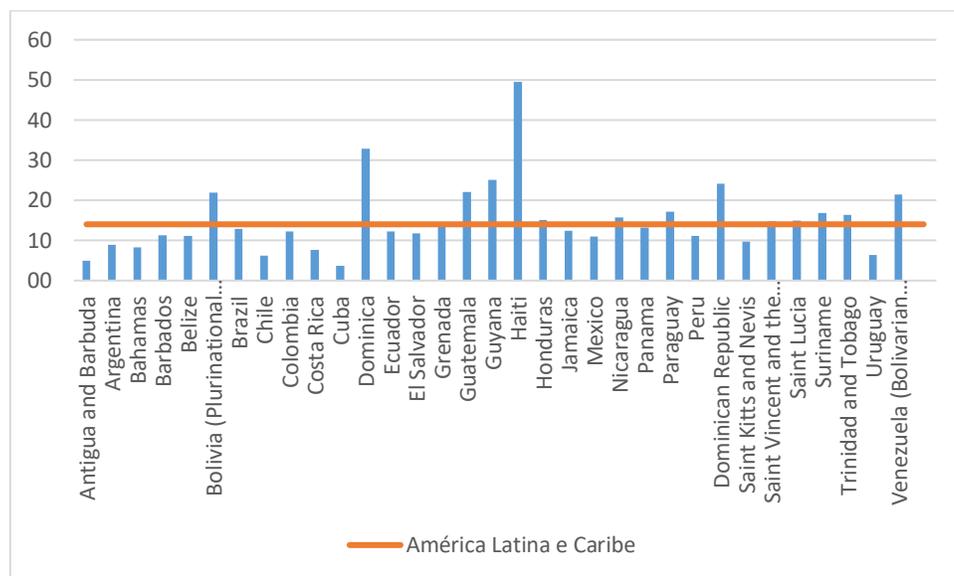
Por fim, pode-se observar que em momentos de aguda crise econômica, como aquele que assolou o país durante o dito *período especial* do início dos anos 1990, a estrutura pública do Sistema Nacional de Saúde permite a manutenção da difusão generalizada dos serviços de saúde, garantindo a subsistência do acesso universalizado a este direito social básico (ainda que possa ocasionar problemas e desafios no âmbito orçamentário).

Apesar de, como visto, Cuba possuir uma baixa renda per capita em relação à média latino-americana, foi capaz de desenvolver um padrão de desenvolvimento socioeconômico inclusivo, generalizado, e que tem garantido o acesso à emprego, educação e saúde por toda a sociedade. Assim, a análise da estrutura da política social na ilha revela diferenças significativas em relação ao padrão latino-americano, caracterizado por fortes desigualdades sociais e econômicas e por maior dependência e vinculação das políticas domésticas com relação à conjuntura internacional.

Os Gráficos abaixo buscam ilustrar a situação dos principais indicadores de saúde em Cuba em comparação com a América Latina, utilizando dados disponibilizados pela CEPAL.

O Gráfico 29 mostra os dados de mortalidade infantil para cada 1000 nascidos vivos. Cuba possui o melhor indicador para a região em 2018 – 3,7 – enquanto a média para a América Latina e Caribe é de 14.

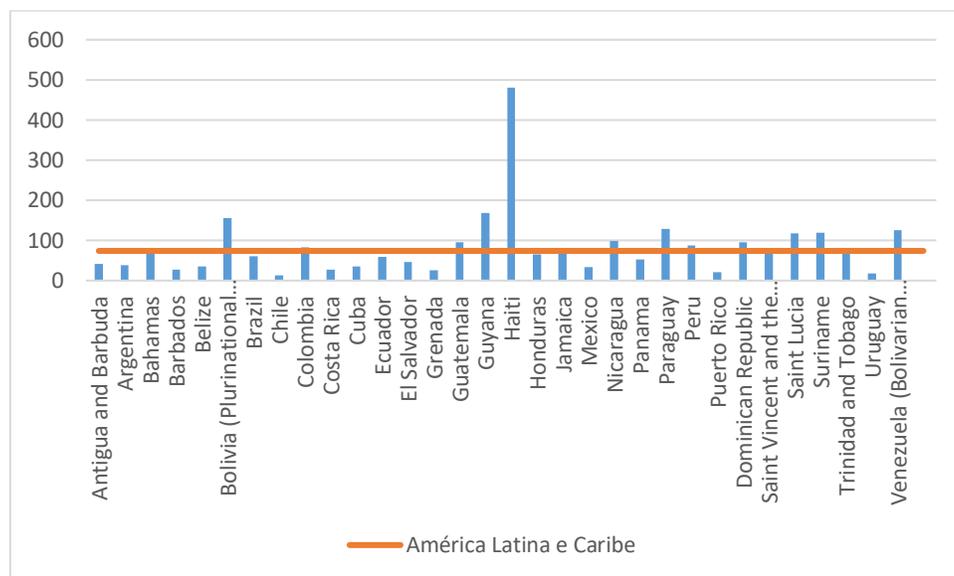
Gráfico 29 - Mortalidade infantil por 1000 nascidos vivos - 2018



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe* (CEPAL). Elaboração própria.

A taxa de mortalidade materna para cada 100 000 nascimentos é de 36 em Cuba e de 74 para a média da América Latina e Caribe segundos os dados mais recentes divulgados. Assim, aí se encontra mais um indicador comparativamente favorável à Cuba em relação a situação média da região, como pode ser visto no Gráfico 30.

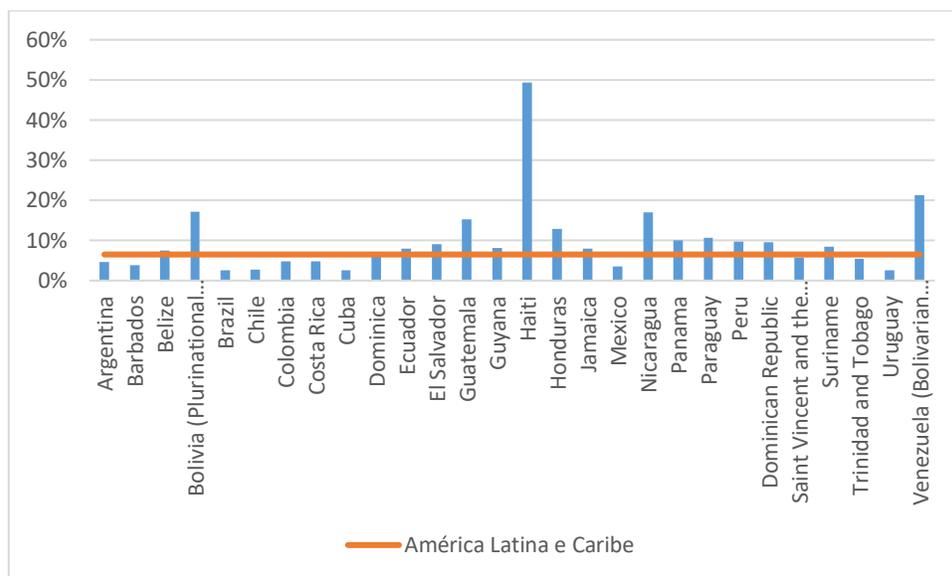
Gráfico 30 - Taxa de mortalidade materna por 100 000 nascimentos - 2017



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

O Gráfico 31 traz os dados do percentual de desnutridos nos países da região para o período 2016-2018. 2,5% da população de Cuba se encontra nesta situação, melhor índice dos países em análise, patamar também alcançado apenas por Brasil e Uruguai.

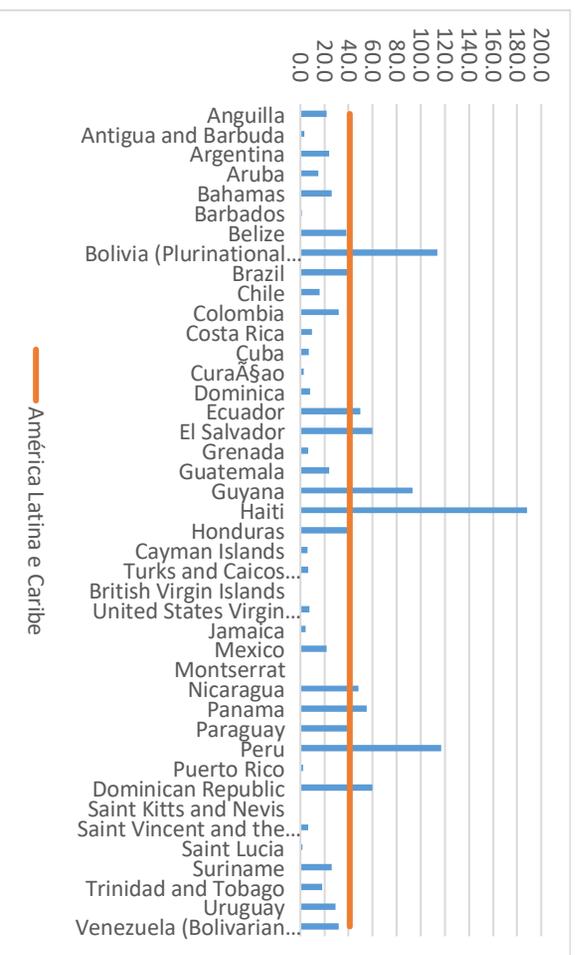
Gráfico 31 - Prevalência de desnutrição - 2016 - 2018 (%)



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe* (CEPAL). Elaboração própria.

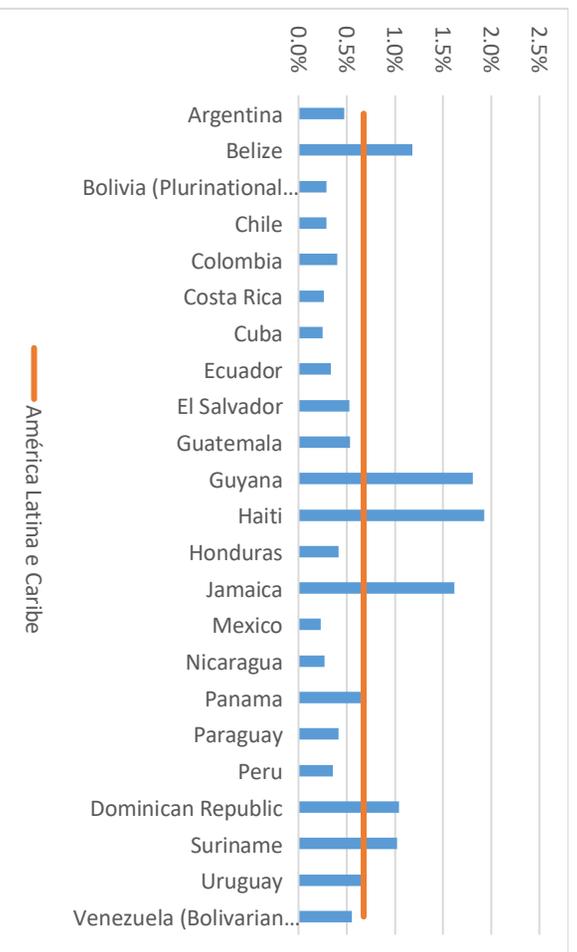
A incidência de tuberculose em Cuba é de 6,9 para cada 100 000 habitantes, patamar consideravelmente inferior à média de 41 para a América Latina e Caribe, como mostrado no Gráfico abaixo. A incidência de HIV em Cuba é de 0,25% da população entre 15 e 49 anos, em comparação com uma média de 0,68% na América Latina e Caribe, segundo melhor resultado da região como indicado no Gráfico 33.

Gráfico 32 - Incidência de Tuberculose por 100 000 habitantes - 2016



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

Gráfico 33 - Prevalência de HIV na população entre 15 e 49 anos (%) - 2014



Fonte: *Comissão Econômica Para América Latina e Caribe (CEPAL)*. Elaboração própria.

3.5 Pensões e assistência social em Cuba³¹

Após a consolidação do governo instaurado pela Revolução Cubana e da transição socialista efetuada nos primeiros anos da década de 1960, formou-se um sistema nacional centralmente controlado de benefícios de pensão à força de trabalho do país. O acesso passou a se dar maneira universalizada e guiada pelos princípios de equidade e de garantia de condições materiais básicas de vida.

O sistema de pensões cubano funciona em um regime de repartição simples, ou seja, as contribuições obrigatórias das empresas públicas (trabalhadores de determinadas unidades, cujos salários se vinculam parcialmente à produtividade, também devem destinar 5% de seus rendimentos ao sistema) financiam a população adulta inativa. Além dos aposentados por tempo de trabalho, podem contar com os benefícios pessoas física ou mentalmente incapacitadas, dependentes de pensionista falecido, jovens em condições vulneráveis e mães de recém-nascidos. Os déficits são cobertos pelo orçamento central.

Nos últimos anos, a população de Cuba vem envelhecendo rapidamente, com 20% das pessoas na faixa etária acima de 60 anos. Apesar de ser o país mais envelhecido da América Latina e Caribe, a idade mínima para aposentadoria e o tempo de contribuição são relativamente baixas. Para Carmelo-Lago (2019), caso não sejam efetuadas reformas que proporcionem maior arrecadação ou redução dos gastos previdenciários, a tendência é de ampliação do déficit do orçamento de pensão cubano nas próximas décadas.

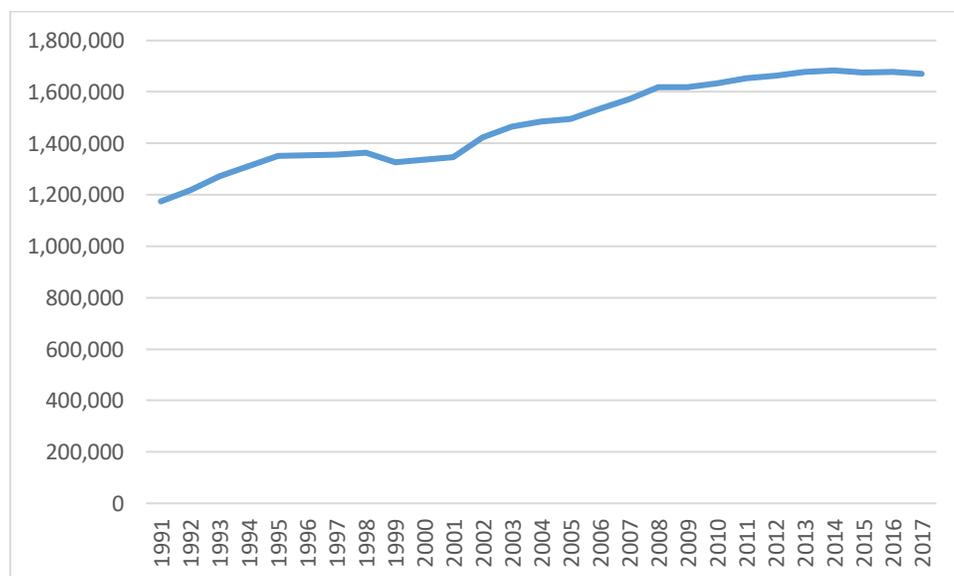
Os trabalhadores por conta própria (aí inclusos os funcionários de *joint ventures* entre capital doméstico e externo) podem participar ou não do regime de pensão público. Caso optem pela integração ao sistema, devem contribuir com 10% dos rendimentos recebidos.

³¹ Alvarez; Grynspan; Moro (2004); Mesa-Lago (2019); Mesa-Lago; Vidal-Alejandro (2010); Struge (2017); Uriarte (2002);

Deve-se ressaltar que, assim como ocorre para a População Economicamente Ativa em Cuba, existem substanciais diferenças no padrão de vida daqueles cujos rendimentos estão vinculados exclusivamente ao setor público e aqueles com acesso à CUC ou dólares americanos. Os benefícios de pensão no país estão vinculados aos baixos salários recebidos no setor estatal, de modo que não são suficientes para proporcionar adequada condição de moradia e alimentação. A pesquisa realizada por Struge (2017) ajuda a compreender a forma como vivem os idosos cuja única fonte de renda advém das aposentadorias na ilha.

A persistir a tendência de aumento relativo dos trabalhadores do setor privado em relação ao total da economia, o governo cubano deve contemplar uma proporção cada vez menor da força de trabalho no sistema de pensões. Este movimento auxilia o equilíbrio entre gastos e arrecadações. Desde 2008, ano em que se iniciam o governo de Raúl Castro e as reformas de liberalização do mercado de trabalho, nota-se uma forte desaceleração do aumento da quantidade de beneficiários contemplados até que o número destes passa a se estabilizar em 2016/17, como visto no gráfico abaixo.

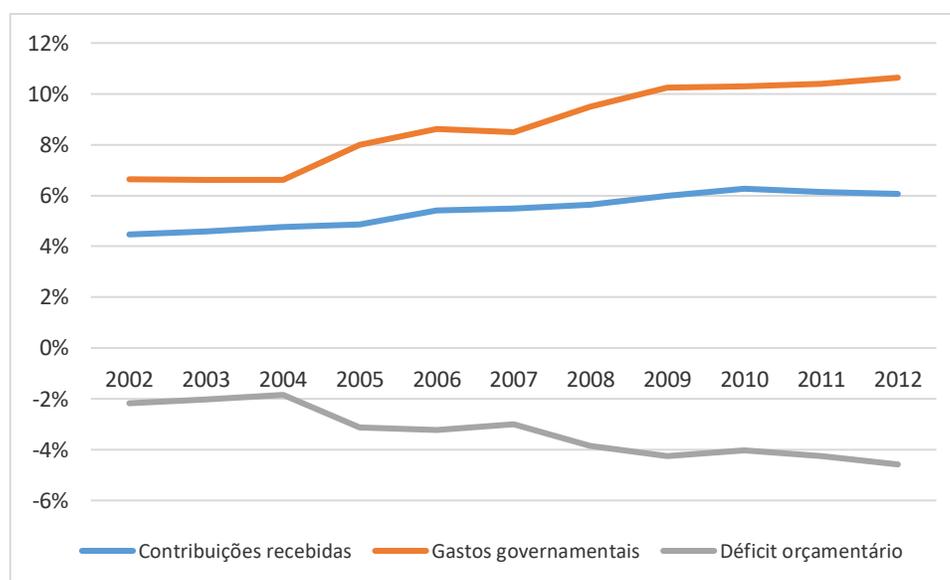
Gráfico 34 - Quantidade de beneficiários



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística de Cuba (ONE)*. Elaboração própria.

Em relação à média latino-americana, os trabalhadores cubanos podem se aposentar cedo, e as contribuições obrigatórias estão bem abaixo do padrão geral da região (Mesa-Lago; Vidal-Alejandro; 2010). Desta forma, os déficits de seguridade social vêm pressionando o orçamento público cubano, ainda que reformas realizadas em 2008 pelo governo Raúl Castro tenham dado alguns passos na direção de equilibrar o orçamento público. O gráfico 35, que utiliza os dados oficiais mais recentes divulgados sobre a estrutura orçamentária do sistema de pensão, indica que as mudanças efetuadas não resultaram em efeito significativo. Observa-se estagnação da arrecadação governamental e crescimento dos gastos a partir de 2008.

Gráfico 35 - Orçamento de Seguridade Social / PIB



Fonte: *Oficina Nacional de Estadística* de Cuba (ONE). Elaboração própria.

Dada a estrutura de baixos salários vigente na economia cubana, os benefícios de pensão recebidos, que iniciam em cerca de 50% dos salários obtidos durante os anos de atividade (o que equivale a pouco mais de US\$10 mensais) e sobem gradual e lentamente de acordo com anos de contribuição que ultrapassam o mínimo legalmente determinado, são insuficientes para garantir um padrão material mínimo de vida para a

população do país. Ainda que possam contar com subsídios nos preços de alimentos, serviços públicos de saúde gratuitos e conserto de moradias, os pensionistas estão entre os grupos considerados de maior vulnerabilidade socioeconômica pelos cubanos. Além disto, as reformas pró-mercado de Raúl Castro resultaram em forte redução dos subsídios de bens essenciais e no aumento dos preços alimentícios em função da expansão dos mercados agrícolas, de maneira que a cesta de consumo contemplada pelos salários médios (e, portanto, dos benefícios de pensão) é bem menor do que no período anterior à 2008.

No período mais recente, o caráter compulsório (para aqueles que trabalham no setor público) e generalizado do sistema de benefícios de pensões tem sido complementado por esforços direcionados e personalizados de assistência social. Profissionais são formados especificamente para monitorar os grupos de maior vulnerabilidade e, integrados com associações comunitárias, estipular e implementar programas de acordo com as necessidades locais.

Os assistentes sociais em serviço do Estado cubano proporcionam benefícios complementares em espécie (vestuários e alimentos, por exemplo), monetários e, através da expansão do acesso aos serviços de utilidade pública, com diferentes estratégias de acordo com o grupo a ser atendido. Além disso, o monitoramento comunitário contínuo subsidia o governo central com informações acerca da estrutura socioeconômica da população e suas tendências de transformação.

Apesar da eficiência na estrutura de prestação da assistência social, dado o caráter focalizado das políticas adotadas, a parcela dos recursos do orçamento público despendida nesta área é bem mais baixa do que a do sistema de pensão, e insuficiente para garantir a manutenção de padrões de vida materiais adequados.

CONCLUSÃO

Esta dissertação analisou a concepção, a evolução e a situação atual do sistema socioeconômico cubano desde a Revolução Cubana de 1959 até os dias atuais, de modo a compreender as profundas transformações pelas quais Cuba tem passado no período recente.

Para tanto, buscou-se, em um primeiro momento, traçar uma contextualização teórica dos sistemas capitalista e socialista, para auxiliar na compreensão da economia cubana e da diferente lógica de funcionamento e objetivos gerais em relação à maior parte do mundo capitalista atual.

Ainda que se reconheçam as possibilidades geradas pela eficiência na alocação de recursos sob o capitalismo e a dinâmica de expansão (e crises) deste sistema, o trabalho se iniciou por sublinhar, brevemente, as diferenças de condição de vida resultantes da divisão hierárquica de classes na sociedade, bem como o processo de apropriação de trabalho alheio para acumulação privada de capital, na seção 1 do primeiro capítulo.

Ainda no primeiro capítulo, ressaltou-se que se opondo ao modo de produção capitalista, o socialismo foi se constituindo como uma alternativa histórica que advoga a igualdade social e o controle da força de trabalho pelos trabalhadores, através da organização em associações coletivas com variadas formas de representação (Estado, cooperativas, sindicatos, etc.).

Dado que o pensamento marxiano foi uma das principais influências ideológicas das lideranças que comandaram o processo revolucionário cubano que resultou na destituição da ditadura de Batista e na transformação de todas as principais estruturas institucionais da sociedade cubana, buscou-se recuperar a influência dos *socialistas utópicos* no pensamento de Marx, bem como o rompimento metodológico proporcionado pelo *socialismo científico*. Isto foi realizado na segunda seção do primeiro capítulo.

O espírito de crítica social que se disseminou na Europa Ocidental após o triunfo da Revolução Francesa e da permanência das misérias físicas e morais nas sociedades

mais “avançadas” materialmente permeou a obra de Marx e Engels na segunda metade do século XIX.

O *socialismo utópico*, consolidado entre fins do século XVIII e início do XIX, traça uma crítica da forma de organização social, especialmente da França e da Inglaterra, assentada em profunda discussão de valores morais, éticos e religiosos. Apesar de não desconsiderar a análise econômica e social, os pensadores associados a este movimento pregavam, em geral, *harmonia* social, focando na necessidade de transformação das condições humanas *individuais* para que se alterasse a ordem vigente.

Assim, a obra de Marx aprofundou a crítica histórico-social presente nestes autores (aqui centrou-se nos três principais representantes do *socialismo utópico*, a saber, Saint-Simon, Fourier e Owen), revolucionando, porém, a metodologia adotada. A análise marxiana enfatiza o caráter contraditório entre os interesses das diversas classes interagindo em um ambiente social e econômico consolidado ou em formação. O materialismo histórico dialético busca superar a aparência das relações econômicas prevalentes em uma dada ordem econômica e social e observar as maneiras como a luta de classes se manifesta nas transformações de cada modo de produção historicamente determinado.

As contribuições teóricas de Marx e de autores que dialogam com as suas obras foram invocadas neste capítulo inicial, na terceira seção, em que esta dissertação apresenta os conceitos fundamentais para o entendimento da Revolução Cubana e do sistema socioeconômico que decorreu desse processo.

A leitura de Marx sobre os processos revolucionários como necessários para a quebra da dominação burguesa da classe trabalhadora na vigência de sistema capitalista de produção, bem como a interpretação marxista-leninista acerca do significado do Estado e da conexão da burocracia político-militar com a sociedade civil, contribuem para a compreensão da Revolução Cubana como um processo de ininterruptas e sucessivas transformações.

Assim, o encerramento da exploração do trabalho e da anarquia capitalista não ocorrem pela mera tomada da institucionalidade estatal pelos líderes revolucionários

lastreados em ampla coalizão das classes populares (em conjunto com parcelas da classe média e de alguns setores de pequenos capitalistas domésticos).

Tendo em mente a lógica de funcionamento dos dois sistemas, a análise do sistema socioeconômico cubano, em capítulos posteriores, pôde-se dar com maior clareza, pois permitiu um suporte teórico-histórico-conceitual para melhor compreensão das características gerais do sistema socioeconômico cubano, bem como dos seus objetivos da maneira como se articulam instituições tipicamente socialistas com outras advindas do capitalismo e incorporadas e adaptadas à realidade cubana dos séculos XX e XXI.

As experiências socialistas do século XX permitem apreender particularidades de cada caso no que diz respeito às formas de propriedade, utilização dos mercados e ao debate centralização versus descentralização na execução do planejamento econômico. Para isso, na quarta seção do primeiro capítulo o socialismo cubano foi analisado à luz das experiências soviética e iugoslava.

Em relação à Cuba, deve-se ter em conta que, ao longo da transição do período de domínio do território pela coroa espanhola para o domínio exercido pela influência estadunidense na fase *neocolonial*, as estruturas institucionais e o funcionamento e organização da vida material da sociedade permaneceram praticamente os mesmos.

Assim, além das restrições ao livre desenvolvimento individual da maior parte da população pela própria organização característica do capitalismo como um modo de produção assentado na exploração privada da força de trabalho, o desenvolvimento econômico tardio deste país na entrada da fase *imperialista* de disputa econômica global das superpotências estrangulou qualquer possibilidade de desenvolvimento autônomo nacional na primeira metade do século XX.

A formação econômica cubana estava baseada na monocultura açucareira e nas relações comerciais com os EUA, especialmente após a abolição da escravidão no Haiti. A aproximação entre Cuba e Estados Unidos ocorreu devido à tentativa daquele país de se desvencilhar do domínio colonial exercido pela Espanha. Em troca de garantir o mercado doméstico americano para o açúcar cubano, os Estados Unidos impuseram livre

comércio e a garantia do mercado cubano para seus produtos industrializados. A enorme influência de bancos estrangeiros no território cubano e a falta de divisas necessárias à industrialização do país tornaram cada vez mais clara a impossibilidade de desenvolvimento social e econômico em Cuba nos marcos do capitalismo sob domínio neocolonial.

Neste contexto, de acordo com os seus defensores, a Revolução de 1959 buscou transformar e suprimir as formas de dominação do *capital* (estrangeiro e doméstico) sobre o *trabalho* na sociedade cubana, pela destruição da nova ordem e simultânea construção de uma nova sociabilidade.

Ao mesmo tempo, deve-se notar que a Revolução Cubana se inseriu em um contexto geopolítico bastante importante e impactante para todas as economias daquele período, qual seja, o da Guerra Fria. A Revolução Cubana é uma entre tantas que eclodiram nos mais de 40 anos de tensas relações entre as superpotências EUA e URSS. Tal contexto foi analisado na primeira seção do segundo capítulo.

Para uma boa compreensão da evolução histórica do sistema socioeconômico cubano, fez-se necessário o entendimento da ideologia dos principais líderes da Revolução. Para tanto, analisou-se o pensamento de Fidel Castro e Che Guevara, bem como do líder da tradição revolucionária independentista em Cuba, José Martí. Este foi o foco de análise da segunda seção do capítulo 2.

Ainda que a construção do sistema socialista em Cuba seja resultado de um longo processo histórico de articulação entre diversas classes sociais voltado para o enfrentamento da condição colonial e, posteriormente, neocolonial da economia e política do país, não podem ser desconsideradas ou menosprezadas as visões ideológicas das lideranças guerrilheiras.

Dado que desde a segunda metade do século XIX Cuba atravessou diversos episódios de guerras com o objetivo de libertação e independência nacional, o principal líder intelectual e militante político deste processo, José Martí, se consolidou como uma das principais influências do pensamento de Fidel Castro e Che Guevara.

Na organização das lutas de guerrilha e, posteriormente, nas medidas de política adotadas com a instauração do novo regime da Revolução de 1959, ficou patente a influência do nacionalismo e da busca de soberania fundados no pensamento martiano.

Assim, os objetivos primordiais da Revolução Cubana foram universalizar a saúde e a educação no país, bem como desenvolver as bases materiais da economia, de sorte a possibilitar a elevação das condições de vida dos trabalhadores no campo e nas cidades.

Interpretações heterodoxas do pensamento marxiano também foram centrais na construção das diretrizes políticas da Revolução, conciliadas, contudo, com estes objetivos mais gerais de justiça social, soberania nacional e condições mínimas de vida assentadas nos escritos de José Martí.

Destarte, pode-se afirmar que a história cubana nos últimos 60 anos se caracterizou pela permanente busca da soberania nacional e aprofundamento do socialismo, na tentativa de alcançar a plena supressão de classes sociais e a irreversível transformação de Cuba em uma sociedade comunista. Ao mesmo tempo, a Revolução de 1959 teve, desde o princípio, caráter anti-imperialista, de maneira que se confundem as feições popular e nacional nos caminhos trilhados a partir das medidas de política adotadas em benefício das massas trabalhadoras lideradas por Fidel Castro e Che Guevara. A Revolução e os desdobramentos das décadas iniciais foram objeto da terceira seção do capítulo 2.

Pelo contexto histórico em que ocorreu, ou seja, dada a forte ameaça americana, tanto em função da nacionalização de suas empresas pelo governo cubano quanto pelos desdobramentos globais da Guerra Fria, a Revolução Cubana rapidamente passou de um estágio nacional-popular para a construção de um modelo *socialista* centralizado, fortemente influenciado por aquele vigente na União Soviética.

Enquanto perdurou o bloco dos países socialistas, a economia cubana foi positivamente impactada pelo auxílio da URSS, principalmente no que diz respeito ao financiamento de investimentos. A análise da mudança na institucionalidade e das reformas de política econômica adotadas pode auxiliar a compreender a economia

socialista do país no período e os resultados alcançados. Os resultados obtidos foram analisados tendo-se em conta os objetivos da Revolução e as transformações sociais e políticas, bem como as modificações na capacidade produtiva e em sua composição. Critérios de eficiência econômica e racionalidade foram tomados como instrumentos apenas auxiliares, dada a drástica diferenciação entre o funcionamento de uma economia capitalista de livre-mercado e outra de planificação socialista.

A aproximação de Cuba com a URSS foi realizada para proporcionar viabilidade econômica que desse sustentabilidade política ao processo revolucionário. As exportações açucareiras cubanas, majoritariamente destinadas aos EUA antes de 1959, rapidamente passam a se direcionar ao bloco dos países socialistas. Apesar das semelhanças na caracterização geral do sistema econômico socialista cubano em relação ao soviético, houve sempre uma preocupação com a necessidade de se dar efetiva representatividade popular nas esferas estratégicas de decisão social.

Assim, ainda que a experiência cubana pós-1959 tenha se distanciado do modelo iugoslavo, na qual as decisões de produção e distribuição, os investimentos na ampliação da capacidade produtiva e outros gastos estavam diretamente vinculados a decisões gerenciais com ampla participação dos trabalhadores, não se pode dizer que se aproximou do totalitarismo stalinista, caracterizado pela repressão e exploração da classe camponesa e pela ênfase na industrialização acelerada em detrimento da ampliação do setor de bens de consumo.

Em certo sentido, o governo cubano foi descentralizando as decisões estratégicas, ampliando a participação das burocracias e instituições comunitárias em nível municipal e provincial, na medida em que foi sendo possível realizar este movimento sem comprometer a subsistência da Revolução.

A forte integração da economia cubana com a URSS e os países da COMECON, pela importância das transações comerciais e financeiras realizadas com os países socialistas, resultou em restrição da autonomia decisória doméstica, pois a estratégia produtiva nacional deveria estar articulada aos objetivos mais gerais do bloco, de maneira cooperativa. Assim, seria impossível pensar, em Cuba, em um modelo de *autogestão* cooperativista próximo ao que ocorreu na Iugoslava. Neste país, inclusive, o modelo

descentralizado e o liberalismo econômico dentro da institucionalidade socialista só puderam ser adotados com o rompimento com a União Soviética.

Cabe ressaltar, contudo, que a aliança militar e econômica de Cuba com a URSS foi fator essencial para que o país pudesse se desvencilhar do domínio neocolonial estadunidense dentro do contexto da Guerra Fria.

Portanto, o domínio político da burocracia soviética sobre as formas de organização do Estado e da sociedade cubana foram efeitos colaterais com os quais as lideranças revolucionárias tiveram de arcar na busca da manutenção da ordem que vinha se configurando desde a destituição da ditadura de Batista.

Nos desdobramentos políticos e econômicos que caracterizaram os trinta primeiros anos pós Revolução (1959 – 1989), o governo cubano buscou conciliar um patamar de crescimento econômico que permitisse o financiamento dos elevados gastos sociais fundamentados em seus valores de justiça social e condições de vida suficientemente elevadas com a manutenção do planejamento central e do controle da produção e distribuição material do país.

Pelo atrasado nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, as possibilidades de desenvolvimento econômico em Cuba sempre estiveram subordinadas à conjuntura econômica internacional.

Neste sentido, após as transformações institucionais que deram as bases estruturais da implementação do sistema socialista, a ênfase da estratégia de política econômica se voltou para a tentativa de solucionar os problemas inerentes à balança comercial cubana. Para tanto, a estrutura produtiva foi diversificada na agroindústria e a industrialização se deu de maneira acelerada, especialmente a partir de 1975.

De 1959 a 1975, categorias mercantis de contabilidade pública foram pouco utilizadas como guias de alocação dos recursos produtivos nacionais. Estes mecanismos foram sendo recuperados à medida que ficava patente o atraso na produtividade do trabalho cubano em relação ao mundo desenvolvido.

Em 1975 foi lançado o Sistema de Planejamento e Direção Econômica, com forte inspiração da estratégia de planificação econômica adotada na União Soviética.

Em 1986, por sua vez, o governo de Fidel Castro inicia a Campanha de *Retificação de Erros*, buscando recuperar e fortalecer os incentivos morais ao aumento da produção.

Portanto, em todo o período em que a economia cubana esteve integrada ao mundo socialista no contexto da Guerra Fria, debates acerca do maior ou menor papel dos mercados na economia e da melhor estratégia de integração comercial e financeira internacional foram elemento fundamental das decisões de política adotadas.

Assim, nota-se a flexibilidade do sistema socialista e as diversas possibilidades de manipulação de sua institucionalidade no enfrentamento das diversas conjunturas domésticas e mundiais que atravessaram a construção histórica do caminho de desenvolvimento adotado em Cuba.

Em 1989, Cuba enfrenta uma profunda crise econômica em decorrência do novo posicionamento global do país após o fim da URSS. A economia cubana pós-Guerra Fria foi, então, o objeto de estudo da primeira seção do capítulo 3. A elevada taxa de investimento e de financiamento subsidiado pelas repúblicas soviéticas havia proporcionado um período de acelerado crescimento e ampliação da capacidade industrial cubana, com importações de máquinas e equipamentos em condições favoráveis. Assim sendo, a perda do caráter preferencial do país nas relações comerciais com os países que compunham o bloco socialista forçou Cuba a diversificar fortemente suas parcerias e rever o modelo de crescimento econômico adotado.

A indústria passou a apresentar baixas taxas de investimento e reduzidos ganhos de produtividade, dada a diminuta capacidade de obter financiamento externo diante da estrutura de regulação do sistema financeiro e das poucas oportunidades disponíveis, dado o rígido controle estatal sobre as possibilidades de expansão da empresa privada. O setor de turismo cresceu substancialmente na década, passando a constituir a principal atividade geradora de divisas internacionais.

Não obstante, a baixa produtividade do setor agrícola estatal faz com que o país tenha de importar a maior parte dos alimentos consumidos. O déficit comercial é, em geral, compensado pelas exportações de serviços, em especial de médicos trabalhando na Venezuela. Os setores de níquel e petróleo cresceram consideravelmente na década,

comandados por investimento privado internacional. Apesar do crescimento econômico desta segunda metade dos anos 1990, a produtividade cubana permaneceu bastante atrasada e vagarosa, dado o baixo grau tecnológico em diversos setores e a baixa produtividade estatal na economia em relação ao setor privado.

Com os atentados de setembro de 2001, a economia cubana sofreu nova crise. A queda nas receitas governamentais ampliou ainda mais o peso dos setores de utilidade pública na economia. Em 2008, Raúl Castro iniciou uma série de reformas ampliando o papel do setor privado na economia. Foi elevado significativamente o número de trabalhadores com permissão para trabalhar por conta própria, ao mesmo tempo em que o Estado começou a demitir parte dos funcionários inutilizados. Iniciou-se, pois, a distribuição para uso privado de terras agrícolas não utilizadas pelo Estado.

Com efeito, aumentou a participação das cooperativas privadas, não apenas neste setor, mas também nos serviços e indústria, apesar de fortemente regulados. Foram fornecidas isenções de impostos para empresas estrangeiras e realizadas reformas para atrair capital privado internacional. Apesar disto, o Estado continuou controlando o número de funcionários a serem utilizados e onerando mais as empresas que contratam mais trabalhadores, buscando evitar a concentração empresarial privada.

Os resultados das reformas realizadas por Raul Castro mostram que permanecem em Cuba taxas de investimentos extremamente baixas em comparação com a média dos países da América Latina, a produtividade agrícola permanece atrasada, a escassez de capital estrangeiro permanece e o balanço de pagamentos continua a restringir o crescimento econômico. O padrão de crescimento cubano só se tornaria viável com o aprofundamento das reformas pró-mercado, o que, contudo, coloca em risco a viabilidade política do regime e o grau de controle exercido pelas autoridades centrais.

A grave crise que atingiu a economia cubana em 1989 em função do fim das repúblicas soviéticas aprofundou a dolarização da economia da ilha até 1993. A partir deste ano, a circulação de dólares passou a ser legalizada, com o governo realizando reformas de política que reduziram o grau de centralização decisória, para que o capital privado externo fosse atraído e os investidores internacionais realizassem inversões em moeda forte no país.

Dada a baixa diversificação produtiva em Cuba, a captação de dólares é fundamental para importação de insumos produtivos e mercadorias básicas de consumo da população. Nesse sentido, o governo cubano realizou uma série de esforços de abertura financeira e controle do preço do câmbio e de determinadas mercadorias para que o país pudesse abandonar a dolarização.

Mais recentemente, tem se buscado unificar o sistema monetário até então dual, que causa uma série de distorções nos cálculos de rentabilidade empresarial, além de separar a população entre aqueles que conseguem peso convertível (CUC), com poder de compra maior, e aqueles que obtêm seus rendimentos denominados em peso oficial (CUP), com poder de compra menor. O estudo das reformas realizadas no sistema monetário cubano foi importante para a reflexão sobre os dilemas econômicos atuais enfrentados pelo país.

O trabalho permitiu verificar que a drástica redução das relações comerciais e financeiras com a URSS e a aproximação com a Venezuela (bem como a crise enfrentada por este país), em conjunto com as recentes reformas pró-mercado, modificaram substancialmente a estrutura da economia cubana, colocando novos desafios para o futuro próximo do país. A reinserção externa de Cuba após a dissolução das repúblicas soviéticas, em 1989, dificultou enormemente a capacidade de financiamento do país, impedindo-o de importar os bens de capital e intermediários necessários à continuação de seu desenvolvimento material.

Durante a década de 1990 foram aprofundadas as relações comerciais entre Cuba e Venezuela e, nos anos 2000, o crescimento da economia chinesa possibilitou a exportação de matérias-primas. Contudo, a escassez de liquidez e investimentos estrangeiros, decorrente do elevado grau de regulação estatal prevalecente em Cuba, incluindo o que se refere ao sistema financeiro doméstico, dificulta uma maior inserção do país na economia mundial.

Apesar de maior permissividade com o capital financeiro internacional privado, as reformas realizadas até o momento têm se mostrado lentas e insuficientes. A quantidade de divisas com que conta a economia cubana para importação de mercadorias não tem se mostrado adequada para adquirir materiais básicos e para atualizar a infraestrutura

física do país. A crise global de 2008, ao diminuir em montante considerável as exportações cubanas, impede que os investimentos internos continuem em um nível adequado para manutenção de padrões de vida mínimos para a população. A ineficiência do setor público, combinada com a forte regulação do setor privado, parecem ameaçar a sustentabilidade do modelo de socialismo cubano (mais próximo da experiência soviética do que da chinesa).

Faz-se necessária a diversificação da estrutura produtiva da economia cubana, com redução do peso da exportação de serviços a partir do aumento das vendas externas de mercadorias de maior valor agregado, envolvendo mais encadeamentos produtivos domésticos (para a frente e para atrás), bem como de mudanças no financiamento e no modo de prestação dos serviços públicos, para que os déficits fiscais não enfraqueçam os sistemas monetário e financeiro cubanos.

No período mais recente, o modelo tem sido atualizado com o intuito de acelerar o crescimento econômico, de modo a viabilizar os elevados gastos com serviços sociais, sem que ocorra deterioração da sua qualidade.

As restrições impostas pela estrutura da balança comercial cubana, com exportações concentradas em *commodities* e importações de bens intermediários e de capital de maior conteúdo tecnológico, por sua vez, têm sido enfrentados por uma gradual abertura financeira e aumento do volume recebido de Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Este processo, iniciado após a crise internacional de 2001, foi aprofundado no governo de Raúl Castro (2008-2018).

No âmbito doméstico, vem se dando maior espaço ao emprego *cuentapropista* e às *joint ventures* financiadas, em grande medida, por capital externo com atuação fortemente regulada e direcionada pelo Estado cubano. Os setores da economia vinculados a estas formas de organização, que proporcionam acesso a pesos conversíveis (CUP), têm se caracterizado por maior dinamismo econômico e maior produtividade nas atividades realizadas.

Ao mesmo tempo, resultam em fortes desigualdades de renda na sociedade cubana, dado que os trabalhadores do setor público, responsáveis pela prestação

universalizada dos serviços sociais que sustentam politicamente a manutenção do regime socialista, recebem salários consideravelmente menores do que aqueles pagos pelo setor privado e cooperativista não estatal.

Assim, um dos principais desafios em Cuba, atualmente, está em conciliar as conquistas sociais, econômicas, culturais e políticas do período de transformações dos 60 anos de Revolução com uma estrutura produtiva de maior dinamismo tecnológico e produtividade. Esta tem sido desenvolvida em entrelaçamento com o setor de turismo e outras atividades capazes de gerar divisas ao país.

A opção tem sido por um controlado processo de reestruturação da atividade produtiva e do emprego, mantendo a universalização do acesso à saúde, à educação, ao lazer e à cultura, e pelo desenvolvimento de mercados privados sem abrir mão do controle social das diretrizes econômicas gerais.

Este processo tem resultado em uma mão-de-obra superqualificada para os cargos ofertados no setor privado, dado o elevado nível educacional da população cubana, e a concentração do emprego privado em serviços relacionados ao turismo, gastronomia e rede hoteleira, em contraposição aos elevados requisitos educacionais dos setores de saúde, educação e cultura vinculados ao setor público.

As medidas de abertura adotadas desde o fim da União Soviética e que foram aprofundadas no governo Raúl Castro (2008-2018) têm por intuito geral proporcionar o aumento dos rendimentos dos salários recebidos pela população cubana.

Ainda que a ampla rede de serviços sociais de acesso universal tenha garantido um certo nível mínimo de qualidade de vida para a população do país, bem acima daquele observado no período anterior à Revolução, persiste em Cuba um padrão de renda e consumo significativamente inferior ao prevalecente, em média, na América Latina e Caribe - especialmente se considerados exclusivamente os salários pagos no setor estatal. O avanço do emprego *cuentalpropista* e do IDE em *joint ventures*, ao mesmo tempo que proporciona substancial aumento dos salários aos trabalhadores, cria uma cisão e amplas desigualdades de renda em Cuba entre aqueles com acesso à CUC e aqueles que recebem seus pagamentos em pesos oficiais, conforme já salientado. Tal

divisão social aparece também nos rendimentos da população aposentada ou contemplada pelo sistema de pensão por outras razões. Aí, também, os benefícios recebidos a partir do Estado são insuficientes para garantir um nível material minimamente adequado. A segunda seção do capítulo 3 tratou, pois, do emprego e renda em Cuba na situação atual.

Em seguida, nas seções 3, 4 e 5, traçou-se uma caracterização geral da educação, da saúde, do sistema de pensões e assistência social, respectivamente. Verificou-se que o acesso à educação pública de qualidade em todos os níveis permaneceu universalizada, contribuindo para a equidade, o desenvolvimento pessoal e profissional, e a coesão social. Os bons resultados são obtidos através de um sistema nacional bem articulado nos níveis regionais, com ampla participação das comunidades locais na busca de aprimorar a educação do país. Nos últimos anos, um dos maiores desafios se refere à remuneração dos professores e demais servidores públicos (o mesmo se verifica em relação aos serviços de saúde), bastante inferiores aos salários obtidos no setor privado, o que pode vir a deteriorar a qualidade da educação em Cuba.

O Sistema Nacional de Saúde, por seu turno, garante maior eficiência administrativa ao impedir a duplicação de funções entre os níveis municipal, provincial e nacional. A saúde em Cuba (assim como a educação) é considerada um direito inalienável, com prestação dos serviços de maneira gratuita e universalizada. Os bons resultados são obtidos através de um tratamento holístico da saúde, que incorpora monitoramento das condições sociais, de moradia e das características de cada comunidade, não ficando restrito ao tratamento de doenças. As organizações de profissionais em clínicas familiares permitem acompanhamento personalizado e estratégias específicas trabalhadas em conjunto com organizações políticas locais.

Em relação às pensões, por fim, o Estado cubano enfrenta o duplo desafio de reequilibrar o orçamento e proporcionar condições materiais de vida adequadas à população aposentada. Os rendimentos dos pensionistas, vinculados aos salários pagos no setor público, são insuficientes para garantir padrões mínimos de consumo.

Apesar de haver espaço para modificações e aprimoramento do sistema, a estratégia atual parece a mais adequada para garantir a manutenção das conquistas

sociais obtidas nos 60 anos de transformações em Cuba desde a Revolução de 1959. Assim, recomenda-se a permanência da utilização dos mercados e do incentivo à atividade produtiva com investimento privado, desde que o Estado continue exercendo o controle das diretrizes gerais de desenvolvimento econômico. Tal processo parece ser o mais acertado no contexto geopolítico atual, dado o bloqueio orquestrado pelos EUA e a inexistência de um bloco articulado de países socialistas como o que vigorou durante a Guerra Fria. Ressalta-se, contudo, o enorme desafio em conciliar tais transformações com a manutenção da Revolução. Uma maior aproximação com a China poderia engendrar significativas possibilidades de desenvolvimento econômico na situação atual, e permitir uma inserção internacional mais soberana, ampliando o espaço de políticas econômicas que podem ser adotadas (mesmo em âmbito doméstico).

As diversas transformações efetuadas através do Estado socialista do país no enfrentamento das distintas conjunturas econômicas e geopolíticas globais que se sucederam ao longo da segunda metade do século XX e neste início de século XXI é o que vem permitindo a busca de soluções criativas, o avanço dos direitos sociais e a constante renovação e aprimoramento das estratégias adotadas no desenvolvimento da sociedade cubana em todas as esferas de vida.

REFERÊNCIAS

AGUIRRE, B. E.; Social Control in Cuba. **Latin American Politics and Society**. Volume 44, Issue 2. July 2002

ALEJANDRO, P. V.; González-Corzo, M. A.; Pérez, O. E.; Labor Force and Economic Changes in Cuba. **Delaware Review of Latin American Studies** Volume 2(1), p. 1-15. 2010

ALEJANDRO, P. V.; Nova, A. G.; Rojas, A. G.; Villanueva, O. E. P.; **Miradas a la economía cubana**. La Habana. Editorial Caminos, 2009.

ALEJANDRO, P. V.; Villanueva, O. E. P.; **Miradas a la economía cubana : el proceso de actualización**. La Habana. Editorial Caminos, 2012.

ALTHUSSER, L.; **Sobre a Reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ALVAREZ, E.; Grynspan, R.; Moro, B.; **Política Social y Reformas Estructurales: Cuba a principios del siglo XXI**. Ciudad de México. CEPAL, 2004.

AMIN, S. (Coordenação); **A crise do Imperialismo**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

ANDERSON, P. *et. al.*; **A Estratégia Revolucionária na Atualidade**. São Paulo: Editora Joruês, 1986.

ANDRADE, A.; **O Capital Nos Sistemas Econômicos**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1973

ANTUNES, D. N.; **Capitalismo e desigualdade**. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2011.

ARMAS, M. P. Modelo de capacidad dinámica de aprendizaje organizacional: experiencia de la biotecnología en Cuba. **Investig. desarro.**, Barranquilla , v. 24, n. 1, p. 95-117, Jan. 2016

Backer, L. C.; Cuba's Integration into the Global Economy — How Much is Cuba Expected to Change; **How Far is Cuba Willing to Go; and Will the EU Serve as the Mediator of Those Changes?**. Disponível em:

<SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3198429> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3198429>>

Acesso em: 17 Jan. 2020

BARAN, P. A.; **A Economia Política do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BARAN, P. A.; Sweezy, P.; **Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

BARAN, P. A.; Huberman, L.; Sweezy, P.; **Reflexões Sobre a Revolução Cubana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

BARROS, J. D.; Os falanstérios e a crítica da sociedade industrial: revisitando Charles Fourier. **Mediações**, Londrina, v. 16, n.1, p. 239-255, Jan./Jun. 2011

BETTELHEIM, C.; **A Luta de Classes na União Soviética: Segundo Período (1923 – 1930)**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

BELLUZZO, L. G. M.; **Valor e Capitalismo: Um Ensaio Sobre a Economia Política**. São Paulo: Editora Unicamp, 1998.

BLACKBURN, R.; **Ideologia y ciencias sociales**. Barcelona: Editora Grijalbo, 1977.

BREBRICK, L.; DRESANG, L. T.; MURRAY, L. D.; SHALLUE, A.; SULLIVAN-VEDDER, L.; Family Medicine in Cuba: Community-Oriented Primary Care and Complementary and Alternative Medicine. **Journal of the American Board of Family Medicine**. Vol. 18 No. 4, July–August 2005

BREIDLID, A.; Education in Cuba — an alternative educational discourse: lessons to be learned?. **Compare**. Vol. 37 No. 5 pp. 617–634, October 2007.

BROUÉ, P.; **História da Internacional Comunista (1919-1943)**. Editora Sundermann, 2007

BRUNDENIUS, C. Cuba's Aborted Reform: Socioeconomic Effects, International Comparisons and Transition Policies. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 38, No. 4, pp. 863-865, Nov., 2006

BRUNO, J. C.; CASSIS, C. M. T.; COELHO, L. M.; **Fidel Castro Por Ele Mesmo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 1991.

BRUS, W., LASKI, K. **From Marx to the Market: socialism in search of an economic system**. New York: Oxford University Press, 1992.

BUKHARIN, N. I.; **A Economia Mundial e o Imperialismo**. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural, 1984.

BUKHARIN, N. I.; **O imperialismo e a economia mundial: análise econômica**. Rio de Janeiro: Editora Laemmert, 1969.

CALVOCORESSI, P.; **World Politics Since 1945**. New York: Longman Inc., 1987

CAMPBELL, A. Cuba: Realities and Debates. **Science & Society**, Vol. 67 No. 2 pp. 226-230, 2003

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

CARNEIRO, R. Acumulação fictícia, especulação e instabilidade financeira. Parte I: Uma reflexão sobre a financeirização a partir de Marx, Keynes e Minsky. **Texto para Discussão. Unicamp. IE**, Campinas, n. 344, ago. 2018.

CARVALHO, M. S. Cuba: Relações de Trabalho, Subdesenvolvimento e Resistência. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. No. 50, Maio-Agosto 2018.

CASTRO, F.; WALTERS, B.; An Interview with Fidel Castro. **Foreign Policy**, No. 28 pp. 22-51, Autumn, 1977

COLE, K.; Cuba: The Process of Socialist Development. **Latin American Perspectives**, Issue 124 Vol. 29 No. 3, p. 40-56. May 2002

COOPER, R. S.; KENNELLY, J. F.; Orduñez-García, P.; Health in Cuba. **International Journal of Epidemiology**; Vol. 35: p. 817–824. 2006

COX, M.; From the Truman Doctrine to the Second Superpower Détente: The Rise and Fall of the Cold War. **Journal of Peace Research**, vol. 27 no. 1, pp. 25-41. 1990

COURI, S.; **Ensaio Sobre A Evolução Dos Sistemas Econômicos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1983

DACHEVSKY, F.; KORNBIHLITT, J.; The Reproduction and Crisis of Capitalism in Venezuela under Chavismo. **Latin American Perspectives**, vol. 44 no. 1, pp. 78–93, Jan. 2017

DESSOTTI, F. R.; SANTOS, F. L. B.; VASCONCELOS, J. S. (Org.) **Cuba no Século XXI: Dilemas da Revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

DIX, R. H.; Why Revolutions Succeed & Fail. **Polity**, Vol. 16 No. 3, pp. 423-446, Spring, 1984.

DOMINGUEZ, J. I.; U.S.-Cuban Relations: From the Cold War to the Colder War. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 39, No. 3, pp. 49-75, Autumn, 1997.

DOMINGUEZ-ALONSO, E.; ZACCA, E.; Sistema de salud de Cuba. **salud pública de México**. vol. 53, suplemento 2 de 2011.

DROZ, J. (organizador); **História Geral do Socialismo: volume 8**. Lisboa: Editora Horizonte, 1977

ECKSTEIN, S.; Revolutions and the Restructuring of National Economies: The Latin American Experience. **Comparative Politics**, Vol. 17, No. 4, pp. 473-494, Jul. 1985.

ECKSTEIN, S.; The Rectification of Errors or the Errors of the Rectification Process in Cuba? **Cuban Studies**, Vol. 20, pp. 67-85. 1990

ECKSTEIN, S.; Zimbalist, A.; Patterns of Cuban Development: The First Twenty-five Years. **World Development**. Vol. 15, No. 1. pp. 5-22. 1987

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**, Editorial Estampa, 1974

ENGELS, F.; MARX, K.; **A ideologia alemã (I – Feuerbach)**, São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

ESTRADE, P.; **José Martí: Los Fundamentos de la Democracia em Latinoamérica**. La Habana: Editora Centro de Estudios Martianos, 2016.

FEDOSEIEV, P.; GRIGULEVITCH, I.; MAIOROV, E. (org.); **A Cooperação da URSS com os países em desenvolvimento**. Moscovo: Academia das Ciências da URSS, 1985.

FEIJÓ, R. L. C.; A nova disciplina de sistemas econômicos comparados: uma proposta. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 116-135, janeiro-março/2007

FERNANDES, F.; **Da Guerrilha ao Socialismo: a revolução cubana**. São Paulo: T. A. Queiroz Editor Ltda., 1979.

FERNADES, F.; **Poder e Contrapoder na America Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FERNANDES, M. P.; MARTINS, P.; WEGNER, R.; Aspectos para compreender o peculiar sistema monetário cubano. **estudos internacionais**, Belo Horizonte, v.6 n.3, p.118 – 133, 2018

FIORI, J. L.; Estado de Bem-Estar Social: Padrões e Crises. **Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, Vol. 7(2): p. 129-147, 1997

FITZGERALD, F. T.; The Reform of the Cuban Economy, 1976–86: Organisation, Incentives and Patterns of Behaviour. **Journal of Latin American Studies**, Vo. 21, pp 283-310, 1989.

FOSTER, B.; O redescobrimiento do imperialismo. In: **A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas**. Editor: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2007.

FOURIER, Charles. **Political economy made easy : a sketch, exhibiting the various errors of our present political arrangements**. [Variant ed.], *The Making Of The Modern World*. London, 1828.

FOURIER, François Marie Charles. **The Passions of the Human Soul, and their Influence on Society and Civilization**. *The Making Of The Modern World*. Volume 2. London; New York; Paris; Madrid, 1851.

FURTADO, C. F.; **A Economia Latino-Americana: formação histórica e problemas contemporâneos**, Companhia Editora Nacional, 1986

GADDIS, J. L.; The Emerging Post-Revisionist Synthesis on the Origins of the Cold War. **Diplomatic History**, Volume 7, Issue 3, p. 171–190. July 1983

GALLO, I.; Utopia e socialismo, **MORUS - Utopia e Renascimento**, n. 6, 2009

GARCIA, A. S.; Hegemonia e Imperialismo: Caracterizações da Ordem Mundial Capitalista após a Segunda Guerra Mundial. **CONTEXTO INTERNACIONAL** – vol. 32, no 1, janeiro/junho 2010

GASPERINI, L.; The Cuban Education System: Lessons and Dilemmas. **Country Studies: Education Reform and Management Publication Series**, Vol. 1, No. 5. 2000

GERSCHENKRON, A.; The Rate of Growth in Russia: The Rate of Industrial Growth in Russia, Since 1885. **The Journal of Economic History**, Vol. 7, pp. 144-174. Supplement: Economic Growth: A Symposium, 1947.

GONZÁLEZ, A. M. G., LÓPEZ, R. G., MUÑIZ, M. Á., LEDO, M. J. V., LUGO, N. D. L. C. S., & Santiesteban, M. V. Consideraciones económicas sobre la salud pública cubana y su relación con la salud universal. **Revista Panamericana de Salud Pública**, Vol. 42, e28. 2018.

GONZÁLEZ, J. P. G.; VELÁZQUEZ, R. R.; Desarrollo de la Educación en Cuba después del año 1959. **Revista Complutense de Educación**. Vol. 21 Núm. 1, p. 13-35, 2010

GUEVARA, C.; **A Revolução Cubana e a Construção do Socialismo**, Editorial Fronteira, 1976

GUTIÉRREZ, A. G.; El sistema de planificación y circulación monetaria dual en la etapa actual. **Revista Economía y Desarrollo (Impresa)**, v. 133, n. 3, 2019

HALLIDAY, F.; **The Making of the Second Cold War**. London: Verso Editions and NLB, 1986

HAMILTON, D.; Wither Cuban Socialism? The Changing Political Economy of The Cuban Revolution. **Latin American Perspectives**, Issue 124, Vol. 29 No. 3, p. 18-39. May 2002

HARRIS, R. L.; Cuban Internationalism, Che Guevara, and the Survival of Cuba's Socialist Regime. **Latin American Perspectives**, vol. 36 no. 3 pp. 27–42. May 2009.

HAUGE, S.; Primary Care in Cuba. **Einstein Journal of Biology and Medicine**. Vol 23, No 1. 2007

HEIMANN, E.; **Teoria Social De Los Sistemas Económicos**, Editorial Tecnos, 1968

HENNESSY, C. A. M.; The Roots of Cuban Nationalism. **International Affairs**, Vol. 39 No. 3 pp. 345-359, Jul. 1963

HERRERA, R; NAKATANI, P; De-Dollarizing Cuba. **International Journal of Political Economy**, vol. 34 no. 4, pp. 84–95, Winter 2004–5

HILFERDING, R.; **O Capital Financeiro**. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural, 1985.

HOBBSAWN, E. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Editora Companhia das Letras, 1995

HOUGH, J. F.; The Evolving Soviet Debate on Latin America. **Latin American Research Review**. Vol. 16 No. 1 pp. 124-143, 1981.

HUMAN RIGHTS WATCH.; **Relatório Mundial 2019: Cuba**. Disponível em <<https://www.hrw.org/pt/world-report/2019/country-chapters/326453>>

HUNT, E.K.; **Sistemas Econômicos Comparados: o mundo socialista**. Editora Vozes Ltda, 1977

JORGE, A. Economic Decision-Making in Cuba: The Transition from Capitalism to Communism. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 25 No.2, pp. 251-267, May 1983.

KALLEBERG, A. L.; **Good Jobs, Bad Jobs. The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970s to 2000s. A Volume in the American Sociological Association's Rose Series in Sociology**. HARDCOVER, 2011

KATZ, M. N.; The Soviet-Cuban Connection. **International Security**, Volume 8, Number 1, pp. 88-112. Summer 1983.

KERSTENETZKY, C. L.; **O Estado do Bem-estar Social na Idade da Razão**. Editora Campus, 2012.

KNIGHT, A. Social Revolution: A Latin American Perspective. **Bulletin of Latin American Research**, Vol. 9 No. 2, pp. 175-202, 1990.

KNIGHT, J.; The Great Power Peace: The United States and the Soviet Union Since 1945; **Diplomatic History**, Volume 6 Issue 2, p. 169–184, April 1982

KOHAN, N.; El Che Guevara y la filosofía de la práxis. **Debates Americanos**, Havana, n.3, p. 55-70, jan./jun. 1997

KRONENBERG, C. W.; Manifestations of Humanism in Revolutionary Cuba: Che and the Principle of Universality. **Latin American Perspectives**, vol. 36 no. 2, pp. 66–80, Mar. 2009.

LANDAU, S.; Notes on the Cuban Revolution. **The Socialist Register**, 1989

LAPAVITSAS, C.; Theorizing financialization. **Work, employment and society**, Vol. 25(4), p. 611-626, 2011

LÉNINE, V. I.; **Obras Escolhidas Em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante, 1978.

LEÓN, A. S.; **Breve Historia de La Revolución Cubana (1959 – 2000)**. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2003.

LEÓN, D. E.; Pérez, R. T.; **Miradas a la Economía Cubana: Un acercamiento a la actualización seis años después**. Panamá: Ruth Casa Editorial, 2017

LEVY, N.; **A Crise do Imperialismo e a Revolução: análise crítica da teoria dos três mundos**. São Paulo: Editora Brasil Debates Ltda., 1980.

LINDBLOM, C. E.; **Política e Mercados: Os Sistemas Políticos e Econômicos do Mundo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.

LÓPEZ, M. Q.; Education in Cuba: Foundations and challenges. **estudos avançados**, v. 25, n. 72, p. 55-71, 2011

LUKÁCS, G.; **Lukács Sobre Lênin: 1924 – 1970**. Barcelona: Ediciones Grijalbo S.A., 1974

LUNA, M. L. S.; **Problemas del Desarrollo**, Vol. 38, No. 151, pp. 177-196, octubre-diciembre 2007

LUXEMBURG, R.; **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Editora Abril S.A. Cultural, 1985

MANDEL, D.; 'Revolutionary Reform' in Soviet Factories: Restructuring Relations Between Workers and Management. **The Socialist Register**, 1989

MANDEL, E.; The Roots of the Present Crisis in the Soviet Economy. **The Socialist Register**, 1991

MARTÍ, J.; **José Martí: Obras Completas (Vol. 01, 02 e 06)**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1991.

MARTÍ, J.; **Nossa América**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

MARX, K.; **A Guerra Civil na França**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011

MARX, K.; **Critical Notes on the Article: “The King of Prussia and Social Reform. By a Prussian”**. 1844.

Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1844/08/07.htm>> Acesso em: 23 out. 2019.

MARX, K.; **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Escala, 2009.

MARX, K.; **Marx to Dr Kugelmann Concerning the Paris Commune**. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/letters/71_04_12.htm> Acesso em: 23 out. 2019.

MARX, K.; **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Linográfica Editora LTDA. 1966

MARX, K.; **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

MARX, K.; **O Capital: Crítica da Economia Política (Volume I)**. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MARX, K.; **O Capital: Crítica da Economia Política (Volume III)**. São Paulo: Editora Boitempo, 2017

MARX, K.; **The Commune and Archbishop Darboy**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/09/02.htm>> Acesso em: 23 out. 2019.

MARX, K.; **The Fourth Draft**. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/09/02.htm>> Acesso em: 23 out. 2019.

MCFARLANE, B.; Jugoslavia’s Crossroads. **The Socialist Register**, 1966

MESA-LAGO, C. A economia cubana no início do século XXI: Avaliação do desempenho e debate sobre o futuro. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, Vol IX, nº 1, pp. 190-223, 2003

MESA-LAGO, C; Aging and Pension Reforms: A Look at Latin America. **Cambridge** Vol. 19 Iss. 2, p. 1-12, Winter 2019

MESA-LAGO, C.; Conversion of the Cuban Economy to Soviet Orthodoxy. **JOURNAL OF ECONOMIC ISSUES**, Vol. VIII No. I March 1974.

MESA-LAGO, C. LA DOLARIZACION DE LA ECONOMIA CUBANA. **Estudios Internacionales**, Año 27, No. 107/108, NUMERO ESPECIAL: Cuba en el Sistema Internacional: Normalización y Reintegración, pp. 375-388, Julio-Septiembre/Octubre-Diciembre 1994

MESA-LAGO, C. La economía cubana en un año crucial. **Iberoamericana (2001-)**, Año 15, No. 57, pp. 162-167, Marzo de 2015

MESA-LAGO, C. La reforma de la economía cubana: secuencia y ritmo. **Política Exterior**, Vol. 28, No. 161, pp. 52-68, SEPTIEMBRE / OCTUBRE 2014

MESA-LAGO, C.; Vidal-Alejandro, P.; The Impact of the Global Crisis on Cuba's Economy and Social Welfare. **Journal of Latin American Studies**, Vol. 42, No. 4, pp. 689-717, November 2010.

MESZÁROS, I. **A Montanha que Devemos Conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MILLS, C. Wright. **A nova classe media**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979

MOLINA, E. M.; **Devenir Del Modelo Económico Socialista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2016

MONREAL, P.; **Temas**. no. 30, p. 4-17, julio-septiembre de 2002

MORRIS, E.; Unexpected Cuba. **new left review**. Vol. 88, pp. 5-45. July-aug 2014.

MURILLO, L.; PÉREZ-LÓPEZ, J. F.; El interminable periodo especial de la economía cubana. **Foro Internacional**, Vol. 43, No. 3 (173), pp. 566-590, Jul.- Sep., 2003

OWEN, R.; **Socialism, or the rational system of society: three lectures delivered in the Mechanics' Institute, London, on the 30th March, and 3rd and 6th April, 1840, in reply to the errors and misrepresentations made on the subject of socialism in both Houses of Parliament, by the London City Mission, by a large portion of the daily and weekly press, and in the sermons and lectures delivered and published by the clergy... throughout the kingdom: first lecture.** *The Making Of The Modern World*. London, 1840.

PACKENHAM, R. A.; Capitalist Dependency and Socialist Dependency: The Case of Cuba. **Journal of Interamerican Studies and World Affairs**, Vol. 28 No. 1, pp.59-92, Spring 1986

PÉREZ, R. T.; Villanueva, O. E. P.; **Miradas a la Economía Cubana: Entre la Eficiencia Económica e la Equidad Social**. La Habana: Editorial Caminos, 2013.

PÉREZ JR.; L. A.; **La estructura de la Historia de Cuba: significados y propósitos del pasado**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2017.

PÉREZ JR.; In the Service of the Revolution: Two Decades of Cuban Historiography 1959-1979. **The Hispanic American Historical Review**, Vol. 60 No. 1, pp. 79-89. Feb., 1980

PÉREZ-STABLE, M.; Caught in a Contradiction: Cuban Socialism between Mobilization and Normalization. **Comparative Politics**. Vol. 32 No. 1 pp. 63-82 Oct., 1999.

PERICÁS, L. B.; **Che Guevara e o debate econômico em Cuba**. São Paulo: Editora Xamã, 2004

PETTINÀ, V.; Del Anticomunismo al Antinacionalismo: La Presidencia Eisenhower y el Giro Autoritario em la América Latina de los Años 50. **Revista de Indias**, vol. LXVII, núm. 240 pp. 573-606, 2007

PIERSON, C.; **Beyond the Welfare State?: The New Political Economy of Welfare**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 1991

PRIETO, M. E.; Mirar a Cuba hoy: Cuatro supuestos para la observación y seis problemas-nudos. **The Latin Americanist**, Volume 53 Number 3, pp. 159-176. September 2009.

RICHMOND, M.; Revolution, Reform and Constant Improvement: 30 years of educational change in Cuba. **Compare**, Vol. 20 No. 2, 1990.

RIDDELL, D. S.; Social Self-Government: The Background of Theory and Practice in Yugoslav Socialism. **The British Journal of Sociology**, Vol. 19 No. 1, pp. 47-75, Mar., 1968

RITTER, A. R. M.; Revolution in the Revolution: Recent Developments in the Cuban Economy. **Latin American Research Review**, Vol. 49 No. 3, pp. 246-255, 2014

RITTER, A., & ROWE, N. Cuba: From “Dollarization” to “Euroization” or “Peso Reconsolidation”? **Latin American Politics and Society**, Vol. 44 Issue 2, pp. 99-123, 2002

RODRIGUEZ, J. A. C.; A educação em Cuba entre 1959 e 2010. **Estudos Avançados**. Vol. 25 (72), 2011

RODRIGUEZ, J. L.; **Estratégia del Desarrollo Económico em Cuba**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1990

ROMANÒ, S.; Party membership, social ties and upward mobility in Cuba. **International Journal of Cuban Studies**, Vol. 8 No. 1, pp. 28-55, Spring 2016

SAINT-SIMON, Henri, comte de. **New Christianity**. *The Making Of The Modern World*. London, 1834.

SANTÍ, E. M.; José Martí and the Cuban Revolution. **Cuban Studies**, Vol. 16, pp. 139-150, 1986

SANTOS, F. L. B.; **Origens do Pensamento e da Política Radical na América Latina: Um Estudo Comparativo entre José Martí, Juan B. Justo e Ricardo Flores Magón**. 2011. 325 f. Tese (Doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SAULL, R.; Locating the Global South in the Theorisation of the Cold War: capitalist development, social revolution and geopolitical conflict. **Third World Quarterly**, Vol. 26, No. 2, pp 253 – 280, 2005

SCHUMPETER, J. A.; **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961

SCHUYLER, G. W.; Globalization and Health: Venezuela and Cuba. **Canadian Journal of Development Studies**, Volume XXIII, No. 4, 2002

SCHWARTZ, J.; A Future for Socialism in the USSR?. **The Socialist Register**, 1991

SIMON, S.A.S.; De Bretton Woods ao Plano Marshall: A Política Externa Norte-Americana em Relação à Europa (1944-1952). **Relações Internacionais no Mundo Atual**. v. 2 n. 14, 2011

SNAVELY, W. P.; **Teoria de los Sistemas Economicos: capitalismo, socialismo y corporativismo**. México: Editora Fondo de Cultura Economica, 1981.

SPIEGEL, J. M.; YASSI, A.; Lessons from the Margins of Globalization: Appreciating the Cuban Health Paradox. **Journal of Public Health Policy**, Vol. 25 No. 1, pp. 85-110, 2004

STREECK, W.; Citizens as customers: considerations on the New Politics of Consumption. **New Left Review**, n 76, July and August, 2012

STREECK, W.; **Ideas and Welfare State Reform in Western Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2005

STRUG, D. L.; The Impact of Cuban Economic Reform on Older Persons. **Journal of Cross-Cultural Gerontology**. Volume 32, Issue 1, pp 1–16, March 2017

SWEETZ, P. M.; **4 Conferências Sobre o Marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A. 1982.

TAYLOR-GOOBY, P.; **Ideas and Welfare State Reform in Western Europe**. New York: Palgrave Macmillan, 2005

TAYLOR-GOOBY, P.; **New Risks, New Welfare: The Transformation of the European Welfare State**. Oxford: Oxford University Press, 2004

THOMPSON, E. P.; **Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial**. Barcelona: Editorial Crítica, 1989

TORRES, O. E.; El Desarrollo de la Economía Cubana a Partir de 1959. **Comercio Exterior**, México, vol. 31, núm. 3, pp. 284-295, marzo de 1981

TORRES, R.; Economic transformations in Cuba: a review. **Third World Quarterly**, VOL. 37 NO. 9, p. 1683–1697, 2016.

TRAN, T.; A Case Study of Education for All Based on Cuba's National Education System. Disponível em:
<https://www.academia.edu/27861775/A_CASE_STUDY_OF_EDUCATION_FOR_ALL_BASED_ON_CUBAS_NATIONAL_EDUCATION_SYSTEM_PLANNING_AND_EVALUATING_FOR_INTERNATIONAL_EDUCATIONAL_DEVELOPMENT_PUSAN_NATIONAL_UNIVERSITY>

TROJAN, R. M.; Educação Básica e Formação Docente em Cuba: Prós e Contras. **JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS**. Nº 3, PP. 53–64 JANEIRO–JUNHO DE 2008

TROTSKY, L.; **A Revolução Permanente**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda 1979.

URIARTE, M.; **Cuba Social Policy at the Crossroads: Maintaining Priorities, Transforming Practice**. Boston: Oxfam America, 2002.

VASCONCELOS, J. S.; Acumulação socialista originária e o debate econômico da transição em Cuba. **Leituras de Economia Política**, Campinas, Vol. 19, p. 21-49, dez. 2011

VASCONCELOS, J. S.; Cuba e a dependência externa: passado e presente. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**. v.6, n.1. jan./abr. 2016

VASCONCELOS, J. S.; Propriedade Coletiva em Debate: Caminhos da Revolução Agrária em Cuba (1959 – 1964). **REVISTA NERA – ANO 18, Nº. 27 – JANEIRO/JUNHO DE 2015**

VILLANUEVA, O. E. P.; La economía cubana: Evolución y perspectivas. **Cuban Studies**, No. 44, pp. 19-42, 2016

VIEIRA, C. C.; Existem Rastros do “Homem Novo” em Cuba? *In*: Dessotti, F. R.; Santos, F. L. B.; Vasconcelos, J. S. (Org.) **Cuba no Século XXI: Dilemas da Revolução**. São Paulo: Editora Elefante, 2017

XALMA, C. El modelo de regulación de la economía cubana: dolarización, planificación y mercado. **Investigación Económica**, Vol. 65 No. 257, pp. 149-180, julio-septiembre de 2006

WILCZYNSKI, J. **A Economia do Socialismo**. São Paulo: Editora Vertice, 1987

WILKINSON, F.; Wages, economic development and the customary standard of life. **Cambridge Journal of Economics**. Volume 36, n 06, November. Oxford: Univesity Press Oxford, 2012.

WOLF, P. J. W.; **O PROJETO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL E OS ESTADOS DE BEM-ESTAR SOCIAL DA EUROPA OCIDENTAL: ANÁLISE DO PERÍODO RECENTE (2008-2016)**. Campinas: (tese de doutorado) IE/UNICAMP, 2019

WOODWARD, S. soviet rehearsal in yugoslavia? contradictions of the socialist Liberal Strategy. **The Socialist Register**, 1991

YAFFE, H.; Che Guevara’s Enduring Legacy: Not the Foco But the Theory of Socialist Construction.” **Latin American Perspectives**, vol. 36 no. 2, pp. 49–65. Mar. 2009